

EXPERIÊNCIAS
EM EDUCAÇÃO
POPULAR

PROPOSTA

Uma revista trimestral da FASE • Ano 23 • Junho de 1995 • Nº 65 • Preço: R\$ 6,00

REPENSANDO O BRASIL II

ENTREVISTAS

- Augusto de Franco
- Elimar Pinheiro Nascimento

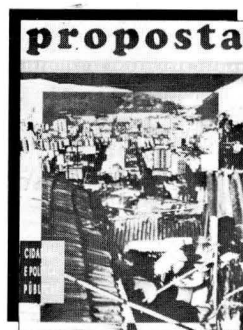
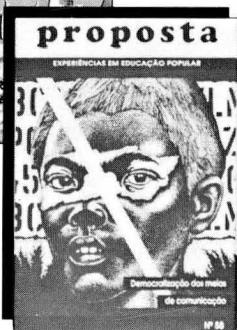
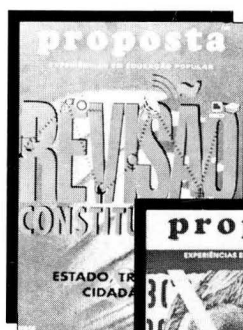
APONTAMENTOS PARA PENSAR AS FORMAS ATUAIS DE EXCLUSÃO

Virgínia Fontes

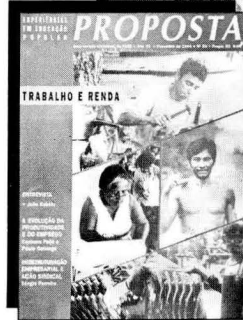
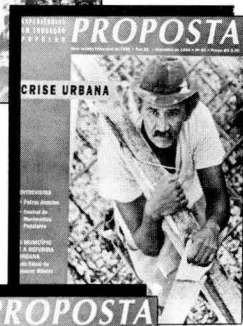
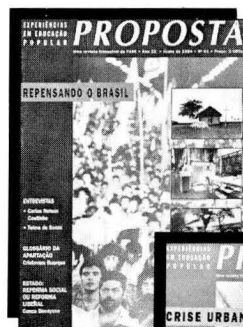
RUMO A UMA NOVA AGENDA PARA O BRASIL



COMPLETE SUA COLEÇÃO DE PROPOSTA!



- nº 65 Repensando o Brasil II
- nº 64 Globalizar ou integrar?
- nº 63 Trabalho e renda
- nº 62 Crise urbana
- nº 61 Repensando o Brasil
- nº 60 Genocídio social
- nº 59 Cidadania e políticas públicas
- nº 58 Democratização dos meios de comunicação
- nº 57 Revisão constitucional: Estado, trabalho e cidadania
- nº 56 Desenvolvimento e meio ambiente
- nº 55 Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
- nº 54 Democratizando a cidade
- nº 53 Qual desenvolvimento
- nº 52 Educação básica: essa crise tem solução
- nº 50 Organização sindical nos locais de trabalho
- nº 49 Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
- nº 48 Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- nº 46 Barragens: movimento ecológico e luta pela terra
- nº 44 Trabalhadores rurais: fazer nossa política agrícola
- nº 43 Vídeo popular: as outras cores da imagem
- nº 42 Assalariados rurais: para onde vai a organização
- nº 41 Mulheres, a política no cotidiano
- nº 40 Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo
- nº 39 Lutas urbanas: o desafio da articulação



ASSINE PROPOSTA (021)286-1598

Rua das Palmeiras, 90 • 22270-070 • Botafogo • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021)286-1209

■ ■ ■ ■ ■ Visite no local o stand de publicações da FASE e de outras ONGs ■ ■ ■ ■ ■

EDITORIAL

- | | |
|---|---|
| A SEGUNDA CONFERÊNCIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS
ALTERNATIVOS PARA O BRASIL | 3 |
|---|---|

ENTREVISTA

- | | |
|---|---|
| AS CONFERÊNCIAS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS ALTERNATIVOS
PARA O BRASIL | 5 |
|---|---|

Augusto de Franco

-
- | | |
|--------------------------------------|---|
| ORDEM E DESORDEM NA POLÍTICA MUNDIAL | 9 |
|--------------------------------------|---|

José María Gomez

-
- | | |
|--|----|
| A INSERÇÃO DO BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL:
OBSERVAÇÕES SOBRE UM DEBATE | 14 |
|--|----|

Ricardo Salles

-
- | | |
|---|----|
| PARA ALÉM DA CRÍTICA IDEOLÓGICA AO NEOLIBERALISMO | 19 |
|---|----|

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

ENTREVISTA

- | | |
|--|----|
| MODERNIDADE ÉTICA: UM DESAFIO PARA VENCER A LÓGICA
PERVERSA DA EXCLUSÃO | 24 |
|--|----|

Elimar Nascimento

-
- | | |
|--|----|
| APONTAMENTOS PARA PENSAR AS FORMAS ATUAIS
DE EXCLUSÃO | 29 |
|--|----|

Virgínia Fontes

-
- | | |
|---|----|
| PRIORIDADES PARA UMA AGENDA ESTRATÉGICA DE
UM PONTO DE VISTA AMBIENTAL | 34 |
|---|----|

Jean-Pierre Leroy

-
- | | |
|---|----|
| REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL | 42 |
|---|----|

Franklin Dias Coelho

-
- | | |
|-----------------------------|----|
| SEQÜESTRO À LUZ DO MEIO-DIA | 50 |
|-----------------------------|----|

Wania Sant'Anna

-
- | | |
|--------------------------------------|----|
| RUMO A UMA NOVA AGENDA PARA O BRASIL | 53 |
|--------------------------------------|----|

FASE NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 285-2998
Fax: (021) 205-3099
Tlx.: 213-4201 foas BR

Escritório das Palmeiras

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1598
Fax: (021) 286-1209

FASE-RIO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro
20030-020 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 220-7198
Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Loefgren, 1651 casa 6
Vila Clementino
04040-032 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888
Fax: (011) 549-1307

Escritório do Programa

Trabalhadores Urbanos - PTU
Rua Apeninos, 939 - Paraíso
04104-020 - São Paulo - SP
Tel/Fax: (011) 573-7256

FASE-RIBEIRÃO PRETO

R. Bartolomeu de Gusmão, 920
V. Tibério - 14050-080
Ribeirão Preto - SP

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330 - Vitória - ES
Tel/Fax: (027) 223-7436

FASE-PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220-160 - Porto Alegre - RS
Tel/Fax: (051) 225-0787

FASE-RECIFE

Rua do Paissandu, 419 - Boa Vista
50070-200 - Recife - PE
Tel.: (081) 221-5478 - Fax: (081) 231-0603

FASE-MACEIÓ

Rua Gonçalves Dias, 62 - Farol
57021-330 - Maceió - AL
Tel.: (082) 221-0667
Fax: (082) 221-3645

FASE-ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93/1º andar
45600-000 - Itabuna - BA
Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal
66055-080 - Belém - PA
Tel.: (091) 222-0318
Fax: (091) 241-5310

FASE-ABAAETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440-000 - Abaetetuba - PA
Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
68700-050 - Capanema - PA
Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE-MARABÁ

Folha 27, Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá
Caixa Postal 73
68508-970 - Marabá - PA
Tel.: (091) 322-1591
Fax: (091) 322-1558

FASE-SÃO LUÍS

Rua do Pespontão, 256 - Centro
65010-460 - São Luís - MA
Tel/Fax: (098) 221-1175

FASE-MANAUAS

Rua São Paulo, 404 - São Jorge
Caixa Postal 531
69033-180 - Manaus - AM
Tel/Fax: (092) 671-6121

FASE-VALE DO GUAPORÉ

Rua XV de Novembro, 136 - Centro
Caixa Postal 10
78200-000 - Cáceres - MT
Tel/Fax: (065) 221-2615

FASE

Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ

Diretoria

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretor Administrativo-Financeiro

Virgílio Rosa Neto

Programa Pequenos Produtores Rurais

Maria Emília Lisboa Pacheco

Programa Assalariados Rurais

Leandro Lamas Valarelli

Programa Popular Urbano

Grazia de Grazia

Programa Trabalhadores Urbanos

Paulo Sérgio Muçouçah

Programa de Investigação e Comunicação

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

PROPOSTA

Nº 65 - junho de 1995

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía

Angela de Carvalho Borba

Clarice Melamed

Grazia de Grazia

Haroldo Baptista de Abreu

Jean-Pierre Leroy

João Ricardo Dornelles

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Leandro Valarelli

Luis César de Queiroz Ribeiro

Mabel de Faria

Maria Emília Lisboa Pacheco

Paulo Gonzaga

Paulo Sérgio Muçouçah

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Ricardo Tavares

Sandra Mayrink Veiga

Yara Ninô

Coordenador de Comunicação

Alberto Lopez Mejía

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editora Responsável

Yara Ninô

Organização nº 65

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Sandra Mayrink Veiga

Apoio Técnico

Silvia Helena Matos Brandão

Capa:

Marta Strauch

Teresa Guilhon

Diagramação

Teresa Guilhon

Maria Lúcia Braga

Edição Eletrônica

HD Computação Gráfica

Informações e Vendas

Paulo César Barros

Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 285-2998

Todas as opiniões emitidas nos
artigos assinados são
de inteira responsabilidade
de seus autores.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das organizações não-governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo - pequenos produtores, assalariados sem terra - operários, moradores da periferia e favelas.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROJETOS ESTRATÉGICOS ALTERNATIVOS PARA O BRASIL

O pragmatismo e o imediatismo têm sido a marca do processo governamental e institucional acionado pela ótica da agenda da reestruturação de matiz neoliberal. A Primeira Conferência Nacional dos Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil (Brasília, 1993) colocou-se o objetivo da construção de uma agenda nacional alternativa. A Segunda Conferência Nacional, realizada em Brasília (março, 1995) construiu uma primeira formulação de temas e itens que servem de parâmetros para uma agenda estratégica nacional.

O êxito da **PROPOSTA** n° 61, "Repensando o Brasil", levou-nos a buscar entre os participantes desta Segunda Conferência e no seu documento central os artigos que compõem este novo número da revista.

Augusto de Franco nos apresenta o histórico, o sentido e o nexos das conferências dos Projetos Estratégicos Alternativos e o papel da sua Agenda Preliminar que aqui editamos na íntegra.

Destacamos o tratamento dado por Ricardo Salles às questões ligadas ao tema da estratégia e do poder nacional a partir da especificidade de nação periférica. Estendendo o enfoque da democratização das relações internacionais em mudança, temos o artigo de José María Gómez.

A avaliação do impacto interno sobre a economia e a política nacional do binômio ajuste-reestruturação é enfocada no artigo de Pedro Cláudio Cunha Bocayuva que destaca suas conseqüências conjunturais e estruturais na redefinição de identidades e relações de força de classes e grupos sociais. No texto de Franklin Coelho, a dimensão dos movimentos sociais frente à reestruturação é situada nos contextos territoriais derivados dos fenômenos da globalização e da fragmentação, particularmente nos seus efeitos sobre contextos urbanos.

Para Jean-Pierre Leroy, a estratégia de ação local e regional nos embates em torno do modelo de desenvolvimento tem uma perspectiva de articulação sócio-ambiental dentro de um prisma inovador. As políticas de bem-estar social e as estratégias de democratização acabam forçando o estreitamento do alcance dos temas da redistribuição da riqueza e do poder numa era de reformas orientadas pelo mercado mundializado: Virgínia Fontes aponta para os limites da noção de equidade e do necessário enfoque ético normativo da noção de igualdade para a construção de uma cidadania plena. A entrevista com Elimar Nascimento aprofunda a temática da apartação social insistindo no seu enfoque sobre os processos de exclusão social ao longo de diferentes momentos de nossa história.

Para enriquecer o tratamento de questões substantivas, não poderia faltar a ótica que combina, na nossa estrutura sócio-cultural discriminatória e excludente, a temática de gênero e a questão étnica aqui tratada de maneira bastante concreta desde um experimento existencial no texto-depoimento de Wania Sant'Anna.

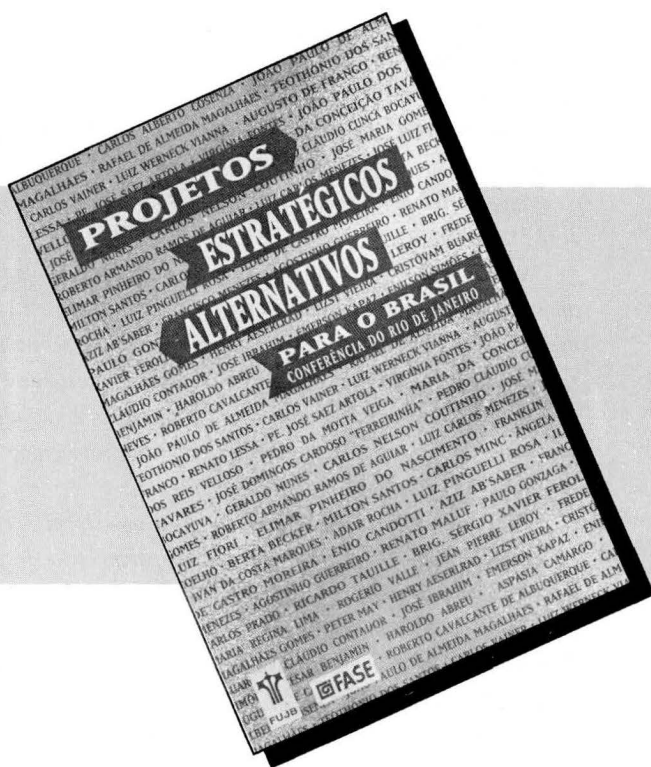
P R O J E T O S

A Conferência do Rio de Janeiro, cujos principais resultados encontram-se registrados neste livro, significou um importante passo para a consolidação deste projeto que está mobilizando mais de dois mil pesquisadores, professores, políticos, representantes de entidades expressivas da sociedade civil brasileira, de órgãos governamentais e de ONGs e conta, hoje, com a promoção de mais de trinta instituições de ensino superior.

E S T R A T É G I C O S

A opinião de participantes como Cristóvam Buarque, Elimar do Nascimento, Augusto de Franco, João Paulo dos Reis Velloso, Maria da Conceição Tavares, Pedro da Motta Veiga, Berta Becker, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva, Aspásia Camargo, Luís Pinguelli Rosa, Carlos Nelson Coutinho, dentre muitos outros, servirá como instrumento de reflexão para todos os interessados no debate e na formulação de estratégias e alternativas para o desenvolvimento brasileiro.

A L T E R N A T I V O S



P A R A O B R A S I L

Os pedidos devem ser encaminhados para o endereço abaixo,
acompanhados por cheque cruzado, no valor de
R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) nominal à:

FASE

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
Rio de Janeiro – R – 22270-070

AS CONFERÊNCIAS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS ALTERNATIVOS PARA O BRASIL

Augusto de Franco

PROPOSTA – Como tem se dado o debate estratégico no Brasil?

AUGUSTO DE FRANCO – No Brasil, só muito recentemente tem se verificado a democratização e a valorização do pensamento estratégico. Por um lado, porque a elaboração estratégica capaz de apontar saídas globais ou parciais para o país era considerada como uma espécie de atributo e obrigação do Estado e dos governantes. Mas, no interior do Estado, apenas o setor militar dedicou-se à formulação de projetos nacionais, e o fez, até bem pouco tempo, devido à instabilidade da vida institucional brasileira, sob o fluxo de ideologias antidemocráticas (como a chamada Doutrina de Segurança Nacional), de uma forma autocrática e não-compartilhada com o restante das organizações do Estado e sem mediações civis. Por outro lado, pela responsabilidade exclusiva dos partidos – os quais, entre nós, sempre foram muito frágeis –, que nunca chegaram a consolidar efetivamente um pensamento nacional.

Enquanto os setores “desorganizados” da sociedade ficavam esperando do Estado a estratégia para o país e os setores ditos organizados atribuíam a partidos praticamente inexistentes ou inoperantes nessa área a iniciativa de propor soluções globais para a problemática estratégica brasileira, não se formou nada que se pudesse chamar propriamente de “escola de pensamento estratégico” ou mesmo de “pensamento estratégico nacional”.

Tal constatação não elide o fato de que em muitas universidades, centros de estudo e pesquisa, partidos e outras instituições tenham surgido significativos estudos sobre a realidade brasileira, freqüentemente apresentando soluções e medidas para vários setores e aspectos do desenvolvimento nacional, aos quais se poderia atribuir o qualificativo de estratégico.

A idéia das Conferências nasceu com o objetivo de contribuir para preencher a grave ausência do debate estratégico no país, que ainda não amadureceu um consenso sobre as prioridades capazes de preparar a transição para um novo padrão de desenvolvimento.

cos. De mais rara incidência, porém, foram aqueles trabalhos que apontavam rumos gerais de desenvolvimento, resoluções globalizantes da problemática estratégica nacional.

Em favor desta avaliação, pode-se apresentar a evidência de que a maioria dos especialistas no

assunto não saberia indicar, hoje, mais do que dez projetos com tais características.

Uma outra constatação, que aqui vai nos interessar especialmente, diz respeito à ausência de uma instituição – governamental ou extra-governamental – que reúna os numerosos trabalhos parciais e os poucos projetos globais existentes. As organizações que abrigam os agentes políticos diretos da sociedade brasileira são estanques, não se comunicam. Assim, os acadêmicos não sabem o que os executivos e assessores governamentais estão fazendo; os quais, por sua vez, também não têm conhecimento do trabalho dos parlamentares e assessores legislativos, dos dirigentes, assessores e militantes de movimentos sociais, entidades representativas, partidos e ONGs. Aliás, mesmo dentro de um setor mais homogêneo – como, por exemplo, o acadêmico – não existe o suficiente trânsito do pensamento sobre as elaborações de caráter estratégico que estão sendo efetivadas.

PROPOSTA – Como surgiu a idéia da Conferência de Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil?

AUGUSTO – Com o objetivo de contribuir para preencher a gra-

AUGUSTO DE FRANCO – Professor de Física, coordenador do Instituto de Política da UnB e membro da Executiva Nacional do PT.

ve lacuna que representa a ausência do debate estratégico, sobretudo num país com o nosso, que ainda não conseguiu, na esfera civil, amadurecer um consenso mínimo sobre as prioridades capazes de preparar a transição para um novo padrão de desenvolvimento (humano, sustentável) e para uma inserção menos dependente na nova ordem mundial que se anuncia, realizou-se, no final de 1993, a Primeira Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil.

Realizada de 10 a 15 de novembro, com o patrocínio de dez universidades federais, em parceria com treze instituições não-governamentais de expressão nacional, a Primeira Conferência reuniu boa parte dos projetos estratégicos globais para o Brasil, já editados e em circulação, bem como especialistas em várias áreas e aspectos do desenvolvimento nacional. Por orientação da Primeira Conferência abriu-se, no início de 1994, um processo de realização de Conferências Estaduais em todo o país, tendo sido realizadas, até o momento, as Conferências da Bahia (18 a 21 de janeiro), do Ceará (11 a 14 de abril), da Paraíba (4 a 6 de maio), do Rio de Janeiro (23 a 27 de julho), do Sudoeste da Bahia (21 a 23 de julho) e de São Paulo (8 a 10 de agosto).

O processo decorrente deste impulso continua em andamento, já estando programadas outras Conferências Estaduais. Todavia, podemos considerar que uma primeira síntese desta fase inaugural de debates somente ocorreu agora, com a realização em Brasília, de 24 a 28 de março de 1995, da Segunda Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil e a proposição de uma *Agenda Preliminar*.

PROPOSTA – Quem tem apoiado e participado das Conferências?

AUGUSTO – Promoveram ou apoiaram a Primeira Conferência Nacional as seguintes instituições:

– UnB (Universidade de Brasília), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFPa (Universidade Federal do Pará), UFPb (Universidade Federal da Paraíba), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UFS (Universidade Federal de Sergipe), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), Abong (Associação Brasileira de ONGs), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Cetra (Centro de Estudos do Trabalho e de Assistência ao Trabalhador), CFM (Conselho Federal e Medicina), CNBB (Setor Pastoral Social), Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), Ibrace (Instituto Brasil Central), Ined (Instituto Nacional de Educação à Distância), Inesc (Instituto e Estudos Sócio-Econômicos), Instituto de Política, Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea, MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos). Tivemos ainda o apoio da Adunb, Caixa Econômica Federal e Encol.

Mas as Conferências Estaduais contaram com um número muito maior de promotores e apoiadores. Por exemplo:

– na Bahia: UFBA, Cefet, Facs, Ucsal, Uesc, Uneb, Abi, Abong, Assembléia Legislativa, Associação Comercial, Caixa Econômica Federal, Cut, Federação do Comércio, Fieb-Iel, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Instituto Pensar, OAB, Prefeitura de Salvador, Une; – no Ceará: Uece, Unifor, Urca, Uva, Abecom, AGB, AJE,

CDL, Cetra, Cic, Esplar, Fetraece, Fundação Demócrito Rocha, Governo do Estado do Ceará, Instituto Ambiental, Instituto Equatorial;

– na Paraíba: UFPb, Instituto Paraíba de Educação, UEPb, Adufpb/JP, Api, Crea, CRM, DCE, Fiep, OAB, Sebrae, Sintespb;

– no Rio de Janeiro: UFRJ, PUC-RJ, UERJ, UFF, UFRRJ, Abong, Banco do Brasil, Capes, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;

– em São Paulo: PUC, UFSCar, Unesp, Unicamp, USP, PNBE, ABRH, Gazeta Mercantil, Veja; e

– no sudoeste da Bahia: UESB, Adusb, Rotary Club, Sebrae, Se-

***Estamos inaugurando
uma nova
metodologia para
o pensar e o fazer
estratégicos,
incorporando como
sujeito fundamental,
ao lado do Estado e do
Mercado, a própria
Sociedade Civil.***

cretaria da Saúde do Governo da Bahia, Sesi, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Comerciantes.

Finalmente, a segunda Conferência Nacional foi impulsionada por um Comitê Coordenador composto pelas seguintes pessoas e instituições:

Angela Dias (UFRJ); Angela Siqueira (UFF); Antônio Ibañez Ruiz (UnB); Artur Obino Neto (UFRJ); Augusto de Franco (Instituto de Política); Cristóvam Buarque (UnB); Elimar Nascimento (Núcleo de Estudos Brasil Contemporâneo – UnB); Geraldo Nunes (UFRJ); Hamilton de Abreu (UFSC); Heleuza Câmara (UESB);

Inácio Neutzling (2ª Semana Social Brasileira – CNBB); Ivônio de Barros Nunes (Ibase/Ined); Izaura Sobral (UFS); Jean-Pierre Leroy (Fase); Joaquim Cartaxo Filho (Cetra); José Geraldo dos Reis Santos (UESB); Kátia Drager Maia (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento); Liszt Vieira (IED); Luiz Carlos de Menezes (USP); Maria do Carmo Brant de Carvalho (PUC-SP); Maria José Jaime (Inesc); Neiliane Maia (UFPb); Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha (Fase); Roberto A. R. de Aguiar (Ceam-UnB); Rui Rodrigues (UFC); Sônia Correia (Ibase).

Esta Segunda Conferência teve o patrocínio da Caixa Econômica Federal e os apoios da Fap-DF, da Fibra, da Gazeta Mercantil, do Hotel Nacional, da Vasp e da Via Engenharia.

Todavia, ainda não temos o balanço completo das centenas de instituições e pessoas que se associaram ao processo por ocasião da Segunda Conferência Nacional ou dela participaram de alguma forma.

PROPOSTA – Por que não foram utilizados os espaços tradicionais? Qual o lugar do Estado, dos partidos e dos sindicatos nesse debate? Por que não têm estado presentes?

AUGUSTO – Foram quase dois anos de trabalho desde que surgiu, no Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da UnB, a idéia de criar um espaço político civil, laico, não-corporativo e extra-partidário para debater projetos globais para o país. O significado desse processo, que está mobilizando mais de dois mil pesquisadores, professores, políticos e representantes de entidades expressivas da sociedade civil brasileira e de órgãos governamentais e que conta, hoje, com a promoção de mais de 30 instituições de ensino superior

e de quase uma centena de organizações sociais, está claramente expresso nas resoluções da Plenária Nacional do Movimento Pela Ética na Política realizado em Brasília, em 24 de junho de 1994: reunir elementos teórico-programáticos para informar a elaboração de uma Agenda Nacional. E é aqui que está a novidade: estamos fazendo isso a partir da sociedade civil! O que não quer dizer que os instrumentos tradicionais da política devam ficar fora deste esforço. Como diz a introdução da Agenda Preliminar aprovada na Segunda Conferência Nacional, inauguramos uma nova metodologia para o pensar e o fazer estratégicos, in-

***A interface entre o
“espaço” próprio da
Conferência – que é a
Sociedade Civil – e as
diversas instâncias
executivas e
legislativas do Estado
está sendo
criteriosamente
construída.***

corporando, como sujeito fundamental, ao lado do Estado e do Mercado, a própria Sociedade Civil e tendo como centro articulador a parceria entre universidades, organizações não-governamentais e instituições de colaboração e apoio ao desenvolvimento.

Na metodologia proposta, a democratização do pensamento estratégico é condição fundamental para a construção daqueles acordos capazes de possibilitar um caminho nacional de desenvolvimento. Tais acordos – construídos, sem negar o conflito, a partir da descoberta coletiva, do entendimento e

da negociação entre os diversos atores estatais e não-estatais, partidários e supra-partidários, corporativos e extra-corporativos, laicos e confessionais, sobre as prioridades do Brasil para a superação de seus grandes impasses estratégicos atuais – constituem condição necessária para a implantação de qualquer projeto nacional. A busca da construção desses acordos estratégicos não pretende substituir o legítimo processo político de disputa que se verifica no interior do regime democrático. Pelo contrário, a ampliação do debate que semelhante esforço enseja só favorece a uma maior clareza quanto à escolha de caminhos. Todavia, reconhece-se aqui que a paternidade de um projeto nacional não pode mais ser atribuída a nenhum sujeito particular ou setorial da sociedade.

PROPOSTA– Qual é a relação entre este processo das Conferências e outros processos plurais como a Ação da Cidadania e a Semana Social?

AUGUSTO – Há uma íntima relação de parceria. Por exemplo, na Segunda Conferência Nacional participaram representantes da Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (promovida pelo Consea e pela Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida), da Segunda Semana Social Brasileira (do Setor Pastoral Social da CNBB) e da XI Reunião do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de expor e debater os resultados destes eventos que ocorreram no ano passado.

PROPOSTA – Na Segunda Conferência Nacional de Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil foi tirada uma Agenda. Quais são os elementos que compõem esta Agenda?

AUGUSTO – Na verdade foi aprovada uma *Agenda Preliminar* cujo objetivo é a difusão e a continuidade do debate do debate estratégico sobre alternativas de desenvolvimento para o país. Esta Agenda Preliminar consigna os principais **consensos** estratégicos construídos ao longo do processo iniciado em 1993 em torno dos seguintes temas: Novos Paradigmas e Modelos de Desenvolvimento; Desenvolvimento e Sociedade; Desenvolvimento e Estado; Ordem Econômica; Apartação Social; Questão Agrária e Segurança Alimentar; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Distribuição Espacial do Desenvolvimento; Universidade, Ciência e Tecnologia; Cultura; e, Inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial.

PROPOSTA – **Existe alguma intenção de que esta Agenda se torne mais pública ou de entregá-la, por exemplo, para o Congresso?**

AUGUSTO – Sem dúvida. Estamos programando, para o segundo semestre deste ano, o lançamento público da Agenda Preliminar (e da própria Conferência como fórum permanente) no Congresso Nacional, com a presença de deputados e senadores de vários partidos, de governadores de alguns estados e prefeitos de capitais e grandes cidades do país. Esta interface entre o “espaço” próprio da Conferência – que é a Sociedade Civil – e as diversas instâncias executivas e legislativas do Estado está sendo criteriosamente construída.

PROPOSTA – **Com a Segunda Conferência Nacional tem-se a sensação de encerramento de um primeiro ciclo deste processo. Quais serão os desdobramentos futuros?**

AUGUSTO – A partir de agora abre-se uma nova fase, na qual a Conferência se instala como fórum permanente, congregando as

***A democratização
do pensamento
estratégico é condição
fundamental para a
construção dos acordos
capazes de possibilitar
um caminho nacional
de desenvolvimento.***

Câmaras Temáticas sediadas em diferentes universidades do país, sempre em parceria com organizações não-governamentais, empresas e instituições de colaboração e apoio ao desenvolvimento. O objetivo deste segundo impulso de síntese teórico-programática, cujo desfecho prevê-se para meados de 1998, é o de transformar a presente *Agenda Preliminar* numa *Nova Agenda*, de caráter político-estratégico para o Brasil, ampliando os consensos obtidos até o presente momento.

Aprovada pela Segunda Conferência Nacional como fórum permanente, a Conferência Nacional de Projetos Estratégicos (CNPE) estará se instalando, até junho de 1995, através da organização de um Centro Facilitador (sediado em Brasília) e de Câmaras Temáticas.

Cada Câmara Temática será instalada em uma universidade e funcionará, obrigatoriamente, em parceria com outras instituições (ONGs ou centros de pesquisa, movimentos sociais, empresas ou instituições de colaboração ou apoio ao desenvolvimento). As Câmaras Temáticas deverão organizar suas redes de colaboradores (participantes interessados, especialistas etc.), montando seu banco de dados e elaborando um calendário específico de atividades. Cabe ressaltar que as Câmaras podem ser formadas por várias instituições, independentemente de

estarem ou não no mesmo estado; porém, a parceria que servirá como ponto focal deve ser entre uma universidade e uma ONG do mesmo estado.

O Centro Facilitador editará um boletim – “Agenda Estratégica” – para divulgar os passos e eventos de cada Câmara Temática, buscando inclusive compatibilizar as agendas bem como outras notícias de interesse geral da CNPE. O Centro Facilitador intermediará a redistribuição de documentos no interior da CNPE, entre as Câmaras Temáticas e os demais participantes, além de ser o responsável pela organização da Terceira Conferência Nacional, que deverá ocorrer em 1998.

A coordenação de todo esse processo ficará a cargo de um coletivo composto pelo Centro Facilitador e pelas Câmaras Temáticas.

As Câmaras Temáticas propostas até o momento são as seguintes:

- 1– Novos Paradigmas e “Modelos” de Desenvolvimento;
- 2– Cidadania e Políticas Públicas;
- 3– Desenvolvimento e Estado;
- 4– Ordem Econômica;
- 5– Apartação Social;
- 6– Questão Agrária;
- 7– Segurança Alimentar;
- 8– Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- 9– Distribuição Espacial do Desenvolvimento;
- 10– Universidade, Ciência e Tecnologia;
- 11– Informação e Comunicação;
- 12– Cultura;
- 13– Inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial;
- 14– Pequenas e Médias Empresas;
- 15– Educação.

Já existem várias ofertas informais de universidades e ONGs para sediar e participar de Câmaras Temáticas. O processo continua em aberto e uma primeira definição será feita até junho ou julho deste ano. □

ORDEM E DESORDEM NA POLÍTICA MUNDIAL

José María Gómez

Notas sobre globalização, multilateralismo e democracia

1 – Recentes discussões em torno dos Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil têm apontado a necessidade urgente e crucial de desenvolver um amplo debate, nas suas principais dimensões, sobre novas tendências e desafios abertos pelo atual contexto internacional. O objetivo é procurar superar um tratamento considerado ainda insuficiente das “circunstâncias externas” do país, fornecendo elementos de análise mais consistentes para a elaboração de diagnósticos e propostas de ação vinculados às questões mais relevantes da política externa e das relações internacionais do Brasil. Nessas notas, meu propósito é levantar uma série de considerações gerais sobre a interação problemática de três fenômenos complexos e marcantes da política mundial hoje – globalização, multilateralismo e democracia – e suas múltiplas implicações sobre a figura do Estado-nação.

2 – A afirmação de que a política mundial entrou, nos últimos anos, numa “nova era” já faz parte do senso comum deste fim de século. Na realidade, acontecimentos maiores como o colapso do socialismo real e o fim da Guerra

Fria deixaram em evidência, além do desabamento de estruturas e processos que haviam sobredeterminado as relações internacionais dos últimos cinquenta anos, uma

dinâmica de mudanças globais múltiplas, profundas e vertiginosas com origens que remontam a processos desencadeados muito antes da emblemática queda do Muro de Berlim

e com consequências para as próximas décadas – certamente de vasto alcance – mas ainda de difícil previsão. Como ressaltam alguns analistas, estamos diante de uma mudança sistêmica fundamental da política mundial, talvez só comparável a de 1648, quando, por ocasião da Paz de Westfalia, surgiu o sistema internacional moderno centrado no Estado-nação e seus princípios constitutivos de soberania e igualdade jurídica.

Com efeito, basta uma simples observação dos fenômenos e tendências marcantes no atual cenário internacional para compreender as severas restrições que afetam a capacidade dos Estados nacionais para controlar soberanamente suas decisões e resultados políticos,

seja na própria base territorial, seja na arena internacional. Nesse sentido, cabe salientar a mundialização e a regionalização das economias nacionais; a fragmenta-

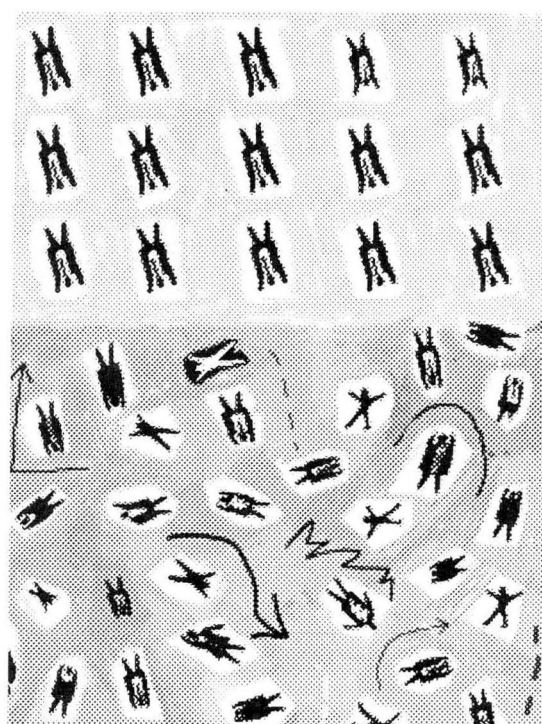


ILUSTRAÇÃO: MARTA STRAUCH

A afirmação de que a política mundial entrou, nos últimos anos, numa “nova era” já faz parte do senso comum deste fim de século.

JOSÉ MARÍA GÓMEZ – Cientista político, pesquisador e coordenador do Mestrado de Relações Exteriores Internacionais – IRI/PUC-RJ; professor da Escola de Serviço Social da UFRJ.

ção das sociedades em subgrupos (étnicos, religiosos, nacionais, lingüísticos); o advento de questões eminentemente transnacionais (contaminação ambiental, crises financeiras, tráfico de drogas, terrorismo, migrações, AIDS, pobreza e exclusão social etc.); o consenso normativo sem precedentes sobre a democracia e os direitos humanos; a expansão de densas redes de relações e comunicações transgovernamentais; a intensificação das interconexões globais e regionais nos planos jurídico, cultural, social, político e estratégico-militar. Todos esses fenômenos e tendências implicam, de fato, que os poderes da proclamada soberania irrestrita dos Estados nacionais vêm sofrendo, até nos Estados mais poderosos, um movimento simultâneo de erosões “por cima” (lembremo-nos das “interferências”, em termos de atores, desde o FMI até a Amnesty) e “por baixo” (lembremo-nos da proliferação de demandas de autonomização de minorias étnicas e religiosas, movimentos sociais etc.).

É claro que isto não significa afirmar que se está diante de uma crise “terminal” do Estado-nação e, portanto, do sistema de Estados, pois ele continua, e tudo indica que continuará sendo, por bastante tempo, um ator fundamental para enfrentar e resolver problemas de alta prioridade tanto no âmbito doméstico quanto no campo das relações internacionais.

A título de ilustração, podemos pensar, com relação ao primeiro âmbito, no papel imprescindível do Estado na construção conflitiva e sempre inacabada de uma ordem política, assim como na implementação de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional no contexto de uma economia mundializada (que requer, entre outros imperativos, um Estado dotado de recursos e capacidades para lidar com situações e interações conflitivas e cooperati-

vas com poderosos atores econômicos transnacionais). Já com relação ao âmbito das relações internacionais, fica evidente o papel dos Estados numa série de questões essenciais que vão desde os problemas da guerra e da paz (que, por definição, concernem a todo Estado), até os avanços significativos – embora ainda insuficientes – alcançados em matéria de meio ambiente, democracia e direitos humanos pela diplomacia multilateral, sob forte pressão da sociedade civil internacional.

Contudo, trata-se aqui de enfatizar que o tão mencionado processo de globalização em cur-

***Pouco durou a
ilusão de que, com o
colapso do comunismo
e o fim da
bipolaridade, o mundo
entraria numa era
de “paz perpétua” e
de prosperidade
material via
generalização dos
benefícios da
globalização
econômica.***

so (no sentido amplo e não estritamente econômico do termo) implica, por um lado, em que as atividades econômicas, políticas, culturais e sociais de uma nação se insiram cada vez mais num marco de referência mundial. E, por outro lado, se intensificam os níveis de interação e interdependência dentro e entre os Estados e as sociedades civis, configuradores da comunidade internacional.

3 – O resultado dessa miríade de mudanças é uma política mun-

dial mais complexa e dinâmica, menos estadocêntrica e mais multicêntrica em termos de atores e interesses. E onde até a própria equação de poder entre as nações se redefine pela tendência à dissolução das fronteiras entre o econômico e o político-estratégico, articulando os recursos tradicionais (potência militar, produção industrial etc.) com outros menos intangíveis e cada vez mais importantes como o avanço científico-tecnológico, a coesão societal, a capacidade de resposta às crises e de antecipação de acontecimentos etc.

Parece desnecessário sublinhar que o fim da Guerra Fria e de suas características modeladoras do conjunto das relações internacionais (predomínio da dimensão estratégico-militar, confronto ideológico exacerbado entre as superpotências etc.) não fez mais do que agudizar turbulências e incertezas. De fato, pouco durou a ilusão de que, com o colapso do comunismo e o fim da bipolaridade, o mundo entraria numa era de “paz perpétua” e de prosperidade material via generalização dos benefícios da globalização econômica. Rapidamente, as celebrações do “fim da história” pelo triunfo das idéias liberais na economia e na política, assim como pelo advento da “nova ordem” que a Guerra do Golfo Pérsico teria consagrado no campo da segurança coletiva, foram sepultadas pelas manifestações do que bem poderia ser caracterizado como uma “fenomenal desordem”: intensificação da competição econômica entre Estados Unidos, União Européia e Japão; declínio da hegemonia global da única superpotência – Estados Unidos – e indefinição do papel futuro das outras grandes potências – Japão, Alemanha, Rússia, China –; prolongada recessão econômica e desemprego estrutural crescente nas economias centrais; agravamento das disparidades entre o Norte e o Sul (com caóticos desdobramen-

tos sobre a fome e a miséria, as correntes migratórias e de refugiados etc.) e dissolução do poder político do Terceiro Mundo (Movimento dos Não-Alinhados, Grupo dos 77); exacerbações de identidades nacionalistas e afirmações étnicas e religiosas; desintegração política, econômica e militar dos países comunistas no Leste Europeu e na ex-União Soviética, dan-

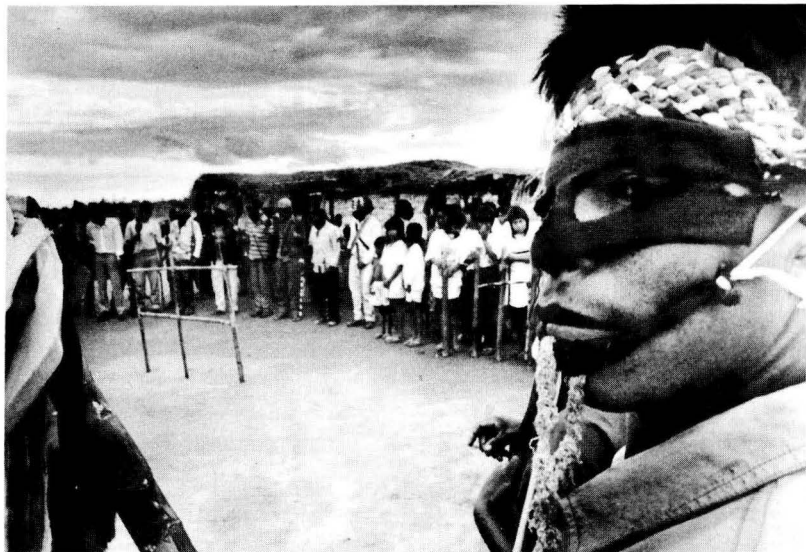
das dos países (como ficou evidenciado na recente crise mexicana), possibilitados e exacerbados pela globalização e pelas políticas econômicas de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros e que o Fundo Monetário Internacional e os Bancos Centrais do G-7 não conseguem controlar. Em suma, conjuntamente com a tendência homogeneizadora

colocadas hoje na agenda internacional seja a da construção de uma ordem global e uma governabilidade "sem autoridade central", adequadas ao novo contexto.

Cabe perguntar-se, porém, se é possível construir uma ordem em escala global no quadro de um processo de rápidas, extensas e inacabadas mudanças. Em outras palavras, como assegurar uma governabilidade efetiva frente à ausência de um governo central, quando a natureza e os lugares de autoridade e legitimidade se deslocam continuamente entre entidades supranacionais, nacionais e grupos subnacionais? Quem formulará e implementará os sistemas de regras para sustentar a governabilidade, limitando e modelando as condutas dos atores internacionais? Quais são os formatos organizacionais e institucionais mais apropriados para o exercício de novas funções?

Seria temerário falar sobre os traços distintivos da evolução futura da emergente ordem global do pós-Guerra Fria, quando se sabe que sua demorada construção está atravessada de tendências e forças contraditórias. Contudo, não pode ser ignorada a forte gravitação, nos últimos anos, de dois fenômenos da globalização política que certamente terão um papel fundamental a desempenhar nesse processo: o ascenso das idéias e regimes democráticos e o peso crescente de organizações e ações multilaterais. Trata-se de dois desenvolvimentos que, com histórias, dinâmicas e lógicas diferenciadas, estabelecem entre si uma relação complexa e problemática.

Durante a Guerra Fria, por exemplo, organizações internacionais relevantes (ONU e OEA) assumiram posturas de indiferença, senão de hostilidade, à causa da democracia, em razão das óbvias implicações da rivalidade Leste-Oeste e pelo fato de prevalecer nessas organizações governos não



Como assegurar uma governabilidade efetiva frente à ausência de um governo central, quando a natureza e os lugares de autoridade e legitimidade se deslocam continuamente entre entidades supranacionais, nacionais e grupos subnacionais?

Seria possível construir uma ordem em escala global no quadro de um processo de rápidas, extensas e inacabadas mudanças?

do lugar a difíceis transições para o capitalismo e para a democracia política, além de uma ameaçadora explosão de conflitos bélicos (Bósnia, Chechênia); riscos sistêmicos nas finanças internacionais provocados pelos movimentos especulativos incontroláveis de capitais transnacionais sobre as moe-

do processo de globalização, aprofundam-se múltiplas contradições entre o Norte e o Sul, o intra-Sul, o intra-Leste e também o intra-Norte que expressam a configuração de um sistema constituído de fragmentações, assimetrias e desigualdades geográficas, econômicas, sociais, políticas e culturais.

4 – Diante dessa situação, nada mais lógico que a multiplicação de insistentes apelos, por parte de diversas lideranças mundiais, para uma profunda redefinição do conjunto de crenças, padrões standardizados de conduta e, sobretudo, normas e instituições (organizações econômicas de Bretton Woods, ONU, OTAN etc.) reguladoras do sistema internacional nos últimos cinquenta anos. Não causa surpresa, portanto, que uma das questões mais urgentes e cruciais

democráticos. Já nos anos oitenta, fruto direto da “terceira onda” de democratização que alcançou diversas partes do mundo, tal situação foi completamente revertida, como o ilustra a sucessão de uma série de resoluções e iniciativas multilaterais sem precedentes, nos planos global e regional, direcionados a promover e a proteger os regimes democráticos constitucionais dos Estados-membros (basta citar a resolução sobre eleições livres e a criação de agências e fundos para financiar a observação de eleições e a assistência técnica dada pela ONU, o Compromisso de Santiago e o estabeleci-

***Não causa surpresa
que uma das questões
mais urgentes e
cruciais colocadas hoje
na agenda
internacional seja a da
construção de uma
ordem global e uma
governabilidade “sem
autoridade central”,
adequadas ao novo
contexto.***

tolerância na comunidade internacional, os “direitos dos indivíduos e dos povos”, os direitos humanos e o direito a governar-se democraticamente.

5 – A aceitação recente no sistema internacional de que a legitimidade democrática está fundamentada no consentimento dos governados e no seu conhecido elenco de procedimentos e regras é, sem dúvida, um desenvolvimento de extraordinária significação. Isto revela que a democracia, como princípio organizador do poder político dos Estados, tem uma dimensão internacional constitutiva, manifestada no papel crescente e nas potencialidades que se lhe abrem ao direito internacional e à atuação multilateral nesse campo. Mas, ao mesmo tempo, ele deixa em evidência sérias limitações que, além de prevenir contra um exagerado otimismo, obrigam a repensar novos e maiores desafios que a questão da democracia hoje enfrenta na construção de uma ordem e de uma governabilidade global.

Seria conveniente lembrar, nesse sentido, que a “revolução democrática” dos anos oitenta não se estendeu universalmente e que há numerosos governos na Ásia, África e Médio Oriente de natureza abertamente antidemocrática. Por outro lado, aí onde ela aconteceu de maneira mais dramática e com ostensivo apoio de organismos regionais – os casos da América Latina e Europa Central e Oriental e das novas políticas da OEA e do CSCE –, por diversas razões (institucionais, sociais, culturais, econômicas), as novas democracias ainda não se consolidaram e não há garantias de que num futuro próximo isso aconteça.

Mas é preciso lembrar, sobretudo, as limitações decorrentes das já mencionadas consequências da interdependência regional e global: a alteração do exercício e do alcance da soberania do Estado-

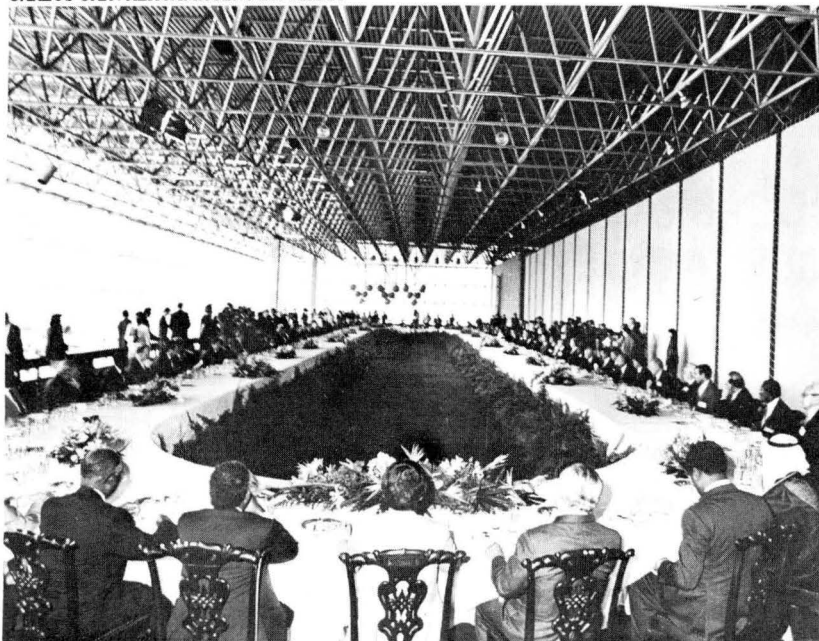
EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA



Aprofundam-se múltiplas contradições que expressam a configuração de um sistema constituído de fragmentações, assimetrias e desigualdades.

mento da Unidade para a Promoção da Democracia da OEA, os documentos de Copenhague e Moscou, a Carta de Paris e a criação da Office of Democratic Institutions and Human Rights da Conferência sobre Seguridade e Cooperação na Europa). Assim, a exigência de “credenciais democráticas” dos Estados, junto à indissociável exigência do respeito dos direitos humanos (temática na qual já se tinha avançado muito

antes e muito mais), além de expressar a formação de um consenso valorativo internacional, é mais uma demonstração de que a velha doutrina da soberania absoluta e exclusiva dos Estados (da qual decorre o clássico princípio da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados) está sendo modificada, no dizer do atual Secretário Geral da ONU, por “uma dimensão de soberania universal” que afirma, como fonte de paz e de



Faz-se necessário que a articulação das instituições políticas internacionais com grupos, associações e organizações da sociedade civil internacional permitam a esta última tornar-se parte integrante de um processo democrático alargado.

nação e a criação de uma trama de decisões e resultados que unem Estados e cidadãos e que, ao mesmo tempo, modificam a natureza e o funcionamento dos sistemas políticos nacionais. Tais consequências, com efeito, afetam os pressupostos de simetria e congruência da relação política democrática (entre os cidadãos votantes, os que assumem a decisão política e os destinatários) e de suas categorias básicas (consenso e legitimidade, circunscrição eleitoral, "accountability", forma e âmbito da participação política, papel do Estado como garantia institucional dos direitos e deveres dos cidadãos), derivados de uma idéia originária de comunidade que se autogoverna como unidade de decisão nacional.

No novo contexto, é um imperativo da teoria e da prática da democracia repensar a forma e a estrutura internacional da política e da sociedade civil de modo a enfrentar a problemática de como articular, aplicar e conservar seus fundamentos e princípios nos centros de poder e autoridade local, nacional, regional e global. Isso implica, em primeiro lugar, remodelar os limites territoriais dos

É preciso que o papel e as atribuições das instituições e agências reguladoras e funcionais nos planos regional e global sejam redefinidos e fortalecidos num sentido democrático de participação decisória e de responsabilidade.

mecanismos de responsabilidade política para aqueles problemas – financeiros, de segurança, ambientais, de saúde, novas formas de comunicação – que fogem aos controles democráticos dos Estados nacionais, de maneira que possam ser submetidos a um tipo de controle supranacional. Em segundo lugar, é preciso que o papel e as atribuições das instituições e agências reguladoras e funcionais nos planos regional e global (parlamentos regionais ou sub-regionais,

Assembleia Geral e Conselho de Segurança da ONU, tribunais e cortes de justiça, direito internacional etc.) sejam redefinidos e fortalecidos num sentido democrático de participação decisória e de responsabilidade. E, finalmente, faz-se necessário que a articulação das instituições políticas internacionais com grupos, associações e organizações da sociedade civil internacional permitam a esta última tornar-se parte integrante de um processo democrático alargado e adotar no seu *modus operandi* as regras e princípios democráticos.

Basta pensar nessas implicações – e nos seus inevitáveis desdobramentos organizativo-procedimentais, jurídicos, institucionais e estratégico-militares – para vislumbrarmos a magnitude das tarefas e desafios que a questão da democracia enfrenta na construção de uma ordem e de uma governabilidade global. Assim sendo, uma leitura "realista" da política mundial – que privilegia os Estados e seu acionar estratégico em termos exclusivos de acumulação de recursos de poder – rapidamente concluiria quanto ao caráter utópico das breves considerações anteriores. Cabe perguntar-se, porém, se por acaso é menos utópico defender a causa da democracia nos estritos limites do Estado-nação, sem problematizar o desenvolvimento das relações democráticas entre os Estados e as sociedades civis no plano mundial. Talvez seja mais realista não ignorar que o contexto internacional contemporâneo, apesar das gravíssimas limitações, ameaças e incertezas que pesam sobre a democracia, também tenha assentado certas bases mínimas para repensá-la e ampliá-la nos níveis regional e global, deixando vislumbrar que eles constituem uma condição cada vez mais importante para o desenvolvimento democrático das próprias comunidades nacional e local. □

A INSERÇÃO DO BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL: OBSERVAÇÕES SOBRE UM DEBATE

Ricardo Salles

Estas observações foram motivadas pelo debate que vem se travando ao longo da realização da Primeira e da Segunda Conferências Sobre Projetos Estratégicos Para o Brasil quanto à inserção do Brasil na nova ordem mundial. Resumidamente elas dizem respeito a duas ordens de questões: a caracterização do quadro internacional e das mudanças nele em curso e qual o papel reservado aos Estados nacionais neste novo quadro e, particularmente, o papel que o Brasil pode desempenhar nesse contexto.

1 – Nos últimos duzentos anos, as transformações históricas mundiais vêm se desenvolvendo em ritmo cada vez mais acelerado e com rumos e conseqüências sempre mais imprevisíveis. É comum observar-se que neste período o mundo – ou pelo menos parte cada vez mais abrangente dele – sofreu maior número e mais rápidas mudanças do que nos dois mil anos de história anteriores.

Enfrentando enormes dificuldades em produzir conhecimentos seguros sobre os rumos deste quadro de impressionantes mudanças, o discurso acadêmico crescentemente ateu-se ao rigor dos métodos, à crítica das fontes e dos dados e à fidelidade aos mestres como forma de se legitimar cientificamente. A busca de resultados consubstanciados em previsões passíveis de comprovação futura foi sendo paulatinamente deixada de lado diante do ritmo, extensão e imprevisibilidade do

panorama mundial. Contudo, o exercício de buscar prever o desenvolvimento futuro tem sido, neste contexto, ainda mais necessário para aqueles agentes mais importantes que nele tomam parte: governos, partidos políticos, forças armadas, grandes corporações etc. Assim é que este exercí-

Nos últimos duzentos anos, o mundo – ou pelo menos parte cada vez mais abrangente dele – sofreu maior número e mais rápidas mudanças do que nos dois mil anos de história anteriores.

cio, muitas vezes pejorativamente alcunhado de “futurologia”, tem sido uma constante na literatura que lida com economia, política, tecnologia e mercado. São tentativas de ler o ambiente, de detectar grandes tendências em curso e de desenhar cenários futuros para melhor decidir as ações mais adequadas e que permitam a obtenção de posições de vantagem nas áreas política, militar e empresarial.

As observações que se seguem encontram-se nesta linha: utilizam-se inclusive de instrumentos de

análise da administração moderna, combinadas com uma tentativa de delinear o quadro das grandes tendências históricas que produziu, englobam – e certamente sofrerão – as conseqüências imprevisíveis das mudanças em curso. Com isso, deseja-se, por um lado, ressaltar as limitações dessas observações em relação aos possíveis desenvolvimentos futuros contidos nas tendências do atual quadro internacional. Por outro lado, busca-se uma certa compensação a estas limitações através de uma incursão ao contexto histórico destas tendências.

2 – É consenso que o mundo atravessa, neste final de século, um período de mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e culturais talvez sem precedentes. Alguns rótulos aplicados a este processo já se encontram consagrados: crise da modernidade, mundialização da cultura, revolução da informação, nova revolução tecnológica, globalização da economia. No plano político, ressaltam o desmoronamento do bloco soviético e o fim da Guerra Fria, o recrudescimento de conflitos étnicos e nacionais localizados, o fortalecimento do fundamentalismo islâmico, a crescente importância

RICARDO SALLES – Historiador, autor de “Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990 e de “Nostalgia imperial”, no prelo.

adquirida pelas questões globais como o meio ambiente, a democracia e os direitos humanos, o terrorismo, o narcotráfico e a fome. Não nos deteremos na crítica destes conceitos a não ser para efeito de nosso objeto principal: sua repercussão no quadro das relações internacionais e na inserção do Brasil neste quadro.

3 – Do ponto de vista das transformações econômicas e tecnológicas, é difícil prever os desdobramentos mais a longo prazo: qual a extensão de seus efeitos nas formas de produção e distribuição de riqueza, na organização do trabalho, nas bases energéticas e nas fontes materiais da produção em escala mundial? Por sua vez, qual o impacto destas transformações na ordem política internacional em termos do papel das grandes potências (e quais grandes potências) e das atuais médias e pequenas nações?

Por ora, o que se pode notar é que a globalização da economia e o extraordinário avanço tecnológico que vêm se realizando não estão ocorrendo sobre uma base que envolva um número maior e crescente de países e populações. Ao contrário, as distâncias entre países ricos e pobres e, principalmente, as diferenças sociais nestes últimos, parecem se acentuar. Pode-se argumentar que este é um efeito inicial e de uma fase ainda não completamente estruturada das mudanças em curso. Entretanto, apesar de quase quarenta anos de esforço desenvolvimentista, o impacto histórico das transformações tecnológicas deste século não dão margem para otimismo. Continentes praticamente inteiros – América Latina, África e Ásia – continuam conhecendo níveis assustadores de pobreza e miséria absoluta. As desigualdades sociais extremam-se. Mesmo o progresso social representado pelos países que passaram pela experiência socialista – que, durante décadas, foi



Preservação ambiental, respeito aos direitos humanos e à democracia, luta contra o narcotráfico e o terrorismo são pontos que devem ser garantidos principalmente no Terceiro Mundo, a partir fundamentalmente de uma consciência despertada nos países centrais.

o argumento final, se não a justificar, ao menos a compensar a supressão das liberdades democráticas e as carências políticas destes regimes – não sobreviveu à fulminante crise econômica e política do final dos anos 80.

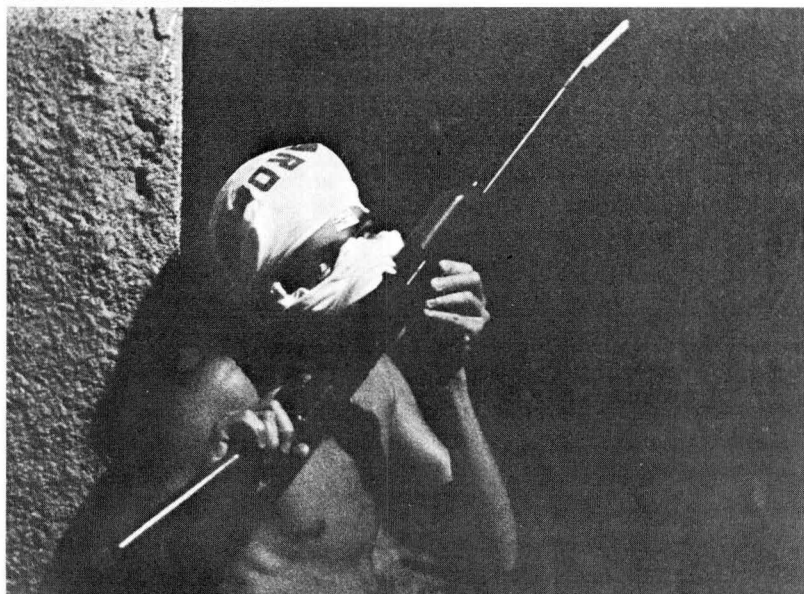
Continentes inteiros – América Latina, África e Ásia – continuam conhecendo níveis assustadores de pobreza e miséria absoluta. As desigualdades sociais extremam-se.

4 – No que diz respeito às transformações econômicas e tecnológicas, mesmo constatando seus efeitos perversos até o momento, é inegável que elas encerram um potencial positivo. De fato, historicamente, a evolução tecnológica e econômica liberou energias, exponenciou a capacidade

produtiva e aumentou significativamente a produção de riquezas. O mesmo ocorre hoje em escala ainda não de todo dimensionada. Se este potencial foi utilizado em benefício de parcelas cada vez maiores da humanidade é uma outra questão que depende e dependeu, em larga medida, dos processos históricos concretos em suas dimensões política, cultural e ideológica. É aqui que nossa análise vai se deter um pouco mais.

O aparente efeito da globalização da economia na vida política e social, a emergência de temas globais, o surgimento de instituições transnacionais e o enfraquecimento dos Estados nacionais não permitem uma visão mais otimista. Talvez até possamos dizer que, neste terreno, justifica-se um maior pessimismo. Tudo isso vem ocorrendo sob hegemonia conservadora, mesmo nos países e em situações em que os agentes políticos imediatos das transformações sejam partidos e instituições identificadas historicamente com o progressismo. Trata-se de uma predominância esmagadora dos valores conservadores.

De fato, vamos dizer, 150 anos – para tomarmos o Manifesto Co-



Na periferia, o desaparecimento das categorias de igualdade racial e de igualdade entre povos e nações não é apenas uma questão teórica: estamos falando da ameaça à existência física de milhões de seres humanos.

munista como marco mais evidente – de fé nos benefícios do progresso material e tecnológico para a criação de uma humanidade diferente parecem não mais se justificar. Não só as previsões, tanto as de base comunista quanto as que acreditavam no capitalismo como base para o progresso social, não se realizaram, como seus próprios fundamentos morais e filosóficos encontram-se em questão. Nunca estivemos tão carentes de fé no futuro, de ideal de progresso, de utopias. Os sistemas democráticos maduros apresentam um esvaziamento preocupante de seu conteúdo moral: as idéias de liberdade, igualdade e fraternidade, por um lado, e seu *élan* universalista, por outro. Nas democracias mais novas, não se trata apenas de salientar sua instabilidade, talvez natural ao seu pouco tempo de vida recente e ao passado de autoritarismo das sociedades que a sustentam. Elas já nascem – parece – precocemente envelhecidas, sofrendo da mesma perda de valores subjacentes das democracias consolidadas.

É possível que estejamos testemunhando o fim da república iluminista? Isto é, estaremos assistindo a morte dos valores que,

de uma maneira ou de outra, foram responsáveis pela pouca distribuição de progresso e bem-estar que acompanhou a expansão ocidental pelo planeta, feita à custa de sangue, destruição, aculturação e em busca da riqueza transformada em

***Estará o sonho de uma
cidadania universal –
base filosófica das
utopias socialista,
liberal e democrática –
sendo substituído pela
clivagem entre mundo
civilizado e hordas
bárbaras?***

luxo e ostentação? Será que o sonho de uma cidadania universal – base filosófica das utopias socialista, liberal e democrática – esteja sendo substituído pela clivagem entre mundo civilizado e hordas bárbaras?

Assiste-se – quem sabe? – a uma gigantesca reação conservadora – no sentido mais visceral do

termo, com manifestações de aristocratismo, racismo, intolerância, indiferentismo e arrogância sociais, e não apenas em sua conotação política imediata – a praticamente um século de lutas sociais nos países centrais, a décadas de luta anticolonialista nos continentes periféricos e à corrente migratória Sul-Norte que inundou o mundo de prosperidade das principais nações imperialistas. No centro, o proletariado desaparece enquanto categoria teórica e classe social, diluído nas sociedades de serviços. Na periferia, o desaparecimento das categorias de igualdade racial e de igualdade entre povos e nações não é apenas uma questão teórica: estamos falando da ameaça à existência física de milhões de seres humanos.

É neste contexto que, em aparente paradoxo, ganham força e expressão as questões globais a que acima nos referimos. Aparente, porque algumas considerações são importantes para atinar o papel real que estas questões representam no mundo atual.

Primeiramente, cabe constatar que o final da Guerra Fria fez com que minguasse ou mesmo desaparecesse uma questão global que foi capaz de congregiar energias e mobilizar movimentos com incrível força nas últimas quatro décadas: a paz mundial. O afastamento do perigo imediato de um conflito nuclear generalizado colocou, em sua substância, a questão da paz mundial condescendentemente num segundo plano. Este afastamento levou a uma situação de indiferença ante os conflitos locais e regionais, providencialmente exportados para a periferia, agora desprovidos de seu potencial de geradores de um conflito global entre as duas grandes potências nucleares. O resultado é que a luta pela paz como um valor de uma humanidade melhor foi substituído pela conveniente segurança da existência no mundo civilizado.

Este ponto é importante porque lança luz sobre a natureza das questões globais e o alcance real dos movimentos e instituições que em torno delas se constroem. Não há como negar que estas são preocupações, movimentos e instituições que nascem, se nutrem e se desenvolvem fundamentalmente no Primeiro Mundo. É inegável também que a periferia aparece como lugar em que estas questões se tornam **problemas**. Preservação ambiental, respeito aos direitos humanos e à democracia, luta contra o narcotráfico e o terrorismo são pontos que devem ser garantidos principalmente no Terceiro Mundo, a partir fundamentalmente de uma consciência despertada nos países centrais. Não se trata, é claro, de diminuir ou negar a importância destes temas. Tampouco é o caso de querer imputá-los a uma intenção escusa e velada de mascarar políticas imperialistas. Trata-se sim de constatar suas limitações e fragilidades num contexto marcado pela perda de substância dos valores morais da solidariedade, igualdade, justiça e progresso universal. Trata-se, ainda, de acentuar que o potencial libertador destas questões, movimentos e instituições está longe de suplantá-la sua dimensão de **problemas** para uma parcela minoritária da humanidade.

5 – Traçado o contexto internacional, cabe considerar duas questões que têm polarizado o debate: se o espaço internacional hoje é mais ou menos democrático e qual o papel que o Brasil deve e pode almejar neste contexto.

A primeira questão já está, numa certa medida, respondida na observação anterior, do ponto de vista de seus valores. A nova ordem mundial que parece estar se gestando é mais fechada, desigual e mais assentada diretamente sobre força e valores egoisticamente realistas.

É fato que surgem novos espa-

ços institucionais internacionais privados e que os Estados nacionais perdem força enquanto únicos detentores do poder. É fato também, contudo, que o edifício institucional internacional construído no pós-guerra perde relevância, sem que estejamos assistindo ao surgimento de nova e mais democrática institucionalidade efetiva. Organismos, movimentos, cúpulas e reuniões internacionais têm surgido e vêm se desenvolvendo nos últimos anos, é verdade. Não é menos verdade que suas recomendações, assim como aquelas dos organismos e reuniões internacionais oficiais, têm sido ignoradas ou contornadas pelas grandes potências. Se um organismo ganhou peso nos últimos anos, este foi o Grupo dos Sete que expressa o poder real de seus membros sem os embaraços de uma institucionalidade formal.

Quanto aos Estados nacionais, duas matizações são importantes. Enquanto conjunto, perdem peso para instituições que são, na verdade, menos democráticas e submetidas a menor controle da sociedade que eles: grandes corporações transnacionais, instituições financeiras internacionais e blocos regionais econômico-políticos que aumentam – e não diminuem – a distância entre cidadãos, governantes e burocratas. Na relação entre Estados nacionais, a determinação nacional, histórica e cultural destas instituições significa que as grandes potências (e, conseqüentemente, seus Estados) de fato adquirem um poder muito maior sobre seus parceiros menores. Não há indícios de que empresas e instituições financeiras (na verdade as duas grandes forças que diminuem de modo significativo o poder dos Estados) deixem de ser, em futuro próximo, americanas, japonesas, alemãs etc. Quando isso acontecer – e se acontecer – certamente ainda passaremos pelo estágio dos blocos americano, euro-

A nova ordem mundial que parece estar se gestando é mais fechada, desigual e mais assentada diretamente sobre força e valores egoisticamente realistas.

peu e asiático. Depois? Por enquanto somente a macabra corporação da ficção científica de *Blade Runner* é a visão, senão possível, imaginável.

Neste mundo, as utopias são ainda mais necessárias. Mas o descrédito das grandes utopias de progresso da humanidade e a não existência de suportes sociais e políticos sólidos para estas utopias não nos permite ser otimistas.

6 – Finalmente chegamos à questão do papel e do espaço do Brasil neste contexto. Esta é eminentemente uma questão de política de Estado. Portanto, cabe inicialmente desfazer uma errônea contraposição, a nosso ver, entre postulações referentes ao realismo de uma política externa de Estado e aquelas manifestações de

A globalização da economia e o extraordinário avanço tecnológico que vêm se realizando não estão ocorrendo sobre uma base que envolva um número maior e crescente de países e populações.

desejo utópico e valores característicos dos movimentos sociais e políticos.

Vale lembrar que, no passado, a rápida adesão dos movimentos sociais e políticos que ascenderam ao poder aos condicionantes da política externa e dos “interesses nacionais” dos Estados que conquistaram não dá margem a dúvidas. Uma vez no poder, forçados pelas circunstâncias do cenário internacional em que se viram confrontados pelas políticas e ações dos outros Estados nacionais, tiveram que subordinar seus valores aos mecanismos das relações internacionais vigentes. Não há razões para acreditar que, nas condições atuais, algo diferente possa vir a acontecer. Assim, é considerando o mérito mesmo de uma política externa de Estado nacional que estaremos examinando o lugar e o papel do Brasil na nova ordem mundial.

A questão aqui é a do Brasil potência e que tipo de potência. O novo contexto internacional não parece oferecer condições favoráveis a este respeito, ao menos no sentido clássico do termo potência.

O fim da bipolaridade político-militar, mesmo num quadro de multipolaridade econômica, ao menos até agora, não resultou no aumento da concorrência e das disputas político-militares entre as principais potências. O poderio militar americano reina incontestemente. Este fato diminui os espaços de negociação e as brechas na nova ordem mundial para os que poderiam ser os países emergentes nesta nova ordem, o Brasil entre eles.

Do ponto de vista econômico, os recentes avanços tecnológicos parecem ter sepultado o esforço dos governos militares de direcionar nosso desenvolvimento no sentido de criar as condições para nos tornarmos uma potência de médio porte regional. As indústrias bélica, pesada e de bens de produção perderam importância relativa. O

abismo tecnológico que nos separa dos países centrais aumentou.

Restam nossas riquezas naturais e nossa dimensão territorial como uma possível base de uma nova potência. No contexto que acima descrevemos, elas perderam importância econômica relativa ante as novas tecnologias menos baseadas na disponibilidade de recursos energéticos, minerais e humanos não-qualificados. Mais do que isso, no novo quadro político e institucional mundial, em que alguns Estados nacionais tornam-se mais fracos que outros, a perda parcial ou total de controle do Estado brasileiro sobre estes

***Na condução da crise
da dívida, o Brasil não
se submeteu
integralmente ao
receituário do FMI e
conseguiu manter sob
seu controle elementos
estratégicos de sua
política econômica.***

recursos e território diante de seus parceiros relativamente ainda mais fortes, como vimos, não é de todo improvável.

Por último, comparações com outros países de grandes dimensões que aparecem como potências mundiais ou regionais (como a Rússia, a China, a Índia e, em certo sentido, até mesmo o Irã, por exemplo) não levam em conta os fatores históricos que fazem destes países potências há longo tempo estabelecidas. Para eles a questão colocada pela sua inserção na nova ordem mundial é se conseguirão ou não manter seu *status*. Para o Brasil, trata-se, ao que tudo indica, de uma improvável tentativa de ascender à esta categoria.

As considerações acima, no entanto, não devem encobrir o fato de que o Brasil ainda guarda condições distintas da maioria dos países periféricos: uma base produtiva quantitativamente significativa e qualitativamente diferenciada; recursos naturais diversificados e abundantes; dimensão territorial continental; condições étnicas, culturais, lingüísticas, religiosas e ideológicas favoráveis por sua relativa homogeneidade. Do ponto de vista da elite dirigente, a situação reflete uma certa ambivalência. Por um lado, ela tem demonstrado uma certa capacidade de barganha e resistência em relação às pressões internacionais. Na condução da crise da dívida, em que pese todas as restrições que se possa ter, o fato é que o Brasil não se submeteu integralmente ao receituário do FMI e conseguiu manter sob seu controle elementos estratégicos de sua política econômica. Por outro lado, uma década de democracia – outro fator positivo – não trouxe reformas sociais imprescindíveis para que o país possa dar um salto de qualidade. A elite parece não conseguir, ou não querer, superar a situação que opõe crescentemente uma massa de pobres e miseráveis a uma minoria de remediados e ricos. Se a curto prazo a grande dimensão numérica absoluta desta última parcela pode sustentar ciclos de expansão econômica, no longo prazo, esta apartação pode trazer consequências imprevisíveis que irão comprometer as próprias vantagens estratégicas a que acima nos referimos.

Como dissemos no início, o caráter ainda recente, a velocidade e a imprevisibilidade das mudanças que ocorrem no cenário internacional marcam a fragilidade destas observações. Esperamos, contudo, mais do que ter obtido respostas, ter contribuído para um maior entendimento das questões que se colocam. □

PARA ALÉM DA CRÍTICA IDEOLÓGICA AO NEOLIBERALISMO

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Pensei fazer uma abordagem indicando tanto a relação do neoliberalismo enquanto expressão política e doutrinária, quanto o entendimento do processo em curso de reorganização das relações sociais, de reorganização do ciclo do capital, de reorganização do processo produtivo, de reorganização, desarticulação e reestruturação da vida social, do processo econômico, enfim, daquelas relações que caracterizam o capitalismo. Quer dizer, farei uma tentativa de perceber que tipo de movimento e de processo estão em curso, os seus efeitos e como isso se dá numa sociedade da chamada semi-periferia industrializada.

Talvez não tenham mais tanta validade as características da Teoria da Dependência, cujas bases foram sistematizadas por Fernando Henrique Cardoso. Portanto, temos que revisitar esse debate e ver que tipo de condicionamento e que tipo de processo estão em curso. Precisamos tentar caracterizar e conceituar o tipo de reestruturação por que passa internacionalmente o ciclo do capital, dado que – independentemente das nossas utopias e independentemente das nossas posições políticas – de fato existe um processo de reestruturação articulado com uma transformação tecnológica de vulto. Esse processo em curso afeta o conjunto das classes sociais. Manifesta-se pela violência da moeda, pelas crises monetárias, pelo debate sobre ajustamento, sobre déficit, enfim, pelo debate da questão ma-

croeconômica e da chamada contra-revolução monetarista.

Este debate seguiu uma sequência histórica que começou pela desvalorização do dólar e continuou com processos de sustentação, controle e restrição da moeda. Depois continuou com o processo de golpeamento na regulação social e no papel do Estado, no espa-

***Talvez não tenham
mais tanta validade
as características
da Teoria da
Dependência;
portanto, temos
que revisitar esse
debate e ver que tipo
de condicionamento e
que tipo de processo
estão em curso.***

ço nacional, na organização das relações sociais, no contrato social de trabalho e, particularmente, na relação salarial. Ou seja, para chegarmos ao Brasil de hoje, para chegarmos ao discurso que prevaleceu nos dois últimos pronunciamentos do Fernando Henrique – o discurso do fim da era Vargas – é preciso, de alguma maneira, entendermos o que representa esse fato que está hoje caracterizando a forma da reestruturação brasileira através do impacto e

da violência do ajuste macroeconômico e da contradição redistributiva em torno da moeda, entre a taxa de juros, o câmbio, a estrutura da moeda valorizada etc. e todos os vários ajustamentos sucessivos.

Não quero discutir apenas o enunciado de quem se define doutrinariamente como neoliberal, embora haja um fato claramente hegemônico (na imprensa e no parlamento bem como nas ações da agenda e políticas governamentais). Temos que tentar identificar esses elementos culturais profundos, onde de alguma maneira existe uma base doutrinária para esse processo que se expressa no diagnóstico neoconservador do excesso de demandas sociais, no custo dos direitos sociais e das políticas públicas e nos efeitos da competição globalizada da economia internacional sobre os regimes nacionais de proteção. Quero que tentemos identificar o fato de a sociedade brasileira ser uma sociedade que apresenta uma crise onde, desde o programa das diretrizes de Política Industrial e Comércio Exterior, de Collor (1990), existe um claro processo em curso de ação em torno de uma agenda estratégica.

Essa agenda estratégica não pode ser descaracterizada. Ela tem que ser analisada na sua relação doutrinária, pragmática e estraté-

PEDRO CLÁUDIO CUNHA BOCAYUVA -
Diretor do PIC/FASE.

gica com o novo ciclo em curso do capital que reorganiza as relações de classe, que desarticula o “fordismo periférico” e a base industrial brasileira, que aprofunda a informalidade, fragmenta o mercado e cria um baixo perfil de enfraquecimento e de flexibilização espúria das relações salariais e das relações de trabalho. E que, nesse momento, no plano político, golpeia o pacto democrático da Constituição e tenta desarticular, com o choque do confronto, em um processo muito parecido com o processo fujimorizador (golpe institucional: desgaste das instituições, violência e políticas de privatização que identificam os resultados do neoliberalismo, a desarticulação do Estado e dos sujeitos sociais/violência como resultado da ação desses atores e instituições), muito parecido com o comportamento de Thatcher (contra os sindicatos e a propriedade pública).

Nesse momento, sem nenhum sectarismo, podemos dizer que no Brasil existe um cenário típico em que o diagnóstico neoliberal casa com a realidade que o próprio neoliberalismo prega. Ou seja, o neoliberalismo diz que o Estado é ineficiente, que é ineficiente a organização social coletiva, que o pacto salarial é corporativo e que de alguma maneira o reordenamento do processo econômico se dará a partir da estabilização monetária. Diz que a soberania da moeda é que garante a regulação do mercado e que a construção da moeda se dá dentro de acordos internacionais (instituições bilaterais). Entretanto, esses acordos têm demonstrado uma enorme dificuldade de êxito dada a vulnerabilidade das economias centrais e periféricas em face à moeda instável, em um mundo com pressões voláteis onde existe uma quantidade de capital financeiro e monetário (US\$ 30 trilhões do sistema transnacionalizado) disponível



Algumas pessoas no debate social hoje trabalham com a categoria da “apartação social” tentando resolver esse problema no debate da desarticulação do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro.

para produzir efeitos muito mais dramáticos do que o efeito mexicano.

São a desarticulação e a desorganização das relações sociais dos atores clássicos, dos impulsos industrializantes, dos processos de modernização anteriores que fazem com que convivamos com o quadro em que se corre o risco de, em nome da integração da Belíndia brasileira na nova ordem internacional, produzir-se uma desarticulação da “Bélgica” que é culpabilizada pela miserabilidade da “Índia”.

Esse paradoxo não é um paradoxo interno apenas à concepção neoliberal. É um problema objetivo das relações desiguais entre a classe operária, por exemplo, e segmentos desorganizados; entre

***Hoje no Brasil
e no mundo, na
era neoliberal,
produz-se a
descartabilidade de
seres, de regiões, de
países e de continentes
que são considerados
desnecessários.
Há a possibilidade de
termos que enfrentar
cenários de
desarticulação ainda
mais graves.***

as classes médias integradas e os segmentos excluídos. Algumas pessoas no debate social hoje trabalham com a categoria da “apartação social” tentando resolver esse problema no debate da desarticulação do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro. Neste havia uma funcionalidade entre o darwinismo social, a acumulação de capital, a articulação entre o moderno e o atraso.

Hoje no Brasil e no mundo, na era neoliberal, produz-se a descartabilidade de seres, de regiões, de países e de continentes que são considerados desnecessários. Estamos diante da possibilidade de criar fronteiras intransponíveis. Há a possibilidade de termos que enfrentar cenários de desarticulação ainda mais graves. Esses cenários se dão também como cenários conscientes fruto de políticas de desregulação deliberadas. Mas não é apenas uma conspiração, mesmo que hajam conspiradores. É óbvio que alguém conspira para comprar uma propriedade pública. É claro que alguém conspira para aproveitar a privatização das relações sociais e o recuo do Estado. É claro que alguém tem estratégias de interesse. Mas a lógica que preside o embate do condicionamento presente nos atores sociais e no Brasil ainda é mais dramática porque quem conduz essa agenda são atores oriundos de perfis intelectuais social-democratizantes e de esquerda. E conduzem-na dizendo que têm por objetivo que essa sociedade possa manter um padrão de inserção social, produzir a atualização da sua modernização, sustentar a sua contemporaneidade pela adoção das reformas liberalizantes e da desregulamentação.

Qual a visão que nós temos do bloco e do sistema de alianças da esquerda para enfrentar um quadro como este? Qualquer que seja a resposta, temos que levar em conta o fato de estarmos em defensiva estratégica em face ao fato da

inorganicidade, isto é, da dificuldade de representação política das relações entre a esquerda organizada, os sindicatos, as instituições populares e em face da dificuldade de incorporação dos excluídos no processo de democratização.

***Estamos em
defensiva estratégica
em face da
dificuldade de
representação política
das relações entre a
esquerda organizada,
os sindicatos, as
instituições populares e
em face da dificuldade
de incorporação dos
excluídos no processo
de democratização.***

O Brasil é uma sociedade que já demonstrava características estruturais de exclusão, de mercado informal, de relação entre uma industrialização tardia, perversa e concentrada do fordismo periférico, mas que apresentou uma contradição social de fundo: a emergência de atores de dentro da modernização que se contrapuseram ao processo e ao modo autoritário-conservador.

No entanto, há uma nova modernização em curso, há processos de rearticulação das relações sociais, há uma transformação tecnológica. Aqueles que foram oriundos ou que pensam o debate a partir de Weber, Marx ou os pensadores da sociologia que refletiram sobre a modernização da política ou dos projetos políticos socialistas, viram que os diferentes projetos de socialismo utópico e cientí-

fico buscaram alguma forma de regulação para tentar enfrentar o enigma do processo industrial. E viram que parte da ideologia neoliberal pode se dar ao luxo, em nome de uma nova divisão de trabalho, de propor a certas sociedades a sua desindustrialização. Há um paradoxo na ordem internacional: o país hegemônico na ordem internacional (os EUA) é um país em relativo declínio e os países que estão na ponta e vitoriosos na nova ordem internacional são países que, de alguma maneira, mantiveram a sua contratualidade salarial, a sua contratualidade social e um certo papel do Estado (Japão e RFA). No entanto, seria bobagem, mesmo nesses países, assim como no nosso, não disputar a reestruturação.

Preocupo-me ao ver há mais de quatro anos a desarticulação e a diminuição da classe operária, ao ver a desarticulação do pólo fordista. Preocupo-me ao ver que o Brasil é uma sociedade em vários tempos sociais e desarticulada: a sociedade da ponta das novas tecnologias pós fordistas; do fordismo industrial da matriz das nossas indústrias do centro-sul paulista; do taylorismo primitivo do trabalho nas indústrias leves; do trabalho a baixo salário e das formas perversas de exclusão que se articulam hoje com a indústria do crime, da contravenção, com a desarticulação social e com o mercado flexível e espúrio. Temos um quadro de mazelas para nenhum neoliberalismo botar defeito em matéria de degradação das condições do mercado de trabalho, que fazem da sociedade brasileira uma sociedade de “americanista” perversa.

Independentemente da maneira como em bloco nós nos colocamos nessa conjuntura em estratégias defensivas e ofensivas, há radicalidade de conflito em um contexto de reestruturação. No plano político, a reestruturação é a expressão de uma crise de direção

e de hegemonia do ciclo do capital nacional e internacional. Na nossa sociedade, especificamente, é uma desarticulação da possibilidade de compatibilizar os diferentes estágios e interrelações no interior de uma economia bidirecional – nacional e internacional –, desigual local e regionalmente e também diferencial nos vários tipos de configuração de mercados e empresas (quanto às dimensões, quanto às relações de trabalho, quanto aos elos com o sistema financeiro e o mercado internacional). No caso brasileiro, dadas as alianças em crise do sistema representado no Estado brasileiro, é muito mais complicada a problemática da reestruturação porque há hoje fragmentações nos blocos/sistemas de alianças políticas e não existe uma opção estratégica defensiva de tentar liderar o velho bloco centro-conservador em declínio (crise do PMDB/desenvolvimentismo/industrialista/nacionalismo).

O mesmo Roberto Campos que faz a defesa doutrinária e escreve no Globo em nome da doutrina hayekiana (de F. H. Hayek, cuja visão política apóia o pensamento ultraliberal) vai ao BNDES e propõe que se dê dinheiro para construir navios no Rio de Janeiro. E pensamos: nós também lutamos pela construção naval do Rio de Janeiro e pela manutenção desse parque. No entanto, esse parque tem um declínio concreto interno às relações empresariais, interno ao seu modelo industrial. E quando vamos discutir a indústria e o declínio desse parque, nós, de alguma maneira, indagamos: esse bloco que sustentava a construção naval pode ser reconstruído sob hegemonia empresarial relacionada com um Estado que transfere recursos para o capital privado?

No plano político, a reestruturação é a expressão de uma crise de direção e de hegemonia do ciclo do capital nacional e internacional.

J.R.RIPPER/IMAGENS DA TERRA



No caso brasileiro, dadas as alianças em crise do sistema representado no Estado brasileiro, é muito mais complicada a problemática da reestruturação.

Os diferentes projetos de socialismo utópico e científico buscaram alguma forma de regulação para tentar enfrentar o enigma do processo industrial.

Pode ser reconstruído por um bloco de esquerda que diz que a Segunda Revolução Industrial ainda tem um papel a cumprir e que podemos fazer navios de outro tipo, com “sentido social” (sic) ou automóveis de outro tipo, com “sentido social” (sic)? Dificilmente se transita para uma indústria, processos e produtos de novo tipo, com um paradigma de consumo alternativo socialista e utópico, a partir da rigidez das matrizes indus-

trialistas da Primeira e da Segunda Revoluções Industriais pois os processos de reestruturação tecnológica-organizacional estão em curso condicionados pelos padrões da competição internacional.

Temos, isso sim, que abrir brechas de contratação social, de aprendizagem tecnológica e de políticas públicas que graduem e inter-

feriram nas prioridades desse processo porque podemos dizer que existe uma brecha de disputa hegemônica na reestruturação produtiva. Existe uma brecha de disputa na globalização. Existe a necessidade de um novo bloco industrial, de um novo sistema de alianças. Existe a necessidade de saber compatibilizar essa estratégia de reestruturação, essa estratégia de políticas da cidadania, de políticas de industrialização ativa disputando essa cor-

relação entre o cenário de desarticulação do modelo fordista e do padrão autoritário, partindo do pacto democrático mínimo que tinha sido construído em 88. Essa brecha deriva das contradições sociais e políticas abertas pela democracia política e pela força dos atores coletivos assim como dos temores da classe média, dos excluídos e do pequeno e médio capital.

O fato de nós, da esquerda, não termos compreendido o sentido da pactuação relativa em 1988 como resultado da correlação de forças de acordos de muitos atores nos desarma quando os dirigentes sociais e tecnocratas declararam que a Constituição brasileira é muito cara por conta dos custos do programa de novos direitos sociais ali presentes. A partir desse enunciado, um outro enunciado se chamou o “custo Brasil” (Estado e trabalho). Este era o segundo enunciado. Há uma soma de enunciados em torno dos quais o próprio

Temos de abrir brechas de contratação social, de aprendizagem tecnológica e de políticas públicas que graduem e interfiram nas prioridades desse processo porque podemos dizer que existe uma brecha de disputa hegemônica na reestruturação produtiva.

cenário de desarticulação social serve de demonstração como, por exemplo, o paradoxo de se gastar US\$ 750 milhões para não negociar com os petroleiros e depois culpabilizá-los pelo preço do conflito. A grande questão da ideologia neoliberal – e eu não estou falando da reestruturação do capital que é um processo em que há competição interna radicalizada em esfera trans-nacional e nacional – é que há no Brasil nesse momento o que chamei de cenário fujimorizador. O mesmo ator que se contrapõe ao enfraquecimento do Estado não consegue fugir ao paradoxo de enfraquecer o Estado e a si mesmo. Os petroleiros e os sindicatos cutistas não conseguiram construir demandas e lutas do ângulo da cidadania e por isso se isolaram temporariamente.

O dilema da nossa contradição da radicalização das demandas e do enfrentamento conflitivo de massas com o atual regime reside no fato de que estamos setorializados na revolução dos interesses. Somos capazes de lutar, por exemplo, por demandas salariais ao invés de travarmos lutas sociais universais que produzam impacto sobre a renda nacional (redistribuição).

buição). Estamos fragmentados em um perfil setorial ou tentando uma certa negociação centro-esquerda parlamentar ou tentando uma radicalidade conflitual que possa aproveitar instabilidades macroeconômicas como brechas para interferir (populismo eleitoral de esquerda). Nós não conseguimos enfrentar o enigma de um processo que relaciona estratificação social, luta social e conflito: qual é a nossa compreensão do fenômeno da reestruturação? Este é o fenômeno que sustenta os atores ideólogos do neoliberalismo, mas que transcende a eles impondo uma agenda que nos domina.

Os petroleiros e os sindicatos cutistas não conseguiram construir demandas e lutas do ângulo da cidadania e por isso se isolaram temporariamente.

No interior dessa agenda há uma desconstrução social, há alianças políticas de novo tipo e há proposições a serem feitas. Acho que nos falta um papel ativo nessa disputa. □

NANDO NEVES/IMAGENS DA TERRA



O próprio cenário de desarticulação social serve de demonstração como, por exemplo, o paradoxo de se gastar US\$ 750 milhões para não negociar com os petroleiros e depois culpabilizá-los pelo preço do conflito.

**Assine
PROPOSTA**

Reproduza e
mande o cupom da
pág. 28 ou faça a sua
assinatura pelo telefone
(021) 2861598

MODERNIDADE ÉTICA: UM DESAFIO PARA VENCER A LÓGICA PERVERSA DA NOVA EXCLUSÃO

Elimar Pinheiro Nascimento

PROPOSTA – Qual a distinção existente entre apartação e exclusão social?

ELIMAR NASCIMENTO – A questão pode ser enfrentada de vários modos. Prefiro situar um pouco o contexto de surgimento de um e outro termo; assim, talvez, seja possível compreender a diferença de maneira mais substantiva, embora rápida.

O termo exclusão social ganhou notoriedade, no final da década de 80, tanto entre nós quanto na Europa e nos EUA. No caso europeu, generalizou-se, e não sem resistência, a partir da literatura francesa e por intermédio das Comissões de Estudo da hoje União Européia, com sede em Bruxelas. Particularmente os ingleses resistiram ao termo pelas conotações político-ideológicas de que o mesmo se encontra revestido. Afinal, a tradição colonial inglesa demarca espaços claramente distintos para os diversos grupos étnicos, ao contrário da experiência francesa, assentada na assimilação.

Porém, mesmo na França, o termo exclusão social progrediu apenas lentamente. Nos tempos recentes, o termo surge com a obra de Lenoir (*Les exclus*) em meados dos anos 70. Cinco anos depois, no entanto, o termo preferido pelos cientistas sociais era o de “novos pobres”. Apenas no final da década pretérita é que o termo exclusão retorna; agora, porém, com um conteúdo distinto do utilizado por Lenoir. No trabalho deste autor, os excluídos são os deserdados tem-

porários do progresso. Na realidade, são simples personagens residuais. Os excluídos, na terminologia dos anos 90, não são residuais nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que não encontram espaço no mercado, vagueiam pela cidade sem emprego e muitos sem teto.

Entre o dilema de os considerar como frutos de uma nova onda

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para exclusão significou, em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias.

de inovação tecnológica, por isso mesmo essa massa de desempregados temporários ou massa de desempregados estruturais, a maior parte dos analistas prefere ficar com a segunda opção, como Adam Schaff.

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para exclusão significou, em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias. Acreditávamos, nos anos 60, que as diferenças sociais

entre países ricos e pobres, entre grupos sociais pobres e ricos, tenderiam a diminuir e, com o tempo, praticamente a desaparecer. Claro que os defensores mais empedernidos dessas ideologias – os socialistas – acreditavam que isso era apenas possível pelo socialismo real. Mas eles sempre foram pouco numerosos, com rara exceção. Afinal, enquanto os países ricos cresciam a taxas em torno de 1% a 2%, os países em desenvolvimento, como o Brasil, cresciam a taxas superiores a 7%.

A exclusão emerge, assim, no campo internacional, como um sinal de que as tendências do desenvolvimento econômico se invertiram. Agora – e significativamente –, no mesmo momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda parte, as desigualdades aumentam e parecem permanecer.

Similarmente, no Brasil, entre os anos 70 e 90, houve um deslocamento dos termos predominantemente utilizados pelos cientistas sociais para denominar o fenômeno das iniquidades sociais. Este surgia, em meados dos anos 70, sob a forma da contradição entre o crescimento econômico do país e o aumento da concentração de renda, ou seja, da desigualdade social. Paradoxalmente, o país enri-

ELIMAR PINHEIRO NASCIMENTO – Sociólogo, professor da Universidade de Brasília e assessor do governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque.

quecia-se, os bolsões de pobreza diminuíam, mas as desigualdades aumentavam. Para os políticos mais cínicos, era necessário que o povo esperasse o bolo crescer para então ser dividido.

Nos anos 80, o fenômeno emergia predominantemente sob a denominação de pobreza. Os bolsões de pobreza pareciam parar de diminuir e mesmo de crescer. Pelo menos a visibilidade era maior, pois ela se transformava de rural em urbana e desta em metropolitana. Os pobres estavam em nossas portas e de forma crescente. Parecia não parar, vindos ninguém sabe bem de onde.

O termo exclusão social surgiu entre meados e finais dos anos 80, sobretudo nos trabalhos de Hélio Jaguaribe, mas também na imprensa e nos debates acadêmicos.

Um pouco à semelhança do que ocorria no plano internacional, no Brasil, o predomínio do termo exclusão social sinalizou a inflexão de uma era: fim da era do progresso, associada, portanto, à crise que conhecemos, de forma intermitente, desde 1981.

A década de 80 foi marcada, não pelo aumento da pobreza, mas pela paralisia do processo de ascensão social. Desde o final da Segunda Guerra, para ficarmos no período mais próximo, o Brasil conheceu índices de crescimento econômico em torno de 7,5% ao ano. Durante este período, ocorreu um relativo processo de eliminação dos bolsões de pobreza absoluta: o “camponês” migrava para as favelas e, aos poucos, saía do estado de miséria, embora conservado em estado de pobreza. Na década passada, as chances de “melhoria” para os mais pobres extinguiu-se. Em parte, a violência urbana, que cresceu durante o período, alimentou-se desse fenômeno. Sem ter condições de melhoria a partir de seu próprio trabalho, e com dificuldades crescentes de conseguir emprego ou renda,

trabalhadores pobres, particularmente jovens, preferiam a transgressão da lei, única forma de modificar seu *status* social.

Foi nesse quadro que surgiu o termo *apartação* social. Trata-se de um termo proposto por Cristóvam Buarque – e já consagrado em livro: *O que é apartação?* – para denominar o fenômeno que normalmente prefiro chamar de nova exclusão social. O ex-reitor da UnB quis sinalizar o caráter específico, no seu entender, da nova exclusão social, que consiste na nomeação do outro como não-semelhante pois, afinal, apartar é um termo utilizado para separar o gado. Apartação seria, assim, o fenômeno de separar o outro não mais considerado como humano. Ou

***Exclusão social
torna-se apartação
quando o outro não é
apenas desigual ou
diferente, mas quando
é considerado como
“não-semelhante”, um
ser expulso, não dos
meios modernos de
consumo, mas do
gênero humano.***

seja, a exclusão social torna-se apartação quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando o outro é considerado como “não-semelhante”, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano.

Essa tendência é assinada por Buarque como um risco inerente ao nosso desenvolvimento atual, em que a inovação técnica não cria emprego nem abundância, mas desemprego e fome. E cujos sinais mais evidentes são morticínios que

assistimos vez por outra em nossas grandes cidades, assim como as declarações de tentar exilar o brasileiro pobre em sua própria pátria tornando-o “instrangeiro”. A apartação é o fruto necessário da modernidade técnica, a modernidade preocupada exclusivamente com o desenvolvimento tecnológico, sem se perguntar para que fins.

Conclusão: a distinção diz respeito à denominação de um fenômeno específico relacionado com a crescente desigualdade social que conhecemos no mundo e no interior dos países, mesmo os desenvolvidos. Eu diria que a apartação é uma forma específica de exclusão, a mais racial. É uma forma contundente da expressão de intolerância social, assim como a discriminação é uma outra forma, sem dúvida, perversa socialmente, porém mais amena. Em torno do conceito de apartação, cuja presença e factibilidade são objetos de discussão, existe um certo charme, pela própria expressão nacional que ganhou seu autor. No entanto, muitos se perguntam se de fato vivemos hoje uma situação de apartação ou se caminhamos efetivamente para uma situação dessa natureza.

PROPOSTA – Como se coloca a diferença entre incluídos e excluídos, já que a democracia incorpora ambos?

ELIMAR – Sempre digo, em meus trabalhos, que o Brasil vive um grande paradoxo e que o surgimento da nova exclusão social traz, em seu bojo, um grande dilema nacional ou até mesmo civilizacional.

O paradoxo que vivemos consiste no fato de que o processo de integração política alcançou seu ponto alto com a nova Constituição, em 1988 (pela primeira vez todos os brasileiros passaram a ter a possibilidade da cidadania), ao mesmo tempo que o processo de

expulsão econômica começou a se desenhar. Não que os indivíduos todos tenham alcançado o *status* pleno de cidadão, mas foram incluídos no espaço em que esta é possível. Afinal, todos os brasileiros tornaram-se sujeitos na escolha dos dirigentes, sendo passíveis de serem eleitos. Teoricamente, isto é uma novidade no Brasil e constitui o ápice das lutas que se iniciaram ainda nos anos 30. Nesse sentido, houve uma inclusão política. Mas o inverso começou a ocorrer em outros campos, particularmente no econômico.

O que marcou os dois segmentos sociais excluídos no passado – escravos e trabalhadores rurais – foi o fato de que estavam expulsos da cidadania de forma radical. No primeiro caso, o escravo era considerado uma mercadoria. No segundo, sendo analfabetos, os “camponeses” não tinham lugar no espaço dos direitos políticos. No entanto, ambos eram fundamentais do ponto de vista econômico. É impensável a economia colonial sem o escravo, como também não se pode imaginar o processo de industrialização, que conhecemos neste século, sem o trabalhador rural que produzia matérias-primas e alimentos baratos, além de fornecer força de trabalho. O excluído de hoje, tendo ingressado formalmente no espaço dos direitos políticos, está sendo expulso do mercado e do espaço dos direitos sociais. Enfim, o paradoxo pode ser resumido na seguinte expressão: o Brasil “progrediu” dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Hoje, a nova exclusão, como denomino normalmente, forjou personagens que são:

– **incômodos politicamente:** a eles são atribuídos os males de nossa política pois são sempre os responsáveis pelos Collor, João Alves e similares;

– **ameaçantes socialmente:** estes excluídos são considerados como perigosos pois não são sim-

A diferença, portanto, entre incluídos e excluídos não se encontra apenas no fato de que uns têm mais direitos do que outros, mas também no fato de que os excluídos estão ameaçados de perder os direitos que adquiriram.

ples pobres, mas potenciais bandidos; e

– **desnecessários economicamente:** com o desenvolvimento tecnológico recente, nasce o desemprego estrutural, ou seja, uma massa crescente de pessoas não tem mais possibilidades de obter emprego pois não tem a preparação necessária. Por isso mesmo é que os termos *lumpen* proletariado, utilizado para denominar o “bas fond” no século passado por Marx, entre outros, assim como o termo de exército de reserva, não servem para denominar o fenômeno em suas características específicas.

O dilema civilizacional reside justamente na noção de desemprego estrutural. Se esta noção estiver correta, significa que o progresso técnico não é mais capaz de distribuir riquezas e proporcionar trabalho e renda para a maioria da população. Nesse caso, a exclusão social tenderia a progredir.

É evidente que, se essa tendência se confirma, a longo prazo teremos alguns problemas do ponto de vista dos fundamentos da sociedade moderna, pois há uma confluência de fenômenos perigosa. Esta sociedade está sustentada na tensão entre o espaço da igualdade e o da desigualdade e o Esta-

do é o agente que assegura a convivência desta contradição, o que tende a nos colocar numa perspectiva perigosa. Para alguns, um cenário perverso poderá ser confirmado, significando que o progresso da exclusão seria inevitável, comprometendo os fundamentos mesmo da modernidade, ou seja, a existência de um espaço da desigualdade.

Em resumo: a exclusão social, a persistir, tende a comprometer a existência do espaço da igualdade, o que poderá inclusive significar, mas não necessariamente, a redefinição ou a negação da democracia.

A diferença, portanto, entre incluídos e excluídos não se encontra apenas no fato de que uns têm mais direitos do que outros, mas também no fato de que os excluídos estão ameaçados de perder os direitos que adquiriram. O Estado do Bem-Estar, em decadência, não tem mais condições de assegurar esses direitos e a democracia tende a ficar restrita como nos tempos de Atenas. **PROPOSTA – O que você acha, como assessor governamental, cujo dirigente é o formulador da noção de apartação, da ênfase colocada na contradição entre excluídos e incluídos?**

ELIMAR – Alguns estudiosos do fenômeno da exclusão, como Touraine, têm sugerido que hoje a contradição principal que desenha os conflitos sociais tende a se colocar entre os que estão incluídos e os que estão excluídos: in x out. Buarque tem sugerido, de forma mais amena, que esta contradição tende a crescer. Um e outro, para citar apenas dois estudiosos do fenômeno, têm chamado atenção para esta contradição.

Buarque defende a idéia de que no Brasil esta contradição tende a crescer, conduzindo os setores organizados a se oporem à inclusão social. Um exemplo vivo, constantemente citado, é o dos sindicatos. Todos os ganhos sociais

dos últimos tempos têm fortalecido os setores incluídos em prejuízo dos setores excluídos: ticket-refeição, vale-transporte, auxílio-creche etc.

Algo muito significativo, neste sentido, surgiu durante a campanha eleitoral quando foi proposto o programa de bolsa familiar de educação: o pagamento de um salário mínimo à família carente que tivesse todas as crianças, entre 7 a 14 anos, matriculadas na escola pública. No caso de Brasília, em face da crescente imigração, exigiu-se (porque o programa já está sendo aplicado) também um mínimo de cinco anos de residência. Na ocasião perguntava-se frequentemente de onde vinha o dinheiro. Em janeiro, quando o governo do Distrito Federal começou a aplicar o auxílio-creche, e em seguida o ticket-alimentação – que são programas que demandam muito mais recursos –, ninguém fez esta pergunta. Ou seja, é natural que trabalhadores tenham ganhos suplementares, mas, para os excluídos, recursos são sempre um problema. Aliás, foi proposto pelo governador, em uma discussão com os sindicatos, que o auxílio-creche não fosse repassado em dinheiro mas em serviço pois isso permitiria, com um pouco mais de recursos, universalizar o serviço de creche para todo o Distrito Federal. A proposta foi recusada. Os sindicatos, aparentemente, tenderiam a caminhar para a direita, opondo-se à inclusão social, à semelhança do que ocorria na África do Sul durante o período do *apartheid*.

Marcel Gauchet fala frequentemente que uma sociedade liberal, aparentemente aberta, tem imensas dificuldades de incorporar novos membros.

Pessoalmente concordo com Cristóvam Buarque. A nova exclusão, que está se forjando no país, pode se revestir de formas muito perversas de sociabilidade, justamente porque a representa-

ção do pobre está se modificando entre nós: a sua identidade está cada vez mais relacionada à do bandido, do marginal. O pobre tende a se transformar num ente perigoso, temido e daí para se demandar sua extinção não se está muito longe.

Neste sentido, a nova exclusão social só se estabelece quando novas representações sociais se consolidam, o que, em parte, está ocorrendo no Brasil e que a vitória do neoliberalismo no Congresso Nacional e no Governo Federal tende a demonstrar. Em outras pa-

A nova exclusão pode se revestir de formas muito perversas de sociabilidade, justamente porque a representação do pobre está se modificando entre nós: a sua identidade está cada vez mais relacionada à do bandido, do marginal.

lavras, a tendência política atualmente dominante deverá aumentar as desigualdades sociais, enfraquecer a ação social do Estado e, assim, alimentar a construção destas novas representações sociais.

PROPOSTA – Gostaríamos que você indicasse as metamorfoses pelas quais passam os indivíduos que sofrem processos de exclusão e a construção de suas representações simbólicas.

ELIMAR – Esta é uma questão que estou estudando atualmente, ao nível das representações, em dois sentidos. O primeiro são as representações que constroem os

excluídos em sua trajetória de exclusão social. O segundo é o processo de construção de novas representações sociais entre os setores sociais incluídos. É claro que, dito desta forma, é muito genérico pois nem um nem outro são segmentos singulares e homogêneos. A diversidade está presente tanto em um setor quanto em outro. Isto estamos levando em consideração, mas prefiro não abordar a questão enquanto não tenho conclusões a respeito.

Outro aspecto da pergunta é quanto à trajetória da exclusão. Este aspecto é também objeto de pesquisa. Há alguns estudos no Brasil a respeito, mas conheço melhor o caso francês sobre o qual trabalhei um ano e meio. Chamou-me a atenção, naquela ocasião (1993), o fato de encontrar executivos em situação de extrema degradação. A trajetória mais típica era composta dos seguintes passos: perda do emprego, período longo de desemprego, alcoolismo, separação conjugal, moradia em casa de familiares ou pensão, perda da moradia... A partir daí as possibilidades de encontrar emprego tornavam-se nulas.

Um componente importante no caso francês para se alcançar a situação mais extrema era a ausência de uma sustentação familiar substantiva. Neste sentido, chamou-me atenção, no caso boliviano, o fenômeno inverso: o papel desempenhado pela “família alargada” para impor obstáculos ao processo de exclusão sócio-econômica.

PROPOSTA – Como definir sistemas de aliança capazes de erradicar a pobreza absoluta e unificar setores incluídos que repudiam ou temem os processos de exclusão com setores semi-excluídos (trabalhadores assalariados e classe média) e setores excluídos (sem-terra, sem-teto, trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos etc.)?

ELIMAR – Esta é provavelmente a pergunta mais difícil que você está me fazendo. Quando discuti com Cristóvam Buarque o livro *A revolução nas prioridades*, chamou-me atenção o problema da estratégia de mudança do que então chamávamos de a lógica perversa da exclusão social. O paradoxo absolutamente novo era de que no combate à exclusão não havia sujeito social constituído.

É mais ou menos evidente que as camadas sociais que chamamos de excluídos – bastante diversos entre si – têm pouca capacidade de organização e mobilização, com raras exceções, como é o caso dos sem-terra. A debilidade política é, inclusive, muito clara quando se analisa as suas formas de luta e as suas manifestações mais visíveis. A forma de maior visibilidade são as invasões. Ora, este procedimento provoca reações contrárias nos setores incluídos da sociedade.

Em Brasília isto é muito patente. Setores de direita votaram no candidato do PT porque este manifestava discordância quanto

à política habitacional implementada pelo então governador Roriz, prometendo adotar uma política responsável e de controle. Um dos primeiros gestos do novo governo, aliás, foi o de derrubar barracos de invasores urbanos e declarar que apenas aqueles residentes até o dia 15 de novembro seriam respeitados. De nada adiantou. As invasões persistiram, apesar de todas as declarações governamentais de que não haveria distribuição de lotes e da fiscalização existente. Os pontos de invasão somam hoje mais de uma centena com milhares de pessoas. Diariamente chegam novos invasores. Caso o governo ceda e dê lotes, terá contra si toda a classe média. Além do que, ficará colocado um problema ético para o governo que prometeu respeitar a lista dos inscritos que soma mais de 80 mil famílias.

Em várias partes do Brasil há cidades que têm hoje corpos especializados nas rodoviárias para desestimular, senão impedir, a permanência de pobres migrantes. Uma população de pobres em per-

manente movimento começa a nascer no país: são os filhos nômades da exclusão.

Por sua vez, os trabalhadores sindicalizados cada vez mais se erguem contra medidas de inclusão social.

As possibilidades de criar alianças entre esses diversos setores sociais são difíceis. Resta um movimento de natureza mais intelectual que formule alternativas de saída, que crie idéias e propostas para possibilitar as alianças. Pessoalmente não as tenho, mas julgo que este é o maior desafio hoje para os homens que ainda se apegam à idéia de igualdade e liberdade, que para alguns constitui o substrato fundamental da definição de esquerda. Uma nova esquerda terá que nascer para responder de forma substantiva à pergunta formulada. Nós já sugerimos, em torno de Cristóvam Buarque, que esta idéia tenha um nome: modernidade ética. Mas formular os seus componentes básicos e as propostas de formas de alianças e lutas é ainda um enorme desafio. □

Assine já a revista **PROPOSTA**

FAÇA SUA
ASSINATURA E
GANHE MAIS
DUAS REVISTAS

ENVIE O CUPOM
AO LADO PARA:
Revista PROPOSTA
R. das Palmeiras, 90
CEP: 22270-070
Rio de Janeiro - RJ

Tel: (021) 286-1598
Fax: (021) 286-1209

CUPOM DE ASSINATURA

☐ Cheque nominal à FASE

☐ Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Tel/Ramal: _____

Data: _____

Área de interesse: ☐ Sindicalismo ☐ Questões rurais ☐ Questões urbanas

☐ Comunicação ☐ Ecologia

☐ Outros

Assinatura Anual

Número Avulso

Exterior

☐ R\$ 20,40

☐ R\$ 6,00

☐ US\$30.00

APONTAMENTOS PARA PENSAR AS FORMAS ATUAIS DE EXCLUSÃO

Virgínia Fontes

GIANNE CARVALHO/IMAGENS DA TERRA

A apartação social, termo criado por Cristóvam Buarque a partir de *apartheid*, ou, como usaremos aqui, a exclusão social, em sua vertente atual, deve ser pensada na confluência de três grandes eixos: a mundialização, as transformações no processo de trabalho e a democracia. A exclusão contemporânea é diferente das formas precedentes de discriminação ou segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo da produção econômica. Para eles, aparentemente, não há mais possibilidade de integração ou reintegração no mundo do trabalho e da alta tecnologia. Neste sentido, os novos excluídos parecem seres descartáveis.

Os desdobramentos e as consequências dessa exclusão atingem quase a totalidade da vida social, visíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nos problemas educacionais.

Antes de uma reflexão mais geral, ressaltaremos a especificidade do caso brasileiro. Entre nós, formas variadas de discriminação, de segregação e mesmo de exclusão são um fenômeno antigo, parte constitutiva de nossa história. Além de atravessar nosso passado, a matriz escravista de nossa socie-



Entre nós, formas variadas de discriminação, de segregação e mesmo de exclusão são um fenômeno antigo, parte constitutiva de nossa história.

A exclusão contemporânea é diferente das formas precedentes de segregação ou discriminação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos desnecessários à produção econômica.

dade está ainda presente no cotidiano brasileiro. Ela se manifesta através das variadas formas de discriminação racial e social e, sobretudo, da naturalidade com que encaramos a degradação e a depredação cotidiana da força de trabalho.

O exemplo mais claro é a legião de servidores – empregadas(os) domésticas(os), faxineiras(os), motoristas, meninos de recado, entregadores, lavadores de automóveis, dentre outros – encarada como facilmente substituível, como se estivesse lá apenas para servir e obedecer a alguns grupos sociais detentores de alto padrão e péssima qualidade de vida. Estes últimos de-

têm alto padrão de consumo pois possuem todos os bens de mercado de última geração, desde o microcomputador ao forno de microondas, passando por lava-louças, processadores de alimentos, roupas, tênis e automóveis com etiquetas internacionais. Em contrapartida, a qualidade de vida vem caindo a níveis insuspeitados. A vida transcorre encur-

VIRGÍNIA FONTES – Doutora em Filosofia Política pela Universidade de Paris X, Nanterre; professora adjunta da UFF.

ralada atrás de grades, de ruas fechadas e de seguranças armados. Os deslocamentos são realizados em carros blindados e helicópteros ou em ônibus privativos (dos condomínios) e carros com vidros fechados. As ruas, locais primordiais de convívio social, deixaram de fazer parte do seu cotidiano.

Cristóvam Buarque, em seu texto e em recentes pronunciamentos, lança-nos um desafio: sair dos espaços de análise onde se entrenchearam os intelectuais e ousar construir a síntese de nosso tempo.

Vivemos uma época de desafios que faz lembrar – sobretudo aos historiadores – o período do Renascimento ou a virada do século XVII para o século XVIII. Na enormidade de transformações que assistimos, os sinais são contraditórios: aspectos positivos e negativos parecem se opor. Escolher um deles – bom *versus* ruim – é uma opção simplista. A necessária síntese só será ética se puder aliar a construção de um conhecimento do mundo contemporâneo à capacidade de apontar alternativas.

Neste texto, não pretendo propor uma síntese, objetivo muito ambicioso. Mas acredito ser possível reunir elementos que contribuam para a sua elaboração. Tendo como fio condutor a identificação dos eixos matrizes da apartação ou exclusão contemporânea, identificaremos seus aspectos positivos e negativos.

Mundialização

As novas formas de exclusão derivam diretamente das modalidades atuais de mundialização. As distâncias agora são virtuais, medidas em segundos no contato informatizado.

O fenômeno contemporâneo da mundialização comporta, sem dúvida, aspectos positivos. Dentre eles, a possibilidade de constituição de novas formas de integração supranacionais a partir de interes-

ses, sentimentos e identidade comuns. Como exemplo, podemos pensar em alguns dos movimentos sociais mais importantes dos últimos anos, como o ambientalismo ou o feminismo, cujas articulações não podem ser reduzidas ao âmbito nacional. Recentemente, em função da integração acelerada dos mercados, alguns postulam mesmo a constituição de uma cidadania mundial, onde os direitos sociais e políticos seriam ampliados para atingir toda a humanidade. Para tanto já existiriam meios técnicos, faltando, entretanto, a vontade política. Do ponto de vista da cultura, cresceu o intercâmbio internacional. Podemos conhecer hoje, quase instantaneamente, o que se produz – livros, filmes, vídeos, pinturas, esculturas – em qualquer ponto do planeta. Constituíram-se linguagens de contato transnacionais, envolvendo e articulando as identidades que mencionamos acima.

No entanto, a essa imagem idílica correspondem muitas limitações. A possibilidade de uma cidadania mundial restringe-se a alguns países. Estados Unidos, Japão e Comunidade Européia dela desfrutam. No entanto, mesmo dentro desses países, ela é restrita a alguns grupos de cidadãos, cuja renda e garantia de trabalho permitem-lhes usufruir da mundialização: podem viajar e ser aceitos em qualquer parte do mundo, seus passaportes são mera formalidade e não há barreiras para sua circulação.

Em contrapartida, há uma exclusão maciça internacional, com populações inteiras de alguns países sendo excluídas de toda e qualquer forma de cidadania, sendo

excluídas inclusive do direito de tentar mudar de país. Se a cultura circula, novas barreiras impeditivas (os “novos muros”) são erguidas. Hoje, essas barreiras não são erigidas apenas nas fronteiras dos países centrais. Elas vão mais longe e tendem a constituir um cerco em torno dos países periféricos, impedindo que os não-cidadãos se aproximem do mundo da cidadania.

MARCELO DE OLIVEIRA/IMAGENS DA TERRA



Há uma legião de servidores encarada como facilmente substituível, como se estivesse lá apenas para servir e obedecer a alguns grupos sociais.

No Brasil, esse contraste é bastante visível. De um lado, ergue-se a parafernália das antenas parabólicas e dos microcomputadores, da difusão dos últimos “macetes”, via grande imprensa, para se ter melhor acesso às chamadas *infovias* (Internet e outras redes de comunicação). De outro lado, o trem da Central e a morte na fila do hospital... Entretanto, esses aspectos possuem interfaces de contato: a antena parabólica e a possibilidade de captar o mundo pela telinha

estão largamente difundidas em todas as camadas sociais. Ao chegar na Central do Brasil, usa-se um orelhão movido a cartão.

Deslocamento do mundo do trabalho

O segundo aspecto, decorrente do primeiro, é a profunda transformação atual do mundo do trabalho. A divisão social do trabalho não opera mais em escala nacional, mas sim transnacional. Praticamente todos os produtos de consumo diário, desde o alimento (não esquecer que a genética faz parte do processo de produção alimentar) até o vestuário (o jeans) e o calçado (o tênis) são frutos de processos de trabalho onde participam diferentes países e regiões do planeta. O incremento da tecnologia e o aumento de produtividade

O “excluído”, qualquer que seja a forma de sua exclusão, torna-se o “inimigo” principal, imagem reforçada pelo empenho com que os grandes meios de comunicação os estigmatizam.

mundo do trabalho. Em vez de redução, há a ampliação escamoteada da jornada de trabalho através da ameaça cada vez mais presente da demissão. Crescem o *stress* e a concorrência entre os trabalhadores, aumenta a insegurança quanto à permanência no mundo do trabalho. Mesmo as formas atuais de gestão empresarial “democrática”, que visam aumentar o empenho e a participação dos empregados nas responsabilidades da empresa, tendem a invadir seus espaços de privacidade, a obrigá-los a “vestir a camisa” da empresa e a acirrar a competição interna.

No caso brasileiro há, de fato, um aumento do tempo livre e do lazer para alguns grupos sociais. Em alguns segmentos sociais, os jovens entram cada vez mais tarde no mercado de trabalho, podendo assim dispor de tempo para ampliação de sua formação: aprendizado de línguas, esportes etc. Além disso, a generalização do consumo cultural para grandes massas, via televisão e vídeo, socializa experiências sociais e difunde expectativas antes restritas a pequenos grupos sociais. Pode-se, inclusive, supor que essa expansão cultural tenha contribuí-

do para a constituição de uma consciência nacional (o único consenso claro e forte hoje em dia no Brasil) em torno da prioridade urgente da questão educacional e da extensão do ensino básico.

Simultaneamente, porém, efeitos adversos já são perceptíveis. Em primeiro lugar, em função das novas formas de precarização do emprego, há um brutal acirramento da luta corporativa, que busca assegurar a permanência no mundo do trabalho e a continuidade dos direitos já adquiridos. O “excluído”, qualquer que seja a forma de sua exclusão, torna-se o “inimigo” principal, imagem reforçada pelo empenho com que os grandes meios de comunicação os estigmatizam. Com isso, reforçam-se as práticas discriminatórias, já tradicionais no cenário nacional, solidificando antigos estereótipos étnicos, sociais, culturais e de gênero e criam-se novas modalidades de discriminação (cujas novas matrizes são de cunho regional, opondo sulistas a nortistas, paulistas a nordestinos etc.).

A extensão da democracia

A democracia parece ter um sentido diferente dos outros dois eixos já mencionados. Sua extensão em termos quase planetários atingiu, nas últimas décadas, inúmeros países e ela tornou-se condição de legitimidade internacional. Esse fenômeno aponta para importantes ganhos políticos: ampliação da inclusão política e da participação popular nas decisões governamentais, em suma, para a extensão da cidadania.

Uma das maiores contribuições em termos do pensamento político e filosófico foi o esvaziamento, com maior ênfase após 1989, da oposição clássica entre liberdade e igualdade. Não há mais porque haver uma escolha – angustiosa – entre esses dois princí-

ENERALDO CARNEIRO/IMAGENS DA TERRA



A vida transcorre encurralada atrás de grades, de ruas fechadas e de seguranças armados.

assim alcançados permitem hoje pensar na redução da carga horária dedicada ao trabalho, no aumento do tempo dedicado ao lazer, à cultura ou à reconstrução dos laços sociais – festas, encontros familiares e amistosos, formas associativas diversas, afetividade etc.

No entanto, tal processo de extensão do tempo livre limita-se a uma parcela da população ainda integrada ao aparelho produtivo (de bens ou de serviços). Há um estreitamento brutal do acesso ao

pios, como se um excluísse o outro. A construção de formas sociais de igualdade só é possível através de uma livre participação dos cidadãos; qualquer igualdade imposta pela supressão da liberdade tende a reconstituir formas de desigualdade de novo tipo. A plena liberdade supõe, sempre, princípios igualitários – quanto mais não seja, o da cidadania – e a possibilidade da luta pela ampliação da igualdade social.

No entanto, de forma paradoxal, ao lado da crescente liberdade política recém conquistada mundialmente, houve um recuo drástico da reflexão – e da reivindicação – sobre a igualdade. Ela foi substituída pela hegemonia do tema da equidade. O próprio Cristóvam Buarque, em seu pronunciamento na abertura da II Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos Alternativos (Brasília, 24 a 29 de março de 1995), reafirmou que, se o princípio da igualdade é econômico, o da equidade é ético e deve fundamentar qualquer transformação ética.

Ora, esse raciocínio pode ocultar um problema de grande monta. O pensamento igualitário não se reduz a uma quantificação econômica – *a contrario*, a equidade também pode ser vista unicamente como quantificação das diferenças. A idéia de igualdade é a própria base histórica da cidadania, pensada em termos da igualdade de direitos políticos. Se ela tem um lastro filosófico complexo, pela reflexão que implica sobre a natureza humana e a igualdade dos direitos humanos, ela é um dos mais férteis símbolos dos tempos modernos.

A rigor, somente uma reflexão calcada no princípio da igualdade permite pensar a variedade e a diferença, estabelecidas não como entidades estáticas, mas como processos sociais no interior de um padrão simbólico comum. O princípio equitativo, no sentido da for-

mulação de políticas diferentes para os desiguais, somente ganha todo seu significado se pensado a partir da matriz simbólica da igualdade. Caso contrário, ele pode implicar num risco altíssimo: o de legitimar a exclusão em âmbito internacional. Se nos acomodamos e acostumamos com o estabelecimento universal de princípios desiguais, podemos estar autorizando a formação de guetos, de diferenciações – territoriais, étnicas, sociais – ampliadas e reproduzidas pela intervenção da regulação pública (nacional ou internacional).

A importância da reflexão sobre a equidade não deve ser negada, dado seu caráter emergencial e pragmático para reduzir distâncias sociais. No entanto, **somente neste contexto – que é o do aumento da igualdade social – é que ela adquire, de fato, conteúdo ético.**

Sob outro aspecto, a extensão da democracia como base da legitimidade interestatal faz-se acompanhar de algumas dificuldades. Na primeira delas – a crise mundial dos sistemas representativos sobre os quais se apóia a democracia atual – houve uma enorme ampliação da cidadania política, não acompanhada da ampliação dos foros de decisão política, tanto nacional quanto, sobretudo, inter-

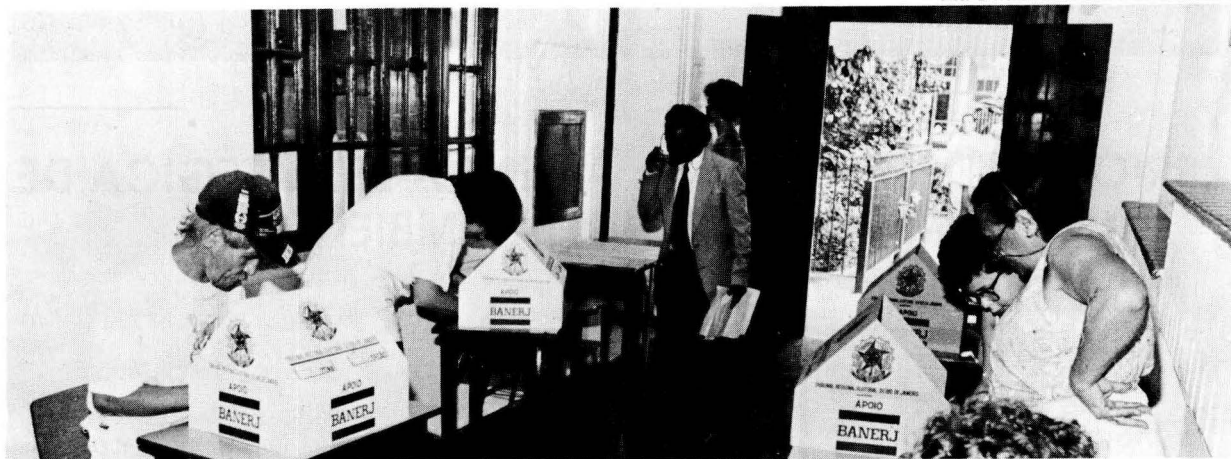
nacionalmente. Não há – ou são muito escassos – procedimentos democráticos nas principais instâncias internacionais de decisão. Os principais foros transnacionais dependem diretamente do poderio econômico e militar, no máximo atribuindo “cotas” de poder a alguns países.

Finalmente, houve um recuo importante no cenário internacional em torno do eixo projetivo – a elaboração de projetos sociais – em torno da democracia. A recuperação de importantes temas derivados do pensamento liberal – liberdade política, representação, separação de poderes – não é suficiente. É preciso elaborar novas proposições capazes de ampliar as conquistas democráticas.

No caso brasileiro, a grande contribuição positiva nesse fim de século foi, sem dúvida, o retorno à prática democrática e sua ampliação, em especial em termos da inclusão do voto analfabeto e da redução da desigualdade política entre os setores urbanos e os rurais. Tendo em vista o peso da tradição excludente nacional, essa foi uma conquista política extraordinária. Além disso, a democracia tornou-se condição nacional para a legitimidade de qualquer governo: figura como reivindicação popular para ampliação dos controles sociais sobre os programas governamentais, como condição de convivência para qualquer modalidade associativa.

A par dessas conquistas, convivemos também com a crise do sistema representativo que, em nosso caso, incorpora problemas já antigos como a super-representação de algumas regiões, permanência de padrões clientelistas, dentre outros. Precisamos ainda superar os bloqueios existentes quanto à plena cidadania, através de sua extensão a setores ainda largamente excluídos do ponto de vista social, embora incluídos politicamente.

***A construção de
formas sociais de
igualdade só é possível
através de uma livre
participação dos
cidadãos; qualquer
igualdade imposta pela
supressão da liberdade
tende a reconstituir
formas de desigualdade
de novo tipo.***



A recuperação de importantes temas derivados do pensamento liberal – liberdade política, representação, separação de poderes – não é suficiente. É preciso elaborar novas proposições capazes de ampliar as conquistas democráticas.

À guisa de conclusão

Acreditamos que qualquer esforço de síntese empreendido hoje para explicar – e superar – o problema crescente da exclusão deve levar em conta os desafios da mundialização, das transformações no mundo do trabalho e da ampliação da democracia. No caso brasileiro, não podemos esquecer que nos constituímos, desde o século XVI, ligados ao mercado e à divisão internacional do trabalho.

Neste sentido, elaborar projetos alternativos (como ocorreu, historicamente, no Renascimento e no século XVIII) exige reflexão capaz de integrar os aspectos positivos e negativos das transformações atuais. Além disso, torna-se imperiosa a constituição de uma sólida rede transnacional de pensamento e de intervenção prática. É preciso apontar saídas para todos; caso contrário, corremos o risco de não haver saídas para ninguém...

Isso não significa – não pode e não deve significar – abrir mão das questões e ritmos nacionais. Trata-se, apenas, em função das características contemporâneas, de trabalhar sobre a junção efetiva que vem se produzindo entre os níveis micro e macro. No Brasil, um dos maiores problemas a superar, no sentido de uma sociedade que caminhe para a igualdade, é

desnaturalizar a forma com que encaramos cotidianamente as práticas discriminatórias e segregacionais. A recente execução, por um soldado, de um assaltante, televisada e tornada pública, assim como o hábito de virar o rosto e desviar de pessoas deitadas na calçada (vivas? mortas? doentes?), de discriminar toda e qualquer forma de pobreza (medo de agressão ou repugnância) exemplificam como banalizamos a degradação social. É preciso, pois, **desnaturalizar a exclusão social**: ela não é uma forma natural, mas **produto histórico de nossa sociedade**, onde todos estamos implicados, desde a educação de nossos filhos até a luta contra as formas de reprodução dessa degradação dos indivíduos.

É preciso, outrossim, ampliar continuamente a democracia. A igualdade política é a matriz e o ponto de partida para a garantia de direitos sociais e – por que não? – econômicos. A urgência da aplicação de políticas diferenciais – equitativas – não deve aniquilar o núcleo universal dos direitos ou, em outros termos, o princípio igualitário que os norteia.

Finalmente, não basta esperar contra o economicismo que bloqueava as antigas concepções e paradigmas. É preciso, ao contrário, reconstruir uma nova econo-

mia política capaz, ao mesmo tempo, de expandir a produção de bens sem destruir o planeta e os seres que nele habitam, humanos ou não. A recusa de pensar as questões econômicas atuais nos deixa à mercê da matriz vigente e dominante, consumista e predatória. Apesar de todas as “crises de paradigmas”, sem uma visão clara do processo produtivo, hoje imbricando uma rede complexa de países, é ainda o eixo econômico – e seu cortejo de competitividade, eficiência e custo – que domina o processo político. □

Referências Bibliográficas

NASCIMENTO, Elimar P. *Exclusão: a nova questão social*. **Proposta**, n.º 61, maio de 1994 e *A exclusão social nos projetos nacionais*. II Conferência Nacional – Projetos Estratégicos Alternativos. Brasília, mimeo, 1995.

ANDRÉANI, T. e FERAY, M. *Discours sur l'égalité parmi les hommes*. Paris, L'Harmattan, 1993.

KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio, Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWN, E. J. *Adeus a tudo aquilo, e Renascendo das cinzas*. In: Blackburn, R. (org.) **Depois da queda**. 2ª ed., Rio, Paz e Terra, 1992.

KENNEDY, P. *Preparando para o século XXI*. Rio, Campus, 1993.

PRIORIDADES PARA UMA AGENDA ESTRATÉGICA DE UM PONTO DE VISTA AMBIENTAL

Jean-Pierre Leroy

O que será essa modernidade tão falada?

O professor João Paulo dos Reis Velloso desenvolve o raciocínio de que são três modernidades: a econômica, a social e a política. Os países desenvolvidos, mesmo que de modo imperfeito, alcançaram as três dimensões. E aqui está o desafio para os novos países industrializados da América Latina: “conseguirão evoluir para a condição de desenvolvidos realizando a sua consolidação democrática e corrigindo sua terrível desigualdade social?” (Velloso, 12)

Quem pensa o país hoje, de fato reconhece que a verdadeira modernidade é uma combinação de desenvolvimento econômico, de justiça social e de democracia. Eu acrescentaria ainda: e de equilíbrio ambiental. Para Velloso a modernidade significa “ser do seu tempo”. O problema nessa formulação é que para um país em desenvolvimento “ser do seu tempo” significa ter como referência o passado dos outros, o que indicaria um hipotético futuro. Modernidade corresponderia, portanto, imitação? Significaria uma corrida trôpega em direção à inalcançável miragem? Se essa formulação não fosse matizada e até corrigida no decorrer do seu estudo, poderíamos dizer que o seu autor não pensou um projeto próprio para o Brasil.

Lendo os projetos do professor Hélio Jaguaribe e da Força

Sindical (a reestruturação econômica apoiada sobre tecnologias de ponta e a abertura total ao mercado global), a impressão que se tem é a de um modelo externo a ser copiado. Na parte que trata da economia temos até a sensação de um projeto feito por outros e que valeria *ipsis litteris* para qualquer país em desenvolvimento.

O que acontecerá com a informação democrática e com os Estados nacionais quando instantaneidade e mundialização suprimem espaço e tempo?

Imitação ou não, a modernidade de proposta pelos autores citados é “técnica”. Para eles os progressos tecnológicos da revolução pós-industrial impulsionam uma corrida compulsória para frente. O fim da Guerra-Fria inviabilizou o projeto do lobby militar industrial dos EUA, de escudo anti-nuclear total, vanguarda tecnológica que supostamente recolocaria a economia norte-americana na liderança mundial. As estradas da comunicação que vão configurar a “sociedade da informação planetária” de amanhã tomaram o seu lugar. Quem quiser ficar moderno que siga ce-

gamente! Nesses projetos a informação é uma simples mercadoria. Pergunto: o que acontecerá com a informação democrática e com os Estados nacionais quando instantaneidade e mundialização suprimem espaço e tempo? E com a diversidade cultural? (ver *Le Monde Diplomatique*, novembro 94 e fevereiro 95).

O professor Cristóvam Buarque diz que na lógica da modernidade técnica que subordina os objetivos sociais e ambientais à racionalidade econômica, ela mesma subordinada à técnica, os valores éticos são ignorados. (Buarque, 98) Eu diria, no entanto, que técnica e ética são dois universos paralelos que não se freqüentam. Todos acreditam em valores, mas esses fazem parte da vida privada. Produziu-se uma terrível inversão entre o público e o privado. O público é o mercado e este impõe suas leis: ser cidadão é ser consumidor. Os economistas capturaram uma boa fatia do poder público. Os Estados fazem a guerra comercial. O atendimento aos direitos coletivos e o bem-estar social são subordinados ao econômico. Os valores fundantes dos Estados-nações democráticos: a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a pluralidade, aos quais acrescentaria-se hoje o respeito para com o meio ambiente, tornaram-se valores privados, individuais.

JEAN-PIERRE LEROY – Educador e coordenador da área de Estudos e Capacitação da FASE Nacional

Será que para ser contemporâneo do mundo o Brasil não precisaria estar na hora consigo mesmo? Encontrar a sua própria modernidade que subordina o econômico a um projeto de sociedade sustentável fundado sobre a ética?

O relatório do Fórum de ONGs brasileiras preparatório à Rio 92 afirma: "No Brasil, destruição ecológica e degradação ambiental são as duas faces inseparáveis de um mesmo processo: aquele através do qual se desenvolveu o capita-

lismo entre nós" (Relatório, 33). É sob esse ângulo sócio-ambiental (haveria muitas outras abordagens possíveis e legítimas para a formulação de prioridades do ponto de vista ambiental) que proponho aqui seis grandes prioridades para uma agenda estratégica: o aprofundamento da democracia; a refundação da Re(s)-pública e a reforma do Estado; a ordenação do território; uma política científica e tecnológica adaptada; a educação básica e pública e, finalmente, uma inserção internacional fundada sobre um projeto nacional.

É no tratamento integrado dado a essas prioridades que residiria nossa modernidade.

1. O aprofundamento da democracia

Para Hélio Jaguaribe, o corporativismo emperra o jogo livre do mercado, sobrepõem-se à ação reguladora do Estado e favorece minorias "às expensas dos interesses

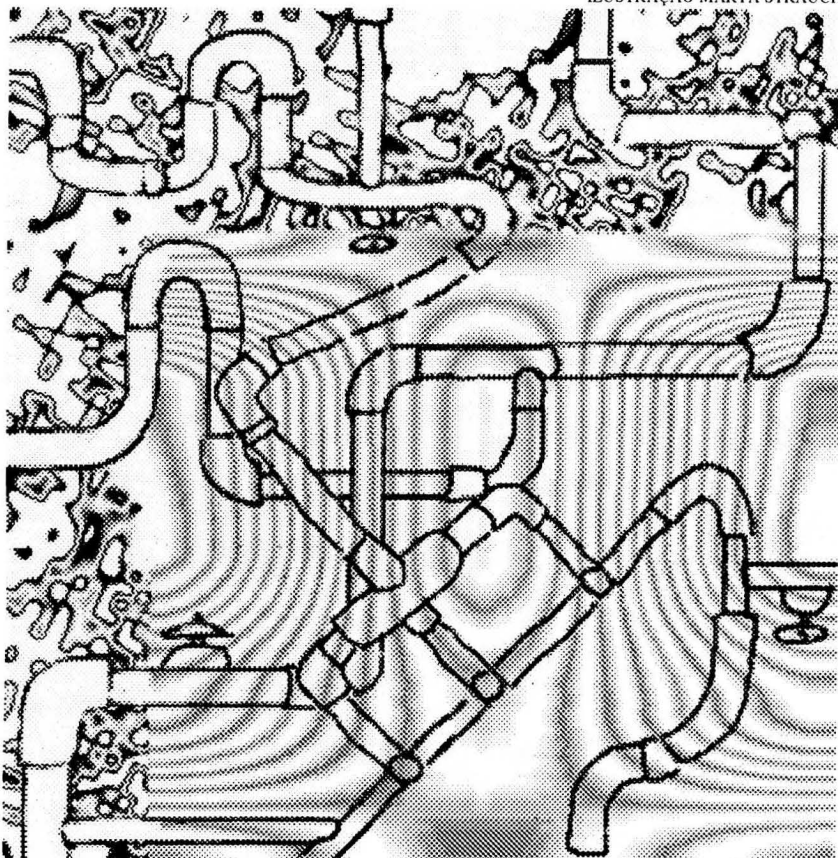
gerais da sociedade" (Jaguaribe, 123). Crítica pertinente, entretanto, embora questionando o corporativismo, "Alternativas do Brasil", por outro lado, é um projeto tecnocrático no qual a sociedade está ausente como sujeito da construção de seu próprio futuro. Ela é representada pelo sistema político-partidário ou é citada pelo que atrapalha: o seu corporativismo.

Reis Velloso por sua vez (e parece que a Força Sindical o apoiaria) trabalha com três atores que, segundo ele, deveriam evoluir para um "compromisso democrático moderno (...) que significa um mínimo de solidariedade por parte dos principais agentes econômicos: Estado, empresários e centrais sindicais, em torno de um capitalismo moderno de base social" (Velloso, 16). As propostas do ex-ministro são instigantes, mas o problema é que dizem respeito somente ao nosso lado "Bélgica", para retomar a imagem de Edmar Bacha. Mesmo numa perspectiva democrática, trata-se de um compromisso setorial, senão corporativo, e não de um compromisso democrático no sentido pleno.

Quem faz a crítica mais pertinente ao corporativismo é Cristóvam Buarque: "A democracia brasileira não avançou porque não conseguiu dar o passo fundamental de sair da organização corporativa para uma organização social e nacional" (Buarque, 105). Democracia significa que pessoas ultrapassam seus interesses imediatos para, sendo capazes de reconhecer os interesses dos outros, pensar o interesse do conjunto da sociedade. Portanto, para que a democracia se realize implica que determinados grupos sociais aceitariam ter interesses que consideram seus não atendidos no grau desejado. São justamente os que detêm a riqueza e o poder, os que estão convidados a entrar num jogo realmente democrático pois são eles que terão, em primeiro lugar,

***O nosso meio
ambiente os nossos
recursos naturais,
antes de se
converterem em
mercadorias e objetos
de apropriação
privada, são o nosso
patrimônio comum.***

ILUSTRAÇÃO MARTA STRAUCH



que sacrificar alguns dos seus interesses imediatos. Oh ingenuidade! Mas talvez as idéias de Cristóvam Buarque possam lhes auxiliar numa reflexão nesta direção. Cristóvam propõe diferenciar o conceito de “nível de consumo” do conceito de “qualidade de vida” para dizer que uns perderão em renda mas ganharão em “qualidade de vida” (Buarque, 216), uma vez que não serão mais obrigados a viver enclausurados nos seus guetos numa insegurança permanente.

Democracia não significa acabar com os conflitos de interesses expressos pelas corporações. Ao contrário, esses conflitos devem ser, cada vez mais, levados para o campo democrático: informação, negociação, arbitragem. Mas num país como o Brasil, ameaçado de naufragar a médio prazo na apartação social tão bem descrita por Cristóvam Buarque, conjugada frequentemente com apartação ambiental, exige-se uma democracia voltada para a sustentabilidade da sociedade brasileira hoje e no futuro: uma democracia que projete os “cidadãos”, quer dizer, os incluídos, na *cívitas*, na cidade política, para além dos seus interesses, na luta contra a pobreza e em favor do meio ambiente.

A ecologia política tem hoje uma abordagem democrática da problemática ambiental. O nosso meio ambiente e os nossos recursos naturais, antes de se converterem em mercadorias e objetos de apropriação privada, são o nosso patrimônio comum, como afirma a Constituição no seu artigo 225.

Aprofundar a democracia significa também fazer com que os excluídos, a nossa parte “Índia” - com pedido de desculpas aos índios - encontrem possibilidades reais de sociabilidade e, portanto, voz própria. Entretanto, vale salientar que, à nossa grande diversidade ecossistêmica (sejam ecossistemas relativamente naturais ou extremamente artificializados co-

Num país como o Brasil exige-se uma democracia voltada para a sustentabilidade da sociedade brasileira hoje e no futuro.

mo as grandes metrópoles), corresponde uma grande diversidade social, tendo que ser possibilitado a cada um sua expressão original.

Nossa democracia necessita portanto de uma construção que abranja do local ao nacional, que envolva os “incluídos” e excluídos, que permita convergências e diferenças, mais arte do tecelão do que do conquistador, como diz Augusto de Franco (Franco, 29). Daí a importância de ver como projetos com pretensão estratégica incorporam os atores pois não teremos um verdadeira projeto sem a ampla participação da sociedade, do mercado e do Estado em toda a sua complexidade.

Para que se incorpore atores, é preciso, que esses existam e sejam reconhecidos como atores coletivos.

Para que se incorpore atores, é preciso, ainda, que esses existam e sejam reconhecidos como atores coletivos. Entre o Estado e as organizações corporativas faltam ainda organizações que se expressem e ajam com legitimidade e apoio de amplos setores da população nas grandes questões apontadas acima. E faltam porque, quando surge algum movimento social novo ou renovado, alguma ONG com potencial inovador, condena-se-os ao ostracismo da infor-

mação ou à desinformação, ao estrangulamento econômico, à desqualificação ideológica. Cortam-se assim possíveis pontes entre os “cidadãos” e os excluídos, entre hoje e o futuro. Não seria tempo dos meios empresariais e do poder público encontrarem formas de apoiar as organizações da sociedade, mesmo que distantes dos seus interesses (diria até justamente porque distantes), respeitando a sua autonomia?

2. A refundação da Re(s)-pública e a reforma do Estado

Que deva haver uma reforma do Estado, ninguém discorda. Mas afinal, para que serve o Estado? Duas grandes missões (além das tradicionais: cunhar moeda, legislar, exercer a justiça etc.) lhe são atribuídas: a) ser o impulsionador, o articulador, o coordenador, o gerente (os qualificativos variam conforme os projetistas) do desenvolvimento mais do que o executor e b) desenvolver políticas sociais que possam, de um lado, dar bases para a modernização econômica (a educação notadamente) e, do outro, “implementar mecanismos sociais destinados a atenuar a rejeição dos trabalhadores sem potencial qualificativo”, como diz pudicamente o projeto da Força Sindical (61). Em vistas disso, Hélio Jaguaribe denuncia a hipertrofia do Estado e a Força Sindical pede a sua diminuição.

O Estado brasileiro é menor do que os Estados dos países industrializados. Não seria melhor falar da sua reorganização, da redistribuição e descentralização dos seus aparelhos e dos seus funcionários? É patente a ausência do Estado de Direito - que cumpre as funções básicas de manutenção da ordem democrática e da justiça, de funcionamento dos serviços públicos essenciais e de facilitação do mercado - tanto nas áreas de

conservação quanto em favelas ou em frentes de ocupação.

Neste sentido, se é importante aproximar o poder público do cidadão e por isso também favorecer a descentralização, é preciso não esquecer, como bem lembrou o professor Elimar Nascimento na Conferência do Rio¹, que a descentralização não vai forçosamente na direção da democratização pois resulta frequentemente no “fortalecimento de hierarquias de notáveis provincianos” e na privatização do poder dito público. Quantas delegacias do Ibama foram entregues aos madeireiros, quantas do Incra aos latifundiários.

Reformar o Estado, torná-lo público, é permitir que se abra às múltiplas influências da sociedade e ao seu controle.

O Estado garante a unidade da Nação, uma Nação que agrupa em um território delimitado uma sociedade complexa e multifacetada que reconhece que, além da língua, há algo que a une e faz com que todos se reconheçam brasileiros. Mas por quantas décadas ain-

numerosos Conselhos nos vários níveis do poder público e em diferentes áreas setoriais que combinam representação da sociedade e dos órgãos públicos. Frequentemente tendem ao esvaziamento e/ou à burocratização. Na realidade, não funcionam sem vontade política e pressão da sociedade. Precisa não afogá-los em tarefas executivas para que pudessem se manter como instâncias de discussão de linhas gerais de filosofia e de ação das políticas públicas e como instâncias de fiscalização.

Reformar o Estado passa também por uma verdadeira reforma do sistema partidário e eleitoral. Este deveria permitir a expressão da diversidade dos grupos sociais e correntes de pensamento existentes na sociedade sem que isso signifique a possibilidade de constituição de maiorias erráticas, o predomínio de interesses paroquiais e a ingovernabilidade. A influência antidemocrática do poder econômico de certos meios de comunicação na competição eleitoral deveria ser enquadrada de modo mais rigoroso e transparente.

Qualquer projeto estratégico para o país passa por políticas públicas de longo prazo. Ultrapassa, portanto, o horizonte de um governo. É necessário distinguir melhor o Estado de um governo de quatro anos. Faz-se indispensável formar e valorizar um corpo de funcionários públicos que possa dar continuidade às políticas para além das gestões governamentais. Paralelamente, a sociedade e os partidos em oposição a determinado governo deveriam ser capazes de cobrar continuidade nas políticas públicas e apoiá-las quando respondem aos anseios da sociedade.



É patente a ausência do Estado de Direito tanto nas áreas de conservação quanto em favelas ou em frentes de ocupação.

os, da Funai aos amigos da onça!

Todos os projetos querem tornar o Estado público. Segundo o receituário do mercado moderno, o fim dos cartórios permitiria o livre funcionamento do mercado competitivo. Ao mesmo tempo, o Estado estaria liberado para as suas tarefas de liderar políticas industriais de longo prazo sem sua subordinação a interesses de curto prazo. Ao nosso ver esta é uma argumentação ainda limitada e setorial.

da o país agüentará um Estado comprometido com um projeto de modernidade que exclui boa parte da sua população quando não a dizima: do jovem funkeiro favelado ao bóia-fria errante, do desesperado morador de encostas suburbanas ao pequeno produtor rural desestimulado, do negro desqualificado ao índio acuado?

Reformar o Estado, torná-lo público, é permitir que se abra às múltiplas influências da sociedade e ao seu controle. Existem hoje

1 - Conferência sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil, realizada no Rio de Janeiro em 23 e 24 de maio de 1994, citada neste texto como Conferência do Rio.

Caberia também uma reforma da Justiça, este “poder monárquico” comentado pelo professor e jurista Roberto Aguiar na Conferência do Rio, que aplica “um direito sem sujeitos, sem lugar, sem corpo”, em que a tecnicidade, como vimos recentemente, se sobrepõe à ética, um direito que protege bem a propriedade individual mas que não consegue proteger os direitos coletivos da sociedade nem os direitos dos mais fracos.

3. A ordenação do território

Afora o relatório das ONGs, os projetos apresentados pensam o território de modo bastante tradicional, com acenos rituais ao Nordeste, à descentralização e à Reforma Agrária. Mesmo “A revolução das prioridades”, de Cristóvam Buarque, que coloca como uma das prioridades a “ocupação descentralizada do território nacional” (Buarque, 1985) é questionada por Elimar Nascimento por não ter enfatizado o cunho “matricial” da descentralização “no sentido de atravessar todas as dimensões básicas de mudança” (in Buarque, 278).

As formas como o país foi ocupado, desenvolveu-se o mercado e como o Estado fez a gestão do território – ou se omitiu – produziram um território esgarçado. “Fragmentação do Estado nacional e estilhaçamento da sociedade. Todos esses processos estão inscritos no território”, comentava a professora e geógrafa Bertha Becker na Conferência de Rio. Dentro de poucos anos, estará concluído um processo de apropriação privada selvagem do território nacional.

Faz-se urgente que a União e os Estados (mas não são os governos estaduais, em especial em áreas de fronteira, freqüentemente os promotores desse processo?) recuperem a sua capacidade de pla-

nejamento e ordenação do espaço a partir do local até o nacional.

Nesse sentido deveria ser dada maior importância aos processos de zoneamento ecológico-econômico em curso. Todavia, precisa mudar a concepção ainda predominante que os vê como atividades técnico-burocráticas de definição de “vocações” e até como obras sujeitas a licitação internacional quando o financiamento procede do Banco Mundial. O

O zoneamento é uma intervenção ao mesmo tempo técnica e política que combina, que faz confrontar setores da sociedade e conhecimentos sobre o território, sob a arbitragem do Estado.

zoneamento é uma intervenção ao mesmo tempo técnica e política que combina, que faz confrontar setores da sociedade e conhecimentos sobre o território, sob a arbitragem do Estado. Portanto, deve-se cuidar para que esses processos não sejam apropriados exclusivamente por setores que pensam o espaço tão somente sob o ângulo da partilha dos seus recursos, quer sejam oligarquias locais ou modernos industriais.

Reequilibrar o território, estancar a desertificação humana e o empobrecimento genético no espaço rural, transformar em cidades as aglomerações urbanas sem a menor qualidade de vida são pontos que, suponho, continuaram na pauta da Reforma Fundiária e da Reforma Urbana. A Reforma Fundiária deve permitir e agilizar a criação de áreas de conservação e

de reservas extrativistas; a regularização fundiária das já existentes e a demarcação das terras indígenas. Deve incluir uma Reforma Agrária que estanque a hemorragia migratória e a miséria rural, que alavanque a dinamização dos pequenos e médios municípios do interior e contribua – pelo incentivo a uma produção familiar com bases agro-ecológicas – à manutenção da biodiversidade e sustentabilidade da agricultura. A Reforma Urbana deveria ter como premissa o reconhecimento da “função social da propriedade e da cidade”, do direito à cidadania que têm todos os moradores da cidade e da necessidade de gestão democrática da cidade (Relatório ONGs, 122). Acabar com a “cidade partida”, tão bem desvendada por Zuenir Ventura, ou, pelo menos, minimizar o risco de apartação social e ambiental supõe uma inversão de prioridades estratégicas.

Algumas entidades ambientalistas levantaram a idéia de propor a transformação do Ministério do Meio Ambiente em Ministério do Meio Ambiente e Ordenação de Território. Este, além de se tornar no órgão encarregado do nosso patrimônio atual e futuro em uma perspectiva mais globalizante do que setorial, daria as bases sustentáveis para realmente nos assumir como “economia continental (...) diversificada e integrada pela diversidade dos nossos fatores de competitividade, pela abundância de materiais e, em geral, pela ampla base de recursos naturais, sejam agrícolas, florestais ou minerais” (Velloso, 45).

Vale notar, como digressão, que não se advoga aqui o congelamento do território e dos seus recursos. Reivindica-se que os empreendimentos minerais, industriais e agro-industriais deixem de se constituir em enclaves de impacto negativo tanto social quanto ambientalmente no seu entorno. Esses empreendimentos não po-

dem ser vistos unicamente sob o prisma econômico, ou seja, naquilo que acrescentam ao PIB.

Talvez mais do que o fortalecimento de um ministério seja necessário um órgão governamental novo, um conselho articulador de vários ministérios que teria como função alavancar políticas, ou melhor, fazer com que as grandes políticas sejam questionadas e, se for o caso, modificadas de um lado sob o ponto de vista da sua relação presente com as questões sociais e ambientais e, de outro, da sua sustentabilidade no futuro.

4. Um outro crescimento

Velloso propõe “colocar a agenda social dentro da agenda econômica” (Velloso, 78). Por que não o contrário? Por que não priorizar a agenda política e social e, em função dela, produzir a agenda econômica?

A exceção das alternativas propostas pelo professor Jaguaribe – que parece enfatizar o mercado tão somente na sua relação com o mundo – todos os projetos apoiariam, imagino, a proposta do Reis Velloso em favor de um “modelo bi-direcional de mercado (...) que (...) se apoia no mercado interno para a conquista de mercados no exterior” (Velloso, 16). Essa formulação é reforçada pelo brigadeiro Ferolla: mercado interno, sim mas para “a maioria da população excluída do processo de produção e consumo” (Ferolla, 9).

Trata-se de dinamizar um mercado interno que não seja voltado para o nosso lado Bêlgica. A reestruturação industrial em padrões que permitam entrar na competição internacional não incorporará (basta que olhemos para o que acontece hoje nos países europeus), a totalidade da reserva de mão-de-obra. A reestruturação precisa ser combinada com dinâmicas econômicas que favoreçam micro e pe-

quenos empreendimentos, obras públicas que permitam uso amplo de mão-de-obra, valorização da produção familiar no campo em bases agro-ecológicas, dinamização de microeconomias locais e regionais e incentivo ao turismo ecológico. Várias dessas iniciativas fortalecem e são fortalecidas, em um movimento de mão dupla, – a manutenção das nossas paisagens e áreas preservadas e a garantia de sobrevivência das populações tradicionais (povos indígenas, extrativistas, caçaras, pescadores artesãos, remanescentes de

Obnubilados pelo desejo de entrar no Clube dos 7, esquecemos que poderíamos liderar o campo do conhecimento e da tecnologia adequadas para países pobres da faixa tropical.

quilombos etc.) – pelo papel que exercem na manutenção/renovação da biodiversidade e das paisagens. Resumindo, necessitamos de dinâmicas que se apoiem na nossa extrema diversidade social e necessitamos de recursos organizados através de processos contínuos de ordenação do território numa perspectiva democrática.

5. Uma política científica e tecnológica adaptada.

Aparentemente ainda predomina nas formulações dos projetos da Força Sindical e do professor Jaguaribe a idéia de “incorporação do saber de ponta dos centros de vanguarda”, ou seja, a trans-

fusão de fora para dentro. Sem negar essa necessidade, gostaríamos de enfatizar uma outra perspectiva a partir da tese apresentada pelo professor Reis Velloso para quem a inovação é um “processo social predominantemente endógeno”. É “a própria sociedade que gera as forças capazes de produzir a inovação em grande escala, continuamente” (24). Ênio Candotti, ex-presidente da SBPC, refletia na Conferência do Rio a mesma preocupação: “O caminho que vamos trilhar para alcançar essa tecnologia é o mais importante. Se o fizermos através de perguntas que de fato nasçam das necessidades sociais, vamos ter certamente uma boa tecnologia”.

Dentre as áreas em que temos vantagens comparativas, destacaria, junto com Augusto de Franco “a energia alternativa, a ciência dos oceanos, a engenharia ecológica e a agricultura ecossistêmica” (Franco, 50). Acrescentaria, a título de exemplo, as potencialidades que temos em urbanismo/gestão urbana e nas tecnologias acústicas (“O Brasil é som”, dizia o professor Milton Santos). É nestas áreas – e em algumas outras apontadas pelo brigadeiro Ferolla e o professor Velloso – que pode e deve se produzir sinergias entre a sociedade que formula questões e exige respostas; os pesquisadores em conexão, de um lado, com a sociedade e, do outro, com a ciência avançada e os empreendedores.

Além dessas áreas que podem permitir ao Brasil competir internacionalmente com uma base sólida, a resolução de nossos enormes problemas sociais e ambientais – mobilizadores que são de uma parte qualificada da sociedade e do Estado – implica a produção constante de pequenas alternativas tecnológicas (seja em processos ou em produtos tanto nos setores de serviços como de produção), inventadas no encontro entre conhecimentos tradicionais e conheci-

***Faz-se urgente que a
União e os Estados
recuperarem a sua
capacidade de
planejamento e
ordenação do espaço a
partir do local até o
nacional.***

mentos técnicos formais. Por não serem inseridas dentro do circuito econômico dominante – já que são criadas para a resolução de problemas que não mobilizam particularmente as “elites” dirigentes –, essas tecnologias ficam marginais, desprezando-se, assim, o seu potencial interno e externo (inclusive porque são ameaçadoras de tecnologias e produtos já instalados). Obnubilados pelo desejo de entrar no Clube dos 7, esquecemos que poderíamos liderar o campo do conhecimento e da tecnologia adequadas para países pobres da faixa tropical.

6. A educação básica e pública

Da educação à cidadania, à educação para o trabalho. Quem seria contra? Mas quem está disposto a pagar mais impostos hoje (e fiscalizar o seu uso!) para formar melhor e pagar mais os educadores? Essa “inovação endógena”, comentada no item anterior, não surgirá com toda a pujança desejável a partir de ilhas de saber fragmentado (inclusive porque divorciado do humanismo societário) no meio de uma sociedade embrutecida.

Trata-se, antes de tudo, de educação básica e de educação pública. Educação básica não só no sentido de aprender a ler, escrever e contar, mas também de aprender a pensar, a olhar o espaço e a sentir o tempo e a história; a conhecer os

outros e a terra; estas são condições para qualquer aprendizado que não seja meramente repetitivo.

Educação pública... me vem subitamente a sensação que não há mais o que dizer. O que falta é “vergonha na cara”. Melhor seria deixar essa página em branco e no preto do luto pelas tragédias sociais que as elites começaram a pagar.

7. Uma inserção internacional fundada sobre um projeto nacional

Obrigadeiro Sérgio Ferolla advoga “um modelo de desenvolvimento com base nas vocações e características do nosso país” (Ferolla, 6), em oposição à globalização das economias. Para implementá-lo, precisa-se de um Estado forte, que necessita “recuperar ou reconquistar a sua função pública e de defesa da nacionalidade e da cidadania” (Ferolla, 18), ambas inexistentes fora do princípio da soberania.

A soberania tem como ponto de partida o “interesse nacional” que “adquire um caráter marcadamente socio-econômico, voltado para a proteção patrimonial dos recursos humanos e naturais, para a integração nacional, o combate contra a miséria e o atraso científico e tecnológico” (Ferolla, 13). Ao longo do seu estudo, o brigadeiro vai argumentar como e porquê o contexto internacional obriga o país a se desenvolver com um projeto próprio para escapar à dependência e se afirmar autonomamente. Segundo Ferolla, a condição para uma participação internacional se daria através de: “o nacionalismo (...) é um esforço para colocar o Brasil no mundo (...) no equacionamento e solução dos problemas mundiais” (Ferolla, 27, citando uma palestra do embaixador Araújo Castro aos estagiários da ESG em 1971!).

Nenhum projeto é entreguista mas a vertigem da “modernidade técnica”, contraposta ao projeto do professor Cristóvam Buarque, a inevitabilidade da inserção internacional, como diz o professor Velloso, podem fazer com que se subestime o poder das forças econômicas, políticas, culturais e ideológicas unidas ao redor do mercado e da nova ordem econômica mundial. Por isso, uma estratégia nacional de integração internacional deve estar firmemente ancorada num projeto nacional.

Podemos no entanto questionar as “Bases para um Projeto Nacional” quando este diz que o interesse nacional deve ser entendido “como um indivíduo coletivo, situado acima dos interesses e compromissos de classes, grupos e corporações” (Ferolla, 13). Os salvadores da pátria que pretenderam encarnar o interesse nacional não pairavam acima da sociedade, mas representavam determinadas coli-

***Uma estratégia
nacional de integração
internacional deve
estar firmemente
ancorada num projeto
nacional.***

gações de interesse. Projeto nacional é uma construção de atores, de classes, de grupos, que buscam fazer dos seus conflitos uma tensão positiva, visando encontrar convergências mobilizadoras. Como o Brasil poderia afirmar sua autonomia sem que boa parte da sociedade estivesse mobilizada nesse projeto?

A inserção internacional do Brasil exige que a sociedade brasileira se volte mais para o mundo. Para isso, precisaria introduzir melhor as questões internacionais na educação, na cultura, nos meios

de comunicação e na vida política.

Com as recentes conferências internacionais (em especial o "Social Summit" de Copenhague) inicia-se um diálogo entre setores da sociedade e o Itamarati que precisa ser aprofundado, pois as várias dimensões presentes numa estratégia de inserção internacional: a política, a econômica, a cultural, a social e a ambiental, são espaços de atuação de múltiplos atores: políticos, diplomatas, militares, empresários, pesquisadores, dirigentes de organizações representativas de setores da sociedade, ONGs, pessoas do mundo da cultura, religiosos. Cada um, ao seu modo, deve contribuir para um projeto de presença do Brasil no mundo e de mudança nas relações internacionais. E quais seriam as principais questões?

Por ser um país submetido a uma dívida externa, o Brasil poderia liderar os países devedores no questionamento da desordem financeira internacional, no desarmamento dessa bomba, como propõe Cristóvam Buarque.

A riqueza do Brasil em recursos naturais, a começar pela sua biodiversidade, bem como os seus problemas ambientais o habilitam a liderar internacionalmente o debate ambiental. O discurso ambien-

tal oriundo dos países industrializados designa como crises ambientais mundiais as que lhes interessam e coloca-as sob seus pontos de vista. Podemos contribuir na modificação dos enfoques e ampliá-los, por exemplo, introduzindo como questões ambientais mundiais a agricultura tropical e a questão urbana.

A destruição dos sistemas agrícolas tradicionais nos países das faixas equatorial e tropical e a sua substituição por modelos inspirados em países temperados representam, notadamente na África, uma catástrofe social e ambiental (ainda mascarada no Brasil pelo aporte desmedido de insumos e a existência de uma fronteira agrícola disponível, em especial o cerrado). Por sua vez, a realidade urbano-industrial tal como se apresenta no Terceiro Mundo (altas concentrações humanas, inexistência ou extrema precariedade do saneamento e das infraestruturas em geral, situações de alto risco, poluições múltiplas etc. combinadas com desemprego, miséria e violência), configura uma crise sócio-ambiental mundial.

Não se trata de voltar a um terceiro-mundismo ultrapassado, já que o Primeiro Mundo está também aqui e, o Terceiro Mundo, lá.

O que se propõe é fazer com que o Brasil contribua para a renovação do sistema ONU e para a substituição do sistema de Bretton Woods. O Brasil pode trazer uma contribuição original por viver uma crise exemplar da modernidade e, portanto, tem oportunidade ímpar de liderar a busca de soluções. □

Referências Bibliográficas

BUARQUE, Cristóvam. *A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. Paz e Terra: São Paulo, 1994.

FEROLLA, Sérgio Xavier. *Bases para um projeto nacional*. ESG: Rio de Janeiro, s.d.

FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil*. (mimeo.) s.d.

FÓRUM de ONGs Brasileiras. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre meio ambiente e desenvolvimento. Fórum: Rio de Janeiro, 1992.

FRANCO, Augusto de. *Brasil futuro do presente: projeto estratégico alternativo*. FASE/ Instituto de Política: Rio de Janeiro, 1994.

JAGUARIBE, Hélio. *Alternativas do Brasil*. (mimeo.) s.d.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Inovação e sociedade: uma estratégia de desenvolvimento com equidade para o Brasil*. José Olympio: Rio de Janeiro, s.d.

A Amazônia é hoje tema internacional e objeto de políticas internacionais e intervenções da cooperação multilateral e bilateral. Sua preservação passa pela viabilização do futuro dos seus povos e populações, por seu acesso à cidadania econômica, social e política e que seu futuro deve ser construído por esses atores em primeiro lugar.



Estes foram os temas debatidos no Encontro Internacional de Trabalho, organizado pela FASE/FAOR, realizado em Belém do Pará, em junho de 1994, que saem agora editados nestes *Anais Diversidade ecosocial e estratégias de cooperação entre ONGs na Amazônia*.

ONDE ADQUIRIR:

FASE
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo CEP 22270-070
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 286-1598

REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Franklin Dias Coelho

O marketing do produto global parece querer nos impor o fim de fronteiras culturais e de identidades construídas no território. Ao lado da universalização de mecanismos de mercado, assistimos também à disseminação da cultura pop norte-americana ou podemos assistir às finais do National Basketball Association transmitido em 20 idiomas para 109 países diferentes.

O brado do velho Marx – “Proletariado do mundo, uni-vos!” – que, além da noção de solidariedade, nos remetia a uma nova ordem internacional sem pátrias, integrada sem diferenças territoriais ou nacionais, parece estar sendo retomado, ironicamente, pelo ideário neoliberal – “Mercado do mundo, uni-vos!” –, sugerindo, do mesmo modo, um mundo sem fronteiras e sem culturas regionais.

A dinâmica da vida social tem nos mostrado, ao contrário, que pensar o país, pensar a totalidade em termos nacionais, significa pensar suas identidades regionais e locais. O território, enquanto expressão material do conflito social, expressa o intermitente confronto de identidades construídas a partir das espacialidades do campo e da cidade, das regiões e de suas redes urbanas, ou seja, das formas sociais engendradas pelas relações construídas em determinado lugar. O conceito de território que incorpora a ação do sujeito social traz a possibilidade de pensar não só as elites governantes, mas também os movimentos po-

pulares, como atores sociais que constroem identidades e representações locais e regionais, reconstituindo, segundo o olhar dos oprimidos, a história do lugar. Desse modo, o conflito social no campo e na cidade pode ser compreendido a partir de sua configuração espacial, isto é, engendrado pelas formas socioespaciais de constituição de sistemas agrários, de sua articulação com redes urbanas e das formas específicas de imposição de mobilidade do trabalho.

Neste sentido, a maioria dos projetos nacionais elaborados¹ no país nos remete à necessidade de territorializar os processos sociais identificados como mais significativos para pensar a realidade brasileira. Dualismo, apartação social e globalização são processos territoriais que incorporam não só a dimensão de espacialização de processos sociais, como também a noção de territorialidade, a idéia de subjetividade e de identidade construída por sujeitos sociais.

Contudo, introduzir esta dimensão territorial no centro do debate sobre projetos alternativos para o Brasil e no quadro da reestruturação econômica, nos planos internacional e nacional, significa repensar alguns aspectos enquanto uma estratégia alternativa de desenvolvimento:

a) O primeiro aspecto que parece importante realçar ao trabalharmos a relação entre projeto alternativo e território é o reconhecimento de que a crise e a tran-

sição mundial significam um imenso processo de reordenamento do território. Se no passado não podíamos analisar o padrão de acumulação, sem deixar de analisar o padrão de organização do território, hoje a análise desta relação se faz necessária numa escala muito maior.

A globalização, entendida como um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, significa um processo de transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional apoiados na velocidade das inovações tecnológicas, em particular nas áreas de informação, transporte e comunicações. Em termos econômicos, globalização é definida como uma integração ativa do comércio mundial e da produção mundial (*global trade and global products*).²

Contudo, há a necessidade de qualificar melhor as dimensões políticas e territoriais do processo de globalização para que esta não

1- A esse respeito, ver conferências editadas: PROJETOS Estratégicos Alternativos para o Brasil, Rio de Janeiro: FASE/FUJB, 1995.

2- A esse respeito, ver MOLINA, Luisa, TRINCA, Delfina. Globalização da economia: verdadeira panacéia mundial ou velha ficção de uma nova era? In: SANTOS, Milton et al. *Fim do século e globalização*, São Paulo: Hucitec, 1993.

se transforme numa palavra mágica capaz de nos explicar todos os nossos dilemas, ao mesmo tempo em que se transforma numa panacéia que encobre um conhecimento mais profundo de processos sociais em nossa realidade.

Para Antônio Kandir, pelas visões desenvolvidas em seu livro "Projeto Para o Brasil", não há mais segredos no mundo e o fluxo de informações configura um mercado globalizado.

Esta afirmativa nos coloca diante de duas opções:

- a primeira, trabalhada como o desenvolvimento nacional, voltada para a correção de disfunções do processo de integração com uma economia globalizada, num caminho inexorável para a modernidade; e

- a segunda, trabalhada como projeto nacional, onde o impacto do processo de globalização deve ser integrado às necessidades de enfrentamento da questão social e da construção de uma ação cidadã.

A globalização, como sugere o projeto de Kandir, é entendida a partir de esquemas evolucionistas idealizados, em que a mudança simplesmente parece acontecer ou surge para pontuar alguma marcha inelutável para o progresso.

Esta concepção de um mundo sem segredos e sem fronteiras parece irreal, principalmente quando olhamos para os debates sobre soberania, recursos naturais ou sobre as conformações de blocos no interior da economia internacional. Ao lado de um processo iterativo do mercado mundial, assiste-se a um processo de fragmentação e de aumento de competitividade através de tendências sistematizadas por Milton Santos:

- exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço;
- concentração da produção em unidades menores, com aumento da relação entre produto e superfície (agricultura);
- aceleração de todas as for-

mas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho;

- produtividade espacial como dado na escolha de localizações;
- novo recorte horizontal e vertical dos territórios;
- papel da organização e dos processos de regulação na constituição das regiões;
- tensão crescente entre localidade e globalidade à medida que avança o processo de globalização.³

***Para que o
planejamento
estratégico se constitua
no marco útil para
futuras atividades de
desenvolvimento
econômico, é
necessário que se
assumam
compromissos políticos
e administrativos.***

Por outro lado, há que se pensar sobre qual globalização se está falando e que setor do capital hegemonizará este processo: essa hegemonia é do setor produtivo e de seu processo de reestruturação (o que Lipietz chamou de pós-for-dismo nos seus diversos cenários) ou do capital financeiro?

b) Um segundo aspecto é que esta dimensão territorial no debate sobre projeto alternativo nos chama a atenção sobre os limites de trabalhar de forma isolada e como sistemas fechados as questões agrárias e urbanas, questionando conceitos de sociedades agrárias e urbanas no contexto atual de reestruturação econômica e reorganização espacial.

De algum modo temos dado continuidade a uma lógica dual de reflexão do desenvolvimento agrário e urbano, reproduzindo visões de espaços econômicos fechados e perdendo de vista a integração de seus processos produtivos.

Trabalhar a relação entre reforma agrária e urbana, pensada a partir da lógica de integração regional, de reconstrução de fluxos econômicos e de identidades locais, significa repensar a dimensão do conflito social nos espaços agrário e urbano, interferindo não só nas relações de propriedade da terra mas também na possibilidade de articulação destes espaços com o processo de acumulação local e suas dinâmicas específicas.

Trabalhar as identidades regionais e a recuperação de culturas locais e de dinâmicas de resistência local aos processos de centralização e concentração política e econômica significa afirmar a integração frente à fragmentação territorial. Região, neste sentido, são pessoas, atores sociais, coletividades espaciais, partes ativas e reativas de construção de identidades no território. Estas identidades podem ser capturadas por elites locais, como no caso da Região Nordeste, para atrair investimentos e reproduzir processos de privatização do Estado ou de manutenção de relações clientelistas com a população, ou podem ser reconstruídas pela força dos movimentos sociais, como foi o caso do ABC, que se transformou em símbolo de resistência dos trabalhadores.

c) Em terceiro lugar, introduz-se uma dimensão ambiental e exige-se a retomada do debate sobre desenvolvimento. Para isso é necessário qualificar-se o conceito

3- SANTOS, Milton. *Os espaços da globalização*. In: Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1993.

de desenvolvimento sustentável, trazendo-se o sentido de uma sociedade sustentável em termos de igualdade, justiça social, preservação da diversidade cultural e da integridade ecológica. Ao lado desta concepção de desenvolvimento humano sustentável, se introduz uma nova dimensão de ação e formas de institucionalização regional com o conceito de gestão por bacias hidrográficas.

Há, desse modo, que se documentar os processos de desterritorialização e aqueles em que a territorialização continua, identificando as forças ativas destes processos, sejam atores sociais, sejam estruturas organizacionais. Em geral, os projetos alternativos analisados não trabalharam esta dimensão territorial, reproduzindo um pensamento econômico desterritorializado que encobre ou reduz a capacidade de apreensão das interrelações dos espaços econômicos, do mapeamento organizacional dos sistemas de produção territorializados ou mesmo da articulação entre desenvolvimento econômico e formas de exclusão sócio-espaciais que se configuram no processo de reestruturação econômica.

Reestruturação econômica, globalização e desenvolvimento econômico local

Diante do quadro de tensão entre o global e o local que temos vivido neste processo de reestruturação econômica, crescem as especializações produtivas no nível do espaço e aceleram-se as iniciativas voltadas para a produtividade espacial como dado na escolha de localizações.

As inovações tecnológicas pressupõem infraestrutura. A integração de pontos do território pelas novas redes de telecomunicação, com a quebra de contigui-

dades regionais, só se materializa em função de decisões e estratégias. A localização geográfica se torna mais seletiva. As vantagens locais são fortalecidas e os lugares cada vez mais diferenciados pelo seu conteúdo – recursos naturais, mão-de-obra, infraestrutura de transporte, energia, telecomunicação etc.

Precisamos de um plano de ação destinado a ativar e melhorar as condições de vida de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes.

Retoma-se uma releitura da abordagem regional e do planejamento, agora sobre a ótica não da integração territorial, mas da construção de redes – fluxos de informação, logísticas técnico-científicas, verticalização enxuta de setores industriais – que nos trazem a idéia de lugar como espaço autônomo capaz de se interligar a outros pontos no espaço através de uma ação empreendedora de atores locais.

Diante deste cenário, a ação dos governos municipais tem sugerido alguns caminhos:

- resposta aos impactos da globalização como sugestão da necessidade de ações públicas locais, objetivando uma integração não subordinada que privilegie as questões sociais e a construção do espaço da cidadania a partir de forças econômicas e sociais locais e regionais;
- eliminação da tensão entre localidades para a constituição de

novos arranjos políticos, financeiros e institucionais capazes de viabilizar projetos locais e regionais;

- novos sujeitos destes processos – empreendedores locais, bancos e agências regionais, cooperativas e órgãos públicos locais, ONGs – para fortalecer fóruns e outras formas de organização capazes de construir um pacto territorial de forma democrática;

- atuação no sentido de projetar regionalmente estratégias espaciais de modo a se contrapor aos efeitos perversos da globalização como a apartação sócio-espacial, a ação predatória dos recursos naturais, a disseminação da miséria ocasionada pelo esvaziamento e fragmentação do território;

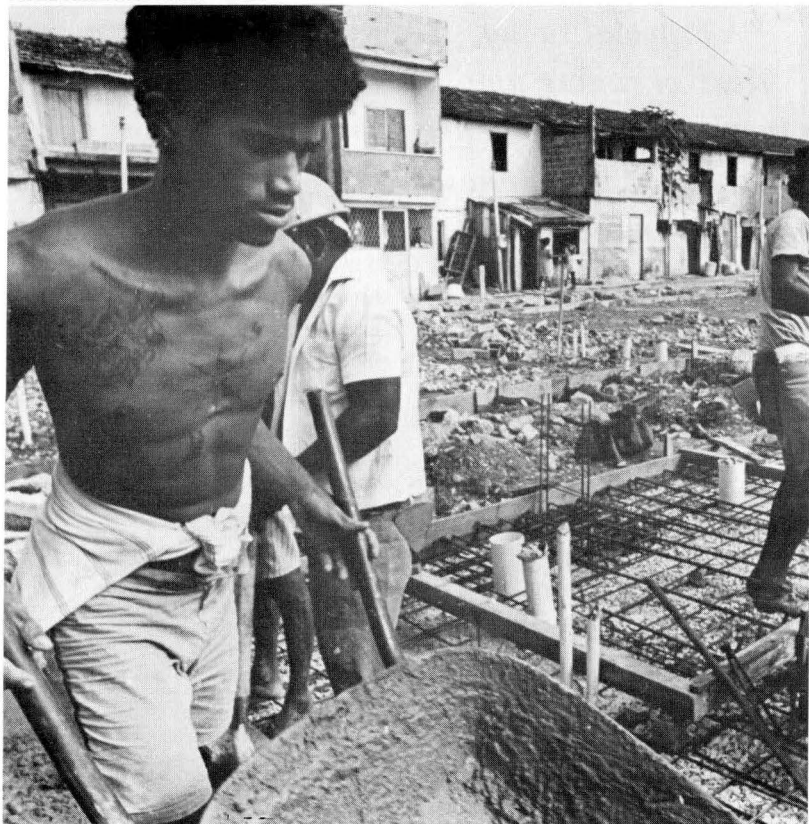
- estruturação de políticas sócio-econômicas regionais que integrem circuitos produtivos agrários e urbanos;

- capacitação de agentes regionais – públicos e privados – para oferecer opções de integração local/global que privilegie a utilização de recursos endógenos dos municípios/regiões;

- criação e fortalecimento de iniciativas econômicas locais para melhorar a infra-estrutura produtiva que permita aumentar suas escalas econômicas;

- consideração de que o desenvolvimento local consiste em potencializar o desenvolvimento sócio-econômico, tomando como base principal a mobilização de recursos humanos e financeiros locais, significando uma reorganização institucional que permita a acumulação local através de pequenos empreendimentos, do associativismo, do direcionamento da ação local à integração do mercado popular com o circuito de acumulação que surgem com a reestruturação econômica; e

- fortalecimento do governo local como promotor do desenvolvimento e da participação organizada da comunidade.



Aprofunda-se o conceito de desenvolvimento local, entendido como um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar as condições de vida dos habitantes de uma localidade.

Estes pontos aprofundam o conceito de desenvolvimento local, entendido como um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar – de maneira sustentável – as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes.

Estas ações significam uma nova concepção de gestão municipal, no qual o papel do prefeito não se reduz a apenas um administrador, mas se transforma no empreendedor capaz de gerar parcerias, captar recursos e promover o desenvolvimento. Entretanto, em uma concepção neoliberal, reproduzida no nível de economia espacial de mercado, isso pode gerar uma guerra de atratividades, seja de fatores locais ou de marketing da cidade.

Um projeto de desenvolvimen-

Os planos diretores apresentam limites para pensar o desenvolvimento econômico e social da cidade.

to local deve reduzir esta guerra fiscal e de atratividades através de políticas regionais que integrem as potencialidades locais. Toda proposta de potencializar a economia local deve partir da necessidade imperiosa de resolver o problema da fragmentação e da exclusão social. Produzir uma proposta para garantir condições dignas a 70 milhões de indigentes ou pobres significa concretamente fazer um esforço importantíssimo na direção de potencializar as economias locais sem proporcionar um processo de migração econômica

incontrolável, tal qual uma política de cobertor curto, no qual podem surgir novas cidades-pólos mas às custas de processos de desintegração econômica e social no conjunto da região.

O urbano e o desenvolvimento econômico local

Um segundo tema que tem uma relação direta com o desenvolvimento econômico local é a emergência de novo padrão de relação entre setor público, empresas privadas e organizações não-governamentais, especialmente na área urbana. Surgindo no cenário econômico-financeiro, que tem como pano de fundo o debate do projeto neoliberal, a construção de novas relações público-privadas podem ser compreendidas no âmbito de experiências ligadas ao processo de descentralização e de reforma do Estado.

As experiências desta nova concepção de ação pública – diversificadas nas áreas de saúde, transporte, habitação, abastecimento, educação, orçamento, e cultura – reafirmam a noção de que o desenvolvimento local integrado deve se dar de forma compartilhada, garantindo a dimensão pública e o controle social dos serviços.

As novas parcerias, ainda que conflituosas, com as empresas privadas surgem com maior intensidade na área de desenvolvimento urbano. Inseridas no quadro de descentralização e desconcentração com controle social, têm suscitado uma série de instrumentos jurídicos – como o solo criado, operações interligadas, urbanizações consorciadas – que procuram articular políticas de controle do uso do solo com políticas de desenvolvimento social.

A análise destas experiências sugere a pergunta: como integrar esta ação de controle do uso do

solo à ótica de desenvolvimento econômico? A política local tem priorizado até agora a ordenação e os equipamentos do território, a obra física pura. O quadro de degradação de nossas cidades, de crescimento da pobreza e do desemprego, exige que se acentue hoje a iniciativa pública – em parceria com a iniciativa privada, com ONGs e formas associativas urbanas – para reconstruir a base produtiva da cidade, atrair atividades geradoras de emprego, promover as indispensáveis mudanças tecnológicas para assegurar a competitividade dos diversos setores econômicos. A política social requer grandes recursos que só são obtidos se a cidade reencontra o seu dinamismo econômico.

Neste sentido, sugere-se uma concepção de planos estratégicos, incorporando o Plano Diretor como plano integrado de desenvolvimento local. A Constituição Federal de 1988 reafirmou e reforçou o papel dos municípios como agente promotor do desenvolvimento urbano, principalmente através dos Planos Diretores para cidades de mais de 20 mil habitantes.

Esta visão de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano reforça uma concepção que o separa e distancia da ação de desenvolvimento econômico. O processo de planejamento estratégico – que integre a dimensão econômica e territorial – permite identificar e analisar os processos de produção da cidade em toda a sua diversidade.

A implementação dos Planos Diretores com esta visão mostrou os limites de pensar a cidade a partir apenas de instrumentos do poder público para o controle e a regulação do uso do solo na cidade. Além de reproduzirem processos tradicionais de planejamento urbano, na sua grande maioria, significaram um relação de instrumentos urbanísticos sem definição de intervenção de forma estratégica na cidade.

A especialização flexível sugere uma instrumentalização de estratégias locais de acumulação de capital e de controle social maior do que em qualquer outro período histórico.

MARCELO DE OLIVEIRA/IMAGENS DA TERRA



A política social requer grandes recursos que só são obtidos se a cidade reencontra o seu dinamismo econômico.

Os planos diretores apresentam limites para pensar o desenvolvimento econômico e social da cidade. Eles podem contribuir para incluir na legislação urbanística alguns instrumentos de parceria público-privada que podem ser trabalhados em operações urbanas em que estejam presentes objetivos de geração de renda, de dinamização de áreas de interesse social ou de estímulo às atividades empreendedoras territorialmente localizadas.

A diversidade presente nos processos de produção da cidade se traduz tanto nas diferentes formas de participação econômica e social dos atores como na complexidade dos municípios, seja em

relação a sua escala seja pela sua vocação. Em alguns casos, a economia local pode ser sustentada por uma produção primária como agricultura ou extração mineral. Em outros, como os grandes centros urbanos, a base pode ser manufatureira ou de grandes indústrias. Nas regiões metropolitanas, a economia é muito mais complexa, mesclando-se setor primário, serviços, manufaturas e grandes indústrias.

Qualquer que seja a característica econômica de cada comunidade, há oportunidades para que o governo municipal cumpra um papel ativo na identificação e na implementação do planejamento estratégico, levantamento dos fatores que têm impacto sobre o desenvolvimento econômico local, definição de objetivos e metas alcançáveis que possam ser construídas em parceria com empresas privadas e organizações não-governamentais. Para que o planejamento estratégico se constitua no marco útil para futuras atividades de desenvolvimento econômico, é necessário que se assumam compromissos políticos e administrativos.

O processo de desenvolvimento local significa o fomento de formas associativas de pequenos empreendedores como motor de integração econômica.

J.R. RIPPER/IMAGENS DA TERRA



Trabalho com a concepção de que o processo de desenvolvimento local significa o fomento de formas associativas de pequenos empreendedores como motor de integração econômica no desenvolvimento local.

Ficam, contudo, muitas perguntas que só serão respondidas a partir de experiências mais globais, sobre o *modus operandi* de gestão pública incorporando atores privados e organizações não governamentais. As Legislações de Desenvolvimento Urbano, algumas delas em regime de votação no Congresso Nacional, como o Estatuto da Cidade, sistematizaram um conjunto de instrumentos que permitem pensar economicamente, e através de parcerias público-privadas, a ocupação espacial da cidade.

Trabalhar esta diferenciação não significa que as políticas econômicas locais devam substituir

as de planejamento urbano, mas sim que devam ser pensadas de forma integrada. Estes instrumentos jurídicos urbanísticos permitem uma ampliação de negociação administrativa entre governo e setor privado. São basicamente instrumentos de negociação pública, exigem fóruns de negociação e não apenas processos administrativos. Significa pensar os sujeitos sociais capazes de empreender atividades.

Quem são os novos atores sociais na ação de desenvolvimento local?

O aspecto básico para pensar o fomento produtivo e a geração de renda em âmbito local é se perguntar quem são os novos atores que emergem com a reestruturação econômica e as inovações tecnológicas? O processo de globalização não elimina a exploração do desenvolvimento geograficamente desigual como fonte de manutenção de sobrelucros. Tampouco reduz os processos de exclusão social e espacial. A especialização flexível, os sistemas de produção

vertical desintegrados, a quebra de uma contigüidade horizontal e de integração regional sugerem que uma instrumentalização de estratégias espaciais e locacionais de acumulação de capital e de controle social está sendo revelada com uma intensidade maior do que em qualquer outro período histórico. Estas novas espacialidades orientam uma reconstituição de novos atores sociais ligados diretamente à formação de redes que acompanham este processo de reorganização territorial e de globalização.

A formação das redes se orienta sob o aspecto econômico com a necessidade de integrar os processos de flexibilização, terceirização, desconstrução, desnivelamento (*outsourcing, deconstruction, delaying*) ou qualquer outro nome que se use para identificar o fenômeno de reorganização empresarial. Grandes empresas se reestruturam como rede de empreendedores, muitas como redes de unidades autônomas, o que tem levado alguns autores a afirmar, ingenuamente ou apenas ressaltando a aparência que não reflete a essência deste processo, que quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores.

Ao lado da rede de empreendedores, as inovações tecnológicas na área de comunicação permitiram uma maior integração entre movimentos sociais e a configuração de novos formatos de organização social. Surgem novas mediações entre atores e indivíduos, constituindo redes de serviços comunitárias, de grupos de debates e de constituição de novos formatos organizacionais onde discussões locais e globais se articulam.

Invoca-se, assim, uma cultura do *small is beautiful* que se revela pelas teses que afirmam que na medida em que a economia global aumenta, as nações protagonistas se tornam menores; que será mais

fácil controlar mil países e milhares de redes globais do que controlar cem países há duas décadas atrás; que quanto maior e mais aberta se tornar a economia mundial maior será o domínio das pequenas e médias empresas; ou ainda que na democracia pós-representativa as pessoas representam a si próprias.⁴

Contudo, a organização das redes traz tanto efeitos integradores, como fatores de quebra de mediações sociais, de novas formas de exclusão ou de perda de culturas regionais. O melhor exemplo que pode se ter de que as mudanças tecnológicas não significam um caminho inexorável para o progresso e a democracia é a recente notícia sobre anarquistas presentes na rede Internet, o desencadeamento de investigações coordenadas por órgãos de investigação e segurança ou mesmo o debate sobre democratização das infovias.

O reconhecimento do surgimento de novos atores sociais através da formação das redes pode ser entendido como o contraponto da crise dos movimentos sociais na década de 90. A mudança de um padrão de acumulação centrado no processo de substituição de importações, as alterações nas formas de controle social e de democratização da esfera pública estimula, além dos novos formatos organizacionais de ação política, a valorização de espaços de interlocução de atores sociais, como fóruns e câmaras setoriais.

Diante deste cenário, trabalho com a concepção que o processo de desenvolvimento local significa o fomento de formas associativas de pequenos empreendedores como motor de integração econômica no desenvolvimento local. A terminologia utilizada hoje é múltipla para caracterizar este setor econômico: mercado informal, economia popular, mercado popular urbano. Também são múltiplos os seus agentes: cooperati-

vas, associações, microempresas, empresas domésticas, auto-emprego, microunidades econômicas. Este universo desconhecido tem hoje papel significativo nas economias locais e exige um processo de intervenção que permita maiores informações tanto sobre seus agentes econômicos, seus fluxos de produção e comercialização, como também de suas potencialidades enquanto setor econômico.

Pesquisa recente indica três vertentes de ação sobre estes setores:

- Assistencialismo social: promoção social a partir do trabalho. Trata-se de intervenções pontuais, cuja expressão política mais características são as relações de cunho clientelista, centradas no favor e na dependência.

- Formas associativas de produção: formas alternativas sustentadas no princípio de cooperação, entendidas enquanto espaço de construção de cidadania e de gestação de novas relações entre produtores e destes com os consumidores.

- Setor econômico a ser integrado: a ênfase neste caso recai na integração deste segmento à dinâmica do mercado.

Ao lado de formas de representação tradicionais na área econômica, associações industriais e

comerciais, encontramos um conjunto de atores específicos como cooperativas de mulheres, empresários negros ou ainda uma diversidade de formas de organizações empreendedoras em bairros periféricos que tanto expressam uma forma própria de ocupação e uso do solo, como também se constituem em atores essenciais no fomento de processos de geração de renda local.

Deste modo, os atores mais tradicionais devem reconhecer a necessidade de integrar estas formas de empreendimentos urbanos ao processo de democratização da esfera pública. Os setores e segmentos periféricos e excluídos, de um modo ou de outro, pela reestruturação capitalista precisam ser focos de estratégias públicas espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação sócio-espacial. Estas estratégias devem levar em conta estes novos atores e o processo de desterritorialização que ocorre ao lado de fragmentações espaciais, perda de contiguidade e de identidades territoriais para constituírem-se em novas formas integradoras. Como primeiro cenário destas estratégias devemos reconhecer, **o espaço herdado**: identidades regionais e a história dos lugares, o padrão de organização do território, a divisão interregional de trabalho, as desigualdades, a metropolização excludente e a exclusão social em nossas cidades. Como segundo cenário, **o espaço projetado**: são os cenários e os impactos que políticas e projetos de reestruturação e transição de um novo padrão de acumulação permitem, respectivamente, imaginar e perceber.

Os atores mais tradicionais devem reconhecer a necessidade de integrar estas formas de empreendimentos urbanos ao processo de democratização da esfera pública.

4- NAISBIT, John. *Paradoxo global: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Do mesmo modo que afirmamos que o projeto alternativo para o país deve ser a síntese do espaço herdado e projetado, que deve produzir uma interação entre a realidade e o sonho, devemos trabalhar a interação entre as formas de organização construídas nas lutas democráticas e os novos formatos organizacionais que surgem com a globalização.

E onde ficam nossas lutas?

O processo de globalização tem reafirmado o fundamento da legitimação do capitalismo através do progresso técnico-científico assimilado à administração pública e privada. Em folhetos da Mercedes Benz pode-se ler a seguinte frase: se quisermos vencer, precisamos tentar a “revolução em nossas fábricas”⁵. A nova forma de legitimação não se expressa, contudo, apenas por ideologias tecnocráticas, mas pelo projeto de reorganização político, institucional e territorial que se adapte ao processo de reestruturação econômica.

Nesta visão da lógica-racional de legitimação do capitalismo, o discurso da globalização de mercados, da flexibilização da produção e da nova revolução capitalista assume um tom positivista do desenvolvimento das forças produtivas. A atuação política se direciona para uma racionalização de normas políticas adequadas a esta “revolução capitalista”. O conflito social se amplia, deslocando para o conjunto de setores e grupos expoliados e promovidos por processos de desemprego, desterritorialização e reterritorialização de processos produtivos, perda de mediações sociais e territoriais e aumento do grau de exclusão social.

Dentro deste quadro de uma ação lógico-racional de legitimação do capitalismo, a globalização é apenas o cenário futuro. O cam-

A organização das redes traz efeitos integradores, mas também novas formas de exclusão ou de perda de culturas regionais.

po de disputa passa a se estabelecer na esfera pública e na construção de novos arranjos jurídicos, políticos e institucionais. A esfera pública constitui-se não apenas no campo de mediações e tensões entre Estado e Sociedade mas, principalmente, na disputa de formatos institucionais de publicização do privado ou de privatização do público, expressando um confronto de forças sociais no sentido de universalizar suas propostas e projetos particulares.

Isto significa que na construção e ampliação de uma esfera pública democrática devemos pensar uma ação estratégica no campo do combate à exclusão social e a legitimação de um projeto alternativo. E é no âmbito do poder local que tem se generalizado as melhores experiências de democratização da esfera pública e que devem ser apropriadas por um projeto nacional.

A noção de esfera pública incorpora e impõe uma ação que trabalhe a diversidade de atores, suas estratégias, as parcerias possíveis, as novas formas de gestão, o senso comum produzido socialmente. Diante do projeto de construção da cidadania, a partir da articulação entre Estado e sociedade civil, abrem-se novos desafios para os projetos políticos nacionais. A esfera pública deixa de ser pensada a partir da lógica imediata, que gerava o dilema entre autonomia e cooptação, buscando interlocutores que permitam trazer seus interesses em políticas.

O processo de democratização da sociedade brasileira desloca o eixo das lutas sociais assumindo progressivamente os processos de publicização através do controle social sobre o Estado e a iniciativa privada. A democratização da esfera pública passa a questionar as próprias formas de participação e de representação presentes no interior do movimento popular, exigindo uma dinâmica que supere a relação de clientela do Estado pela construção e legitimação de novos direitos.

A construção de uma esfera pública democrática exige o repensar do território. A apropriação privada do território, a subordinação da localização dos bens públicos à lógica do mercado, a desproporcionalidade da representação política no Congresso Nacional, a regionalização do orçamento, as representações territoriais, são temas que integram a construção da esfera pública e do território. E esta mediação se realiza pela organização institucional da sociedade política. Muito além do Estado, e além da sociedade civil, configura-se uma ampliação da sociedade política, constituída de fórum de representação e organização técnico-burocrática do aparelho de Estado. Fórum de Secretários Estaduais e Municipais, Frente Nacional de Prefeitos, Associação de Prefeituras, câmaras setoriais, fórum de negociação no Congresso, entre tantos outros que poderia citar, compõem esta nova realidade de constituição de uma esfera pública mais ativa e democrática.

Estes são alguns aspectos desafiadores que a relação entre desenvolvimento local e território impõe ao debate sobre projeto alternativo para o Brasil. □

5- MARKERT, Werner. *Lean production: uma revolução da forma de produção capitalista*. Rio de Janeiro: SERE/FES, jan. 1994.

SEQÜESTRO À LUZ DO MEIO-DIA

(OU COMO SER MÃE EM TEMPOS DE INTOLERÂNCIA RACIAL)

Wania Sant'Anna

Meio-dia de sábado. É aquele dia dedicado às compras de supermercado, sobretudo para as mulheres que trabalham fora. Saí de casa com minha filha de quatro anos recém feitos e minha mãe, uma senhora aposentada por tempo de serviço que agora me presta o valioso favor de cuidar da neta. Sentia-me particularmente bem por estar entre duas gerações. Conversávamos sem muito compromisso de conclusão, comentávamos coisas gerais sobre o bairro, nada muito profundo, apenas observávamos que o comércio tem tomado as casas e quintais que antes pertenciam a famílias amigas. Afinal, minha família vive no bairro há 92 anos. Mantemos uma memória privilegiada – herança de muitas gerações.

Repentinamente, veio em nossa direção, uma mulher jovem trazendo pela mão um bebê de ano meio, por aí. Uma gracinha de menina, daquele tipo de bebê que se quer apertar as bochechas: banho tomado, talco no pescoço, cabelo penteado com um rabo de cavalo que fazia um pequeno cacho no auto da cabeça. Ao passarmos por ela, parei e fiz um comentário com Flora, minha filha, sobre a pequena: “Que bebê bonitinho! Olha, ela não é bonitinha?” A este comentário, Flora respondeu com um silêncio de gelar o sol do meio-dia. Não dei muita importância. Crianças, com frequência, reagem sem muito entusiasmo a esses comentários quando não dirigidos a elas. Como agravante, eu estava

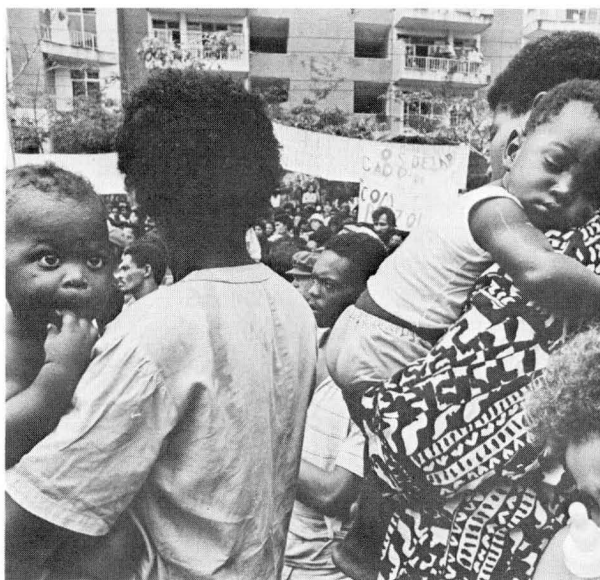
falando positivamente de uma outra criança.

Fiz um comentário com a mãe do bebê e avancei no meu caminho. Minha mãe silenciosa ao lado. Voltei ao assunto com Flora. “Ela não era bonitinha?” Flora saiu de seu silêncio excepcional para um comentário cortante. “Ela não é bonita. Ela é preta!” O sol gelou o meu coração.

Agachei até ela e a abracei, a abracei como meu bebê. Senti o peso de ficar calada quando a situação exigia o máximo cuidado sem silêncio. Trouxe-a aos meus braços e dei alguns passos até perguntar qual era a cor dela, Flora. Ela respondeu: “Preta”. Em seguida perguntei: “A Flora é bonita?” Minha filha, criada em um meio em que todos lhe dizem “minha pretinha linda” havia sido seqüestrada pela intolerância.

Não desisti e fui lembrando a ela, docemente, cada membro da família, nome a nome, e, ao mesmo tempo, perguntando se eles eram bonitos. Muito antes da lista terminar, ela disse que estava com sono. Isto sob o sol do meio-dia. Ah, e um detalhe: ela havia acordado a menos de duas horas.

Se há algo do qual me orgulho é poder viver em uma família que



Somos particularmente felizes por nos considerarmos bonitos. Algo mais que a beleza física, pois sobre esta temos consciência da perenidade, mas o contexto que reivindica a beleza negra.

possui uma positiva imagem do ser negro. Em casa falamos abertamente das nossas conquistas e do muito que temos por conquistar. Somos particularmente felizes por nos considerarmos bonitos. Algo mais que a beleza física, pois sobre esta temos consciência da perenidade, mas o contexto que reivindica a beleza negra. Sabemos que adquirimos auto-estima e respeito pelo que somos. Aprendemos a respeitar os nossos semelhantes.

Sendo assim, essa experiência pessoal não veio negar a conduta familiar que continuo acreditando

WANIA SANT'ANNA – Historiadora, assistente de direção da FASE.

ser necessária: elevar a auto-estima é uma ação necessária. De qualquer maneira, Flora demonstrou ao menos duas outras questões. Primeiro, as ações no interior da casa precisam ser devidamente observadas. Talvez adequada aos limites que, como seres humanos, todos nós possuímos. Inclusive, os ativistas da chamada questão racial. Nada de fazer valer o ditado popular que diz: “casa de ferreiro, espeto de pau”.

A segunda, mais profunda e intimamente conectada à primeira, diz respeito ao fato de minha filha viver em uma sociedade que nega-lhe a possibilidade de observar o belo que nela existe. Com apenas quatro anos, ela já aprendeu uma face da intolerância: a racial.

Imagens, idéias e sentimentos

Somos assinantes do jornal O Globo. O jornal, a TV, as revistas, os livros didáticos, as frases populares, os ditados etc. fazem parte da nossa vida. Lembro-me do espanto de Flora diante de uma foto que exibía o resultado do conflito político em Ruanda, no ano passado, onde mortos eram coletados por uma enorme escavadeira. Ela me perguntou se aquilo eram pessoas. Sim, um dia foram vidas, embora, hoje, na foto parecessem lixo. Eu vivi uma experiência difícil. Não sei como pode ter sido para ela. Pesou em mim o fato de serem corpos negros. Alguns diriam que há muitos mortos brancos sendo exibidos em manchetes. Na Bósnia, por exemplo. É verdade. Mas ali também está em jogo a intolerância e a total falta de respeito pelo outro ser humano.

Em janeiro e maio tivemos que conviver com outras fotos, aí brasileiras, cariocas para ser mais precisa. Nas operações de “repressão aos excessos da marginalidade” levada a cabo em zonas carentes



EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA

Moacir Werneck, com muito bom senso, nos chama à razão, sugerindo que tenhamos menos saudade da escravidão, que recusemos a maneira fácil e sinistra de desmoralização do ser humano.

do Rio de Janeiro (maioria negra e mestiça), duas outras fotos. Duas jovens, sendo revistadas, por baixo das minissaias, por duas policiais igualmente negras. Segunda foto, mês de maio: um homem negro de costas, agachado e com a calça arriada. Sem preconceito moralista, sua nudez me imobilizou. Senti-me humilhada diante das duas fotos. Os corpos transgredidos, feminino e masculino, me tocaram fundo. Não deixei de me perguntar o quão perto passei desta situação e o quanto ainda estou, realmente, “fora de risco”.

Vicentinho

Por outro lado, neste mesmo mês de maio, alegrei-me com Vicentinho. Ele raspou a cabeça (um ritual tão caro para os afros) em sinal de lembrança à figura mítica de Zumbi dos Palmares. Estamos comemorando os 300 anos de sua morte. Marketing? Um marketing estupendo para aqueles que querem diminuir o ato incisivo e simbólico de Vicentinho. De 13 de Maio à 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra) ele manterá sua cabeça quase raspada. Nos jornais procurei afoita mais uma meia dúzia de palavras de Vicentinho sobre a sua atitude corajosa.

Nada. Si-lên-cio! O que foi publicado secamente parece ter sido suficiente. Talvez não por acaso. Afinal, um ato como este praticado pelo presidente da maior central sindical do país, no meu entendimento, valeria uma manchete.

Enfim, tudo indica que esses fatos (não isolados) exigem reflexão. Aliás, Moacir Werneck de Castro, articulista político do Jornal do Brasil, lembrou indignado, em artigo recente (03/06/95), de um companheiro de profissão. Este teria manifestado, a pretexto de uma análise sobre a greve de petroleiros, o desejo de “meter a mão na cabeça raspada do Vicentinho”. Prosseguindo: “Eu daria uma chicotada para ver se reage docilmente como escravo”. Moacir Werneck, com muito bom senso, nos chama à razão, sugerindo que tenhamos menos saudade da escravidão, que recusemos a maneira fácil e sinistra de desmoralização do ser humano.

Se o que acontece com a população negra – na sua inequívoca posição de excluída – é resquício da escravidão, deve ser verdadeiro afirmar que a atitude da população branca em relação aos negros, lembrando-lhes o pior do regime colonial, seja a sua vontade de ser senhor. Se as formas utilizadas para

manter uma soberania quase divina continuam sendo criar imagens e idéias que fazem uma menina de quatro anos solapar o carinho que seus iguais têm por ela, isto é grave, perverso e deve ser tratado com seriedade.

Suspeitos

Não me venham falar de sentimentos persecutórios de minha parte. Afinal, são freqüentemente os negros que são identificados como suspeitos. Mas é verdade que o fato de sermos considerados suspeitos privilegiados acaba nos deixando “espertos”, ou seja, questionadores de uma ordem que nos aponta, preferencialmente, como pólo negativo. A idéia da alma branca sugere problemas com a alma negra. A coisa estar preta, identificando dificuldades, sugere que seu oposto seja a resolução ou ausência da dificuldade. Alguns dirão: isso são detalhes. Mas a vida é feita de pequenos detalhes: festa de aniversário, bolas de gude, um bolo (para quem gosta), uma boa refeição. Pequenos detalhes. Os negativos pequenos detalhes são excelente alicerce para a falta de ética e compromisso.

Não me venham falar da “questão de classe” e nem me citem o Pelé. Pois não se estabelece mudança de padrões e hábitos a partir da aquisição de bens e *status*. Estamos falando de direito, de acesso aos meios que podem até resultar em uma melhor posição social. Afinal, seria vergonhoso reivindicar apenas a ascensão social para uma mudança de atitude em relação à população negra. Assim, a noção de direito é mais exemplar porque vislumbra uma coletividade. Mas a qual coletividade estaríamos nos referindo, dado o alto grau de miscigenação da população brasileira? É certo que sabemos exatamente identificar uma pessoa como negra ou quase. Não chega a ser difícil identificar onde se amon-

Se existe disposição para promover medidas irrestritas de constrangimento e suspeição, deve haver um meio para criar o seu antídoto.

toam as carências e os carentes de direito no país. Não é preciso, neste caso, ter tanto palavrório para ter-se coragem de criar uma ação afirmativa que de fato promova, do ponto de vista social e cultural, os descendentes, negativamente atingidos, do regime escravocrata.

Se existe disposição para promover medidas irrestritas de constrangimento e suspeição, deve haver um meio para criar o seu antídoto. Falar sobre essas questões é um caminho. Neste sentido, as experiências pessoais podem, sim, ajudar na reflexão coletiva de brancos, negros e mestiços. Aliás, tem sido alentador o aparecimento de vozes antes pouco afeitas a essa temática. Quero crer que isto se deva à democracia e às ações da população negra organizada, em seus movimentos específicos ou não, que, ao denunciarem a farsa da democracia racial brasileira, reivindicaram para o conjunto da sociedade uma atitude mais honesta e, portanto, menos hipócrita, quanto ao seu passado e o seu presente.

Auto-estima

Sim, auto-estima é importante. Ela é importante desde quando se está no útero. Não é admissível nascer sob rótulos. Campanhas que identificam a maternidade das mulheres negras e mestiças como problema nacional deveriam ser responsabilizadas materialmente dada a pobreza de seu argumento.

Os propagandistas que estigmatizam o valor intrínseco das pessoas de origem africana deveriam ser chamados à responsabilidade por estarem promovendo o valor intelectual e cultural dessas pessoas. Não é digno aceitar que imagens e idéias intolerantes sejam preservadas em nome da liberdade quando estas limitam o potencial racional e emocional de milhões.

E minha filha, a Flora? Seguramente, sobreviverá. Reconheço o seu “desejo” de querer dormir. “Sim, nós iremos dormir, mas antes vamos falar um pouquinho das pessoas que te amam e te acham bonitinha.” Aliás, voltei a falar com ela sobre isto e lembrei-lhe o ocorrido. Ela reagiu bem, dizendo que o bebê da nossa história pessoal era bem “fofinha”. Parece que deste “seqüestro” à luz do meio-dia iremos todos nos salvar.

* * *

A hora da visita acabou. Os pais beijaram Uana, prometeram vir buscá-la bem cedinho no dia seguinte e foram embora. A menina mais que depressa escondeu sua boneca embaixo do lençol, disfarçou, tentou brincar com outras coisas. Mas a sua cabeça não parava de pensar: “Não vou poder levar esta boneca na escola. Vão ficar gozando da minha cara. Vão chamar de boneca de piche que nem fizeram com a boneca de pano, bem pretinha, que a Rosa levou. Pior ainda: só vão deixar minha boneca ser a empregada na brincadeira de casinha. Nunca vão deixar ser a mãe ou a filha ou a avó.” Quanto mais Uana pensava, mais ficava com raiva: “Por que minha boneca só pode ser empregada, hem? Por que não pode ser também mãe ou filha ou prima ou tia, hem?”

(De Lia Zatz, “Uana e Marrom de Terra” em “Salve 13 de Maio? Escola, espaço de luta contra a discriminação”, Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-brasileiros. São Paulo, Secretaria Estadual de Educação, 1988, pg. 9). □

RUMO A UMA NOVA AGENDA PARA O BRASIL

A presente Agenda Preliminar é o resultado substantivo do esforço de síntese iniciado em 1993, na Universidade de Brasília, com a realização da Primeira Conferência sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil. Foram quase dois anos de trabalho desde que surgiu, no Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da UnB, a idéia de criar um espaço político civil, laico, não corporativo e extra-partidário para debater projetos globais para o país.

Realizada de 10 a 15 de novembro de 1993, com o patrocínio de dez universidades federais em parceria com treze instituições não-governamentais de expressão nacional, a Primeira Conferência reuniu boa parte dos projetos estratégicos globais para o Brasil, já editados e em circulação, bem como especialistas em várias áreas e aspectos do desenvolvimento nacional. Por orientação da Primeira Conferência abriu-se, no início de 1994, um processo de realização de Conferências Estaduais em todo o país, tendo acontecido, até agora, as Conferências da Bahia (18 a 21 de janeiro), do Ceará (11 a 14 de abril), da Paraíba (4 a 6 de maio), do Rio de Janeiro (23 a 27 de julho), do Sudoeste da Bahia (21 a 23 de julho) de São Paulo (8 a 10 de agosto).

O processo decorrente deste impulso continua em andamento, já estando programadas outras Conferências Estaduais. Todavia, podemos considerar que uma primeira síntese desta fase inaugural de debates somente ocorreu agora, com a realização em Brasília, de 24 a 28 de março de 1995, da Segunda Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil e a proposição desta Agenda Preliminar.

A partir de agora abre-se uma nova fase, na qual a Conferência se instala como fórum permanente, congregando as Câmaras Temáticas sediadas em diferentes universidades do país, sempre em parceria com organizações não-governamentais, empresas e instituições de colaboração e apoio ao desenvolvimento. O objetivo deste segundo impulso de síntese teórico-programática, cujo desfecho prevê-se para meados de 1998, é o de transformar a presente Agenda Preliminar numa Nova Agenda, de caráter político-estratégico para o Brasil, ampliando os consensos obtidos até o presente momento.

Numa época em que tanto se fala do "Consenso de Washington" quem sabe não tenha chegado a hora da própria sociedade civil brasileira oferecer a sua contribuição para a construção de um "Consenso do Brasil".

Brasília, abril de 1995

Augusto de Franco

Coordenador da Segunda Conferência Nacional

AGENDA PRELIMINAR

Reunidos em Brasília, de 24 a 28 de março de 1995, na Segunda Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil, cerca de 400 participantes de universidades, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, entidades representativas do empresariado e dos trabalhadores, da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e de diversos setores de opinião da sociedade, apresentam a seguinte Agenda Preliminar para a difusão e a continuidade do debate estratégico sobre alternativas de desenvolvimento para o país.

Esta Agenda Preliminar consigna os principais consensos estratégicos construídos ao longo do processo iniciado em 1993, com a Primeira Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil, realizada na Universidade de Brasília. Processo este que teve seguimento nas Conferências

Estaduais realizadas em 1994 na Bahia, no Ceará, na Paraíba, no Rio de Janeiro, em São Paulo e que continua se desdobrando por outros estados e regiões do país em 1995.

A Segunda Conferência Nacional inaugura uma nova metodologia para o pensar e o fazer estratégicos, incorporando, como sujeito fundamental, ao lado do Estado e do Mercado, a própria Sociedade Civil e tendo como centro articulador a parceria entre universidades, organizações não-governamentais e instituições de colaboração e apoio ao desenvolvimento. Na metodologia aqui proposta, a democratização do pensamento estratégico é condição fundamental para a construção daqueles acordos capazes de possibilitar um caminho nacional de desenvolvimento. Tais acordos – construídos, sem negar o conflito, a partir da descoberta coletiva, do entendimento e da negociação, entre os diversos atores estatais e não-estatais,

partidários e supra-partidários, corporativos e extra-corporativos, laicos e confessionais, sobre as prioridades do Brasil para a superação de seus grandes impasses estratégicos atuais – constituem condição necessária para a implantação de qualquer projeto nacional. A busca da construção desses acordos estratégicos não pretende substituir o legítimo processo político de disputa que se verifica no interior do regime democrático. Pelo contrário, a ampliação do debate que semelhante esforço enseja só favorece a uma maior clareza quanto a escolha de caminhos. Todavia, reconhece-se aqui que a paternidade de um projeto nacional não pode mais ser atribuída a nenhum sujeito particular ou setorial da sociedade.

Baseado na seguinte Agenda Preliminar, abre-se agora um novo processo para o próximo triênio, com a consolidação de Câmaras Temáticas e de fóruns estaduais e locais de debate estratégico em todo o país, permanentemente interligados numa rede eletrônica e alimentados por uma publicação regular. Esta continuidade, num novo patamar, prevê a realização de Conferências Temáticas Nacionais nos anos de 1996 e 1997 e de uma Terceira Conferência Nacional em 1998. Até lá fica constituída a Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil (CNPE) como um fórum permanente.

Brasília, 28 de março de 1995

Plenária Final da Segunda Conferência

NOVOS PARADIGMAS E “MODELOS” DE DESENVOLVIMENTO

Na elaboração de seus fins, os atores sociais se inspiram em valores, em uma perspectiva que fundamenta seus objetivos no curto e no longo prazo.

Alguns valores referenciam a política brasileira contemporânea e inspiram a construção de nosso futuro:

1. Liberdade política: que faz emergir a importância de iniciativas voltadas para controles da coerção ilegítima, garantias de liberdade contra a opressão, criação de condições para ampliação da participação política.

2. Busca permanente de bem-estar social: em uma sociedade tão desigual como a nossa, é imperioso garantir os recursos necessários para a existência digna do ser humano. Não basta ampliar o elenco dos direitos. É necessário buscar as garantias para a fruição desses direitos e para eliminação da exclusão social.

3. Eficiência econômica: que assegure a otimização do uso dos recursos econômicos e a liberdade de escolha para os consumidores em uma economia de mercado socialmente orientada.

4. Sustentabilidade e universalidade da forma de governo: garantindo-se o aperfeiçoamento do contrato democrático, da divisão de poderes, dos partidos e do sistema partidário, das eleições e do sistema eleitoral, pressupostos da maior legitimidade da alternância em regime democrático.

5. Liberdade e equidade nas condições de auto-realização: onde se garantirão os princípios de liberdade de consciência e dos direitos humanos. Da materialização destes direitos depende a construção da dignidade nacional dos brasileiros perante outras nações.

6. Sustentabilidade do desenvolvimento: inserindo-se a va-

riável do meio ambiente nos fóruns de negociação das políticas públicas nacionais e internacionais.

7. Cooperação: considerada imanente a dimensão de conflito em um universo plural, é preciso buscar entender melhor os caminhos da negociação e das metodologias que facilitam a consolidação da credibilidade dos interlocutores.

Nesta perspectiva, construir um novo “modelo” de desenvolvimento consiste em redefinir os mecanismos sócio-políticos que dão direção à produção, circulação e distribuição da riqueza. Um novo leque de forças sociais deverá ser articulado para sustentar o empreendimento das mudanças necessárias.

A experiência acumulada no processo de democratização do país aponta para a necessidade de se fundar o desenvolvimento em um movimento de expansão dos direitos de cidadania. Mecanismos de decisão, regulações econômicas e dinâmicas distributivas não deverão prescindir, portanto, da ação de sujeitos sociais dotados de igual possibilidade de exercício da política.

No estado atual do debate em torno dos projetos estratégicos de desenvolvimento para o Brasil, algumas idéias desfrutam hoje de um expressivo consenso:

1. A incorporação da maioria da população brasileira ao exercício pleno da cidadania é, ao mesmo tempo, um fim e um meio para o desenvolvimento do país.

2. Crescimento econômico, distribuição de renda e preservação do meio ambiente são objetivos inadiáveis do desenvolvimento, que só se realizará à medida em que estes objetivos forem perseguidos simultaneamente.

3. O desenvolvimento do país passa necessariamente pela criação de um mercado interno de massas que, além de contribuir para a concretização dos objetivos acima, possa alavancar a competitividade da economia brasileira no cenário internacional.

4. A inserção do país na nova ordem econômica e política mundial deve se dar de maneira soberana, democrática e congruente com os objetivos gerais do nosso desenvolvimento.

5. A democratização do acesso à terra e o redirecionamento do modelo agrícola são condições indispensáveis para assegurar a distribuição da renda e da riqueza, bem como para garantir a produção de alimentos para a nossa população.

6. A política educacional do país deve contribuir simultaneamente para a incorporação da população à cidadania e para o atendimento das novas exigências de formação para o mercado de trabalho.

7. O desenvolvimento exige a construção de uma capacidade científica e tecnológica compatível com as exigências do padrão tecnológico hoje vigente na esfera produtiva, com a especificidade de nossas realidades sociais e das condições geofisiográficas de cada região do país.

8. A reestruturação produtiva em curso no país deve ser implementada com a participação do governo, empresários e trabalhadores, de maneira a impedir que ela continue gerando mais desemprego e exclusão social.

9. O desenvolvimento pressupõe ações políticas e econômicas que assegurem a disseminação dos ganhos de produtividade do setor moderno da economia para os setores econômi-

cos menos competitivos e mais intensivos em mão-de-obra.

10. O desenvolvimento do país exige uma reforma do Estado brasileiro que o coloque realmente a serviço do interesse público, o que pressupõe dotá-lo de capacidade normativa e funcional através da construção de mecanismos de controle social capazes de dissolver os interesses dos grupos que privatizam seu funcionamento.

DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

1. Pressupostos do desenvolvimento: construir a qualidade de vida e fortalecer a participação

O objetivo maior do desenvolvimento é a realização plena das potencialidades humanas.

Como indicadores da realização do desenvolvimento temos dois eixos: a construção da qualidade de vida e da capacidade dos cidadãos participarem dos processos de decisão quanto aos assuntos de interesse público.

A qualidade de vida tem indicadores histórica e geograficamente condicionados. Parte das condições existentes, mas não se restringe às mínimas condições materiais necessárias à sobrevivência. A qualidade de vida se determina também pela capacidade de uma sociedade construir seus laços de sociabilidade e solidariedade, pelas expressões de criação e usufruto dos seus bens culturais, pela sua capacidade de usufruir do lazer, dos seus equipamentos e serviços de consumo coletivo.

2. Identificação dos sujeitos sociais em conflito

O marco estratégico é o fortalecimento das dimensões da cidadania, baseadas em formas substantivas da participação individual e coletiva no quadro de uma nação democrática, em direção a um desenvolvimento sustentável e humanista, através da pluralidade de atores sociais, que atuam na formulação de uma consciência dos direitos da cidadania, agindo dentro de uma realidade de dualidade cindida meio à Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e frente a uma tendência de globalização.

Em um dos planos da produção de conhecimento trata-se de realizar a identificação dos sujeitos sociais em conflito:

a) Dos atores da produção ou reprodução da exclusão social, suas ideologias, estratégias de ação, formas de organização e de articulação para a manutenção do *status quo*.

b) Dos atores da superação da exclusão e da emancipação em vários níveis: desigualdade, discriminação e exclusão em termos econômicos, políticos e culturais (gênero, etnia, etário etc.). Trata-se também de identificar as iniciativas coletivas existentes (movimentos sociais, ONGs, campanhas, fóruns etc.), dos princípios éticos emergentes, das estratégias de ação, das formas de organização e de articulação para a implementação de um projeto alternativo.

c) Dos lugares institucionais, dos espaços de comunicação e dos espaços de implementação de práticas pedagógicas e culturais, na sociedade em geral, sensíveis à disseminação de idéias-força de um projeto alternativo para o Brasil.

3. Ampliação da esfera pública e mudança das prioridades

A evolução recente do processo de democratização com movimentos cívicos, ampliação da participação eleitoral, regime pluripartidário, movimentos sociais e sindicais, Movimento

pela Ética na Política e Ação da Cidadania, além da ampliação do enunciado de direitos sociais e constitucionais que estão ainda precariamente efetivados, coloca um acento na pluralidade dos atores sociais na formulação de uma consciência dos direitos da cidadania. E, ainda, de uma mudança nas prioridades para o estabelecimento de políticas e ações públicas e privadas com um novo enfoque estratégico.

A ampliação da esfera pública e da presença de atores sociais capazes de disputar sobre os temas da agenda nacional se dá de maneira diversificada e descontínua. Os atores sociais estão afetados pelas descontinuidades e dificuldades derivadas das permanentes mudanças decorrentes do quadro de colapso da modernidade e dos embates e problemas de reprodução social, derivados da fragmentação sócio-cultural e econômica. Isso sem contar que a formação de blocos político-ideológicos aparece afetada na sua capacidade de formulação estratégica e alternativa.

4. Um novo sentido ético

O desenvolvimento baseado no primado humano-ecológico exige uma reforma cultural profunda através de um trabalho educativo continuado que se materialize em novas políticas e relações com a redistribuição do poder, da renda e do bem-estar sócio-cultural e, portanto, exige uma disputa intensa sobre as políticas sociais e sobre os meios de comunicação-informação e ensino-aprendizagem. Necessita da construção de um saber-fazer através de uma pedagogia capaz de consorciar e pluralizar atores e que adote técnicas e políticas, assim como implemente alianças e gere investimentos econômicos, educativos e culturais, voltados para os excluídos. Isso certamente exigirá um enorme deslocamento de poder e desencadeará inúmeros conflitos.

Alguns conflitos e contradições devem se dar em bloco, outros não; por isso, a reavaliação dos limites de negociação e das formas de luta e elaboração de políticas e demandas sociais deve exigir uma atenção e acompanhamento permanentes. O modo de operar a política deve levar em conta os valores e os compromissos com a dimensão da resolução democrática dos conflitos, mas sempre assumindo o horizonte ainda restrito da nossa democratização.

A questão ética da cidadania se volta para o fortalecimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento que rompa com a exclusão social, partindo da necessária relação entre políticas nacionais e tradução regional e local das estratégias de desenvolvimento. É o ângulo educativo que parte da formação junto a comunidades, grupos e movimentos para que tomem consciência do direito a ter direitos, que dêem organicidade e fortaleçam o informal derivado da auto-organização e da defesa de pequenos e micro-produtores na direção de novas formas de associativismo. E que tenha um enfoque demonstrativo e o aprendizado conjunto sobre técnicas e processos, o apoio e a participação na conformação e reforma sobre processos decisórios e sentidos e soluções de políticas públicas.

5. Sociedade civil e políticas públicas

Os governos e administrações públicas, bem como instituições e políticas governamentais, estarão ainda marcados pelo acento no controle público e na participação popular, assim

como podem e devem estar triangulados por formas de acordo caracterizados pela presença dos atores sociais.

As instituições da sociedade civil, como mediadoras e propositoras de políticas de gestão, co-gestão de equipamentos coletivos e de redistribuição (agro-alimentar, habitacional, de seguridade, de saúde, educação, segurança, emprego e renda, ambiental etc.), devem realizar suas ações com enfoque na articulação e na independência dos sujeitos coletivos e garantir a formação de consciência para a busca de soluções concretas para necessidades e carências populares. A eventual colaboração de instituições autônomas da sociedade civil através de convênios com órgãos públicos e governos deverá ser apreciada caso a caso dentro dos eixos programáticos, dos programas e projetos e da dimensão de serviço e educação que se prestará aos grupos e movimentos sociais e para a cidadania de forma geral.

6. Papel fiscalizador

O papel fiscalizador e propositivo da sociedade civil tende a aumentar em função das contradições quanto à agenda dos interesses coletivos e ao grau de crise do modelo de desenvolvimento e das políticas públicas, bem como em função das aberturas nascidas desde os conflitos sociais para a concretização de direitos e políticas sociais de novo tipo: particularmente o embate sobre sustentabilidade, a questão agro-alimentar, os temas da saúde, educação, moradia e segurança, assim como as questões de geração de emprego e renda. O conjunto dessas questões se liga ao problema ético-político do funcionamento e da transparência do Estado, colocando o controle público como bandeira prioritária que se conecta com a revolução das prioridades e sua tradução em matéria orçamentária e tributária. O modo de funcionamento dos governos e a participação popular exigem que a educação popular se volte também, num contexto de reforma do Estado e de ampliação da democracia, para a educação do agente público, desde o administrador e gestor das políticas até os profissionais que trabalhavam em diferentes políticas permanentes.

7. Controle

Evitando a subserviência e subordinação das ações dos movimentos em troca de políticas que mantenham o quadro de desigualdade e que, no máximo, visem atenuá-lo, a sociedade civil na sua diversidade se coloca como tarefa de conjunto oferecer sua atividade profissional e técnica, bem como seu compromisso social-público na direção de repensar em todos os níveis os valores e as práticas do modelo autoritário-excludente evitando sua reciclagem. Mas sabendo que o novo saber-fazer e as parcerias e convênios que estão na base de uma nova ética do desenvolvimento devem se materializar em soluções muitas das quais estão por elaborar.

O controle, a co-gestão, a participação, a proposição e a formulação de políticas públicas se ligam ao processo de revolução das demandas, a luta pela redistribuição dos recursos de poder, propriedade e renda. Assim como dependem de processos de consciência de direitos e de busca de formulações práticas que têm na educação e na ação voltada para a cidadania um importante instrumento de aprendizagem e qualificação, apostando na renovação do enfoque e sentido estratégicos das opções, modelos, valores e formas de execução de

ações de bem-estar e democratização.

8. Ação local/Conexão global

Implementação de políticas municipais que dinamizem a esfera pública interagindo com os setores organizados da sociedade em direção à incorporação dos excluídos em todos os planos (econômico, social, cultural e político).

Formação e capacitação para melhor qualificar a participação da sociedade civil nas instâncias já existentes da gestão do poder local (conselhos, orçamento etc.) e apontar novos caminhos de participação e da elaboração de políticas.

A incorporação dos excluídos através de experiências demonstrativas (micro-projetos econômicos, educacionais, culturais etc.) que levanten as potencialidades locais, as vocações existentes a partir dos excluídos, possibilidades de mercado, formação e capacitação enquanto empreendedores e levando em conta relações com o regional, o nacional e até o internacional.

A sistematização, divulgação e avaliação dessas experiências deve ser realizada em rede, alimentada sistematicamente, o que servirá também como um efeito multiplicador.

As dimensões local e regional desses processos exigem tradução prática em termos de políticas públicas de bem-estar social ou em termos de apoio direto para auto-iniciativas de produção. O que ainda deve se conjugar com a regulação do mercado para o fomento em matéria de emprego e renda desde uma política que equilibre o mercado interno com os desequilíbrios derivados das políticas de adaptação externa. A nossa experiência aponta para o fato de que mesmo as alternativas e relações que possam ser estabelecidas com fenômenos globais devem ter soluções que resgatem o poder local, regional e nacional, por formas de interferência política que busquem a cidadania de produtores e moradores através da ampliação de seus recursos de poder sobre os macro-processos sócio-econômicos e culturais, numa era de crise e reestruturação social, produtiva e técnico-científica do capital.

9. Dimensões da cidadania e ampliação da democracia

Ampliação dos direitos individuais e coletivos; participação e controle dos processos de decisão e na gestão dos interesses públicos; democratização do regime econômico e social; acesso aos meios, produtos e instrumentos de informação, comunicação e cultura; transformação, transparência e democratização dos poderes executivo, legislativo e judiciário em todos os níveis; valorização da dimensão ética do desenvolvimento, com uma revolução nas prioridades (erradicação da pobreza e combate às formas de discriminação e desigualdade); fortalecimento da auto-organização associativa, sindical, comunitária, dos excluídos e semi-excluídos; criação de formas de consenso social garantindo o direito ao conflito e à diferença; ampliação das articulações formais e informais e movimentos cívicos e sociais capazes de oferecer soluções e apresentar demandas; garantir formas de aprofundamento institucional da participação social de trabalhadores, consumidores, usuários e cidadãos em conselhos e outras formas de mediação entre Estado e Sociedade; distribuição dos meios de participação na propriedade dos meios de produção; redistribuição de renda e poder; reformas sociais que garantam o acesso à terra para moradia e trabalho.

DESENVOLVIMENTO E ESTADO

1. A retomada do desenvolvimento passa pelo resgate do planejamento participativo, com a construção de indicadores quantitativos e qualitativos confiáveis e pela democratização da informação.

2. A desestatização, no sentido de redução das atividades não inerentes ao Estado, deve ser precedida de sólidas e claras regulamentações, garantindo-se a ampla participação da sociedade civil.

3. A sociedade organizada deve participar ativamente da negociação, formulação, monitoramento e fiscalização das ações do Estado; para tanto é imperativa a instituição de mecanismos onde interajam decisores e a sociedade civil organizada.

4. A reforma eleitoral, bem como uma reforma política que fortaleça a sociedade na solução de conflitos entre poderes, tem urgência pelos prazos e por seu reflexo geral sobre o Estado, e não poderá ser feita somente por ações partidárias e parlamentares, exigindo mobilização social ampla.

5. A era da informação e do conhecimento exige a elaboração de novo contrato social. A inteligência presente na população e nos bens de produção, faz da cultura e da criatividade elementos que o Estado deve promover como essencial em qualquer planejamento real de desenvolvimento. Tais ações devem favorecer o conjunto dos agentes sociais e não alguns deles em detrimento dos demais, o que só pode ser feito com permanente negociação entre estes agentes.

6. Os Estados ditos liberais e os designados como socialistas, nas versões até hoje experimentadas, têm produzido frustrações que:

a) impõem a busca ou a proposição de novos paradigmas; e
b) dão caráter provisório ou transitório à maior parte das suas iniciativas de reformulação do Estado.

7. O Estado deve ter papel decisivo enquanto fomentador de políticas industriais e técnicas, utilizando sua capacidade de demandante por bens e serviços voltados ao aperfeiçoamento, agilização e à eficácia dos serviços públicos.

8. Os fundamentos do Estado se situam no papel da coisa pública ou seja, do "ager publicus", que sofre distorções a partir das ações provocadas pelas elites; estes fundamentos se harmonizam com as tendências observadas atualmente, a exemplo da aparição da legitimação de micro-sistemas (jurídicos) e de direitos comunitários emergentes.

9. A inserção, no tema "Desenvolvimento e Estado", de princípios ético-jurídicos, tais como os de solidariedade e qualidade dos recursos humanos, deve fundir-se com uma visão que rompe os limites antropocêntricos do "contrato social" e ajuste-se aos do "contrato natural" (solidariedade entre Homem e Natureza), de modo a que permita o exercício da descentralização, deslegalização e da desformalização.

10. O Estado brasileiro contemporâneo deve exercer sua capacidade de catalisar e intervir na atividade econômica para criar um espaço de atuação bio-ambiental. Sob o mote "acumular preservando", construiríamos, progressivamente, uma capacitação de oferecer ao mundo bens cada vez mais preciosos para a elevação (ou mesmo preservação) de sua qualidade

de para cidadania. Este projeto viabilizaria a articulação consequente e objetiva dos esforços de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial.

ORDEM ECONÔMICA

1. Expansão do mercado interno de consumo de massa com base na melhoria dos níveis e da distribuição de renda e de aumento da oferta de bens e serviços.

Para a expansão do mercado interno de consumo de massas é necessária a ação do Estado promovendo a expansão da demanda através de política de rendas, em particular de política de emprego e garantia de renda mínima; e a expansão da oferta a partir de política ativa e seletiva (destacadamente nos setores da alimentação, vestuário, calçados e habitação).

2. Significativa e crescente distribuição de renda, riqueza e poder econômico.

Para se alcançar uma melhor distribuição de renda, riqueza e poder econômico, o Estado deverá criar condições de igual oportunidade através da oferta de educação de qualidade e outros serviços básicos gratuitos para todos; e de política de transferência e garantia de renda mínima aos necessitados, financiando essas atividades através de estrutura tributária progressiva, abrangente e tão simples quanto possível.

3. Aumento da eficiência e competitividade interna e externa da economia brasileira.

Para se aumentar a competitividade interna e externa brasileira é necessário a reestruturação produtiva com base em políticas setoriais ativas: incorporação do progresso tecnológico envolvendo a expansão do sistema nacional de inovações; políticas de defesa da concorrência; combate ao abuso do poder econômico; e investimento maciço em educação.

4. Modernização das relações capital-trabalho

A modernização da relação capital-trabalho teria como pressuposto a criação de câmaras setoriais executivas cogeridas pelos sindicatos de trabalhadores e sindicatos empresariais, que promoveria novas formas dessa relação no setor, e, ainda, seria responsável pela gestão de recursos hoje destinados ao ensino profissional (SENAI, SESI, SESC) e gerencial (SEBRAE), sob regulamentação do Estado e em cooperação com as universidades.

5. Ampla e profunda reforma do sistema financeiro nacional: contenção da especulação financeira, re-orientação do sistema para a promoção do investimento produtivo e do desenvolvimento e defesa dos bancos públicos como instrumentos de políticas de governo.

A reforma do sistema financeiro nacional tem como pressuposto que este deve estar voltado para o objetivo de garantir que os bancos exerçam sua função de financiar a produção e a distribuição de bens dentro da economia.

6. Inserção econômica internacional ativa e soberana.

Para a inserção econômica internacional ativa é necessário: explorar a complementaridade entre expansão do mercado interno e do mercado externo; subordinar atração do investimento externo direto à geração de emprego, desenvolvimento sustentável e garantia da soberania nacional; rejeitar os fluxos de capitais externos especulativos; e promover maior resistência da economia aos choques e fatores desestabi-

bilizadores externos.

7. Aumento de oportunidades de emprego, ocupação e renda, privilegiando a expansão dos serviços de infraestrutura econômica e social e o financiamento de microempresas, cooperativas, unidades autogestionáveis e familiares.

Para viabilizar o aumento de oportunidades de emprego no país deve-se estimular o artesanato e as micro e pequenas empresas através de incubadoras para empreendimentos (privilegiando o nível micro) e financiamentos de longo prazo a taxas adequadas de juros, com recursos obtidos por redirecionamentos de fundos de recolhimento compulsório de bancos privados, através de instituições financeiras públicas.

8. O Estado deve ser tão pequeno quanto possível e tão grande quanto necessário.

O Estado deve ter seu tamanho determinado pela dimensão das tarefas a ele destinadas pela sociedade. Por outro lado, o Estado deve retirar-se de todas as atividades para as quais ele não seja mais necessário ou que o desvie das funções a ele destinadas pela sociedade. Para que o Estado possa alcançar seus objetivos é necessário que a carga tributária líquida seja compatível com a dimensão de sua tarefa. A grande controvérsia a ser enfrentada, onde não há consenso, é justamente a natureza e a dimensão do Estado para enfrentar os problemas da sociedade brasileira contemporânea.

9. Garantia dos direitos sociais do trabalho como fator do desenvolvimento econômico.

A organização por locais de trabalho, a liberdade e a autonomia sindicais e o direito de greve são condições que permitem a realização da contratação coletiva sem a tutela do Estado, viabilizando o desenvolvimento econômico através de novas relações capital-trabalho.

APARTACAO SOCIAL

I - O FENÔMENO DA EXCLUSÃO

A exclusão social hoje no Brasil tem uma nova configuração na medida em que articula e superpõe várias lógicas, que a potencializam:

1ª lógica - Do crescimento da desigualdade social, produzindo populações sem suas necessidades básicas satisfeitas (pobreza e miséria);

2ª lógica - De autoritarismo social, preconceitos e discriminação em relação a determinados segmentos sociais (negros, índios, mulheres, nordestinos);

3ª lógica - Segregação sócio-espacial dos grupos sociais atingidos pelas formas precedentes de exclusão (favelas, cortiços, ruas fechadas etc.).

4ª lógica - Produção social de segmentos altamente desvalorizados e, como tais, sofrendo o risco da eliminação física.

O fenômeno da exclusão é mundial, mas no caso brasileiro ele assume maior gravidade, tanto pela herança histórica quanto pelo acirramento atual da crise.

Essa exclusão não tem apenas uma determinação econômica. Ela expressa também uma crise de valores, uma quebra de solidariedade, um despreço à vida humana e aos valores fundamentais da igualdade que nortearam a sociedade moderna.

Por isso mesmo, de diferentes maneiras, **todos estamos hoje submetidos ao risco da exclusão.**

Apesar da violência estar presente em todos os grupos que integram o tecido social, os meios de comunicação de massa dão visibilidade preferencialmente à violência (muitas vezes reativa) dos excluídos.

Contudo, há uma lógica contrária, de luta e reivindicação de direitos, que busca se contrapor à lógica e à dinâmica da exclusão.

II - A REVERSÃO DA EXCLUSÃO

Como a exclusão social tem suas raízes no interior da sociedade, sua reversão implica necessariamente na mobilização dos diversos atores e instâncias sociais. Essa mobilização possibilitaria a adoção de políticas e medidas que venham se somar para a reversão da exclusão, tais como:

1. Universalização dos direitos da cidadania

Garantir a universalidade dos direitos. Reconhecer, porém, que a situação atual brasileira aponta para a necessidade de ações emergenciais, específicas e diferenciadas para os segmentos mais afetados pelas diversas lógicas excludentes.

2. Democratização da propriedade da terra

3. Direito ao trabalho e sua valorização

- a) assegurar o direito constitucional ao trabalho;
- b) a inserção internacional, se é constitutiva de nossa contemporaneidade, permite escolhas políticas. Essas, traduzidas em políticas econômicas, devem priorizar a ampliação e a valorização das oportunidades de trabalho;
- c) combater a precarização do trabalho e suas consequências predatórias (ao trabalhador, ao meio ambiente etc.);
- d) universalizar a proteção ao trabalhador, qualquer que seja a modalidade de trabalho desenvolvida;
- e) recuperar a capacidade dos salários para a sustentação familiar;
- f) criar oportunidades de ressocialização dos excluídos para o trabalho e para a vida social.

4. Educação e garantias de direito à infância, aos adolescentes, aos idosos e portadores de deficiências*

a) antecipar e estender o período de escolarização. A escola deve assegurar não apenas a transmissão de conhecimentos mas também a construção de uma socialização cidadã. A proteção e guarda das crianças realizada pela escola se reflete na melhoria das condições de vida familiar;

b) a sociedade é responsável por suas crianças e jovens. Iniciativas culturais representam uma estratégia possível e viável de reelaboração de vivência social dos excluídos, revertendo o processo de discriminação e repressão atual, recuperando positivamente suas formas de expressão;

c) viabilizar o Estatuto da Criança e do Adolescente nas diferentes instâncias;

d) buscar a efetivação da Seguridade Social em todas as

* As propostas, emanadas do Plenário da Segunda Conferência, sobre idosos e portadores de deficiência, não foram captadas pela mesa diretora dos trabalhos e serão incorporadas numa próxima edição após transcrição das gravações.

regiões do país;

5. Participação dos excluídos no mapa da cidadania

a) gestão emergencial do território urbano objetivando integrar e articular os guetos já constituídos na maioria das cidades brasileiras;

b) reabrir uma ampla discussão sobre a questão regional e federativa para responder aos desafios atuais postos pela superposição de exclusões;

c) articular formas viáveis à efetivação das reformas agrária e urbana;

d) efetivar a política da Seguridade Social.

6. Desprivatização do Estado e consolidação da esfera pública

a) ampliar e redirecionar a gestão dos recursos públicos, atacando todas as formas de sonegação, malversação e desvios de recursos públicos;

b) mobilizar e articular as diversas instâncias sociais para a realização de auditoria, acompanhamento e controle permanentes das contas públicas. O objetivo principal é assegurar a capitalização do Estado e a efetiva destinação social de recursos, visando reverter o quadro de exclusão;

c) racionalizar a tributação simplificando os mecanismos de arrecadação de forma a torná-los passíveis de controle público;

d) tributar prioritariamente a renda e o patrimônio, em especial ao nível municipal, pela progressividade do imposto sobre a propriedade;

e) implementar formas de tributação que desestimulem a especulação financeira;

f) instituir mecanismos de distribuição de renda através de políticas públicas voltadas para: segurança alimentar; saúde; habitação; transporte; emprego e renda; previdência social.

7. Capacitação de recursos internacionais

a) definir criteriosamente as prioridades nacionais para a utilização estratégica dos recursos internacionais (Banco Mundial e equivalentes);

b) tornar públicos a destinação e o uso de tais recursos;

c) democratizar os fóruns de decisão das agendas internacionais.

III - AGENTES SOCIAIS

1. Os **segmentos sociais** atingidos pelas diferentes lógicas excludentes. A exclusão não é um vazio de éticas, valores e relações sociais. Ela comporta formas associativas e organizativas que devem ser consideradas.

2. A sociedade organizada, em suas diversas instâncias, entidades e segmentos, deve incorporar de forma articulada o problema da exclusão, ultrapassando o âmbito restrito da defesa de seus interesses específicos. Na definição dessa estratégia devem ser levados em conta a ética e os modos de organização dos diferentes segmentos excluídos.

3. O **Estado** enquanto promotor de políticas públicas, deve encaminhar ações consistentes e efetivas exigidas pela situação brutal de exclusão social.

4. Na medida em que a exclusão é um fenômeno globalizado é necessário estabelecer **parcerias internacionais** que, ultrapassando o âmbito da pura solidariedade, instaurem uma luta mundial contra a exclusão.

SEGURANÇA ALIMENTAR E QUESTÃO AGRÁRIA

I - DEFINIÇÃO

A segurança alimentar e nutricional é o direito inalienável de todos os cidadãos terem acesso permanente aos alimentos necessários, em quantidade e qualidade, a uma vida digna e saudável. Para tanto, é requerida uma produção suficiente de alimentos, em conformidade com os hábitos alimentares das populações das diversas regiões brasileiras. Trata-se, portanto, de um bem público cuja provisão não é assegurada pelo livre funcionamento do mercado, dado o caráter privado da produção e comercialização dos alimentos. A obtenção e manutenção da segurança alimentar é um objetivo estratégico - e supõe responsabilidade pública, envolvendo o Estado e a Sociedade. Exige a articulação convergente de múltiplas políticas e ações, com participação e controle sociais.

II - PRESSUPOSTOS

a) Informação estatística adequada e oportuna; democratização do acesso a todas as informações referentes à segurança alimentar.

b) Construção de viabilidade política para a busca da segurança alimentar e nutricional e para a resolução da questão agrária, inclusive através de estratégias de comunicação social.

c) Disponibilidade de tecnologia adequada ao manejo sustentado dos nossos recursos naturais, acessível aos pequenos produtores.

d) Participação social democrática, através de representação legítima aferida e avaliada pelos representados.

III - O PROJETO

Prioridades

A) Elevar o poder aquisitivo das populações com baixa renda.

B) Garantir a qualidade biológica sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

C) Assegurar conquistas como um direito ao reconhecimento e a garantia legal. Em existindo a necessidade, atender de forma continuada, grupos vulneráveis.

Prioridade A

1. Renda

1.1. Distribuição de renda através do aumento dos salários e dos benefícios e pensões previdenciárias.

1.2. Elevação do salário mínimo de forma que a cesta alimentar básica represente, no máximo, 30% do seu valor.

2. Produção Familiar

2.1. Promoção da pequena produção (urbana/rural) das iniciativas sociais de produção e dos trabalhadores autônomos.

3. Oferta satisfatória de serviços e bens públicos

- habitação

- transporte

- saúde

- saneamento básico

- educação

- informação e comunicação

4. Oferta de alimentos

4.1. Formação e manejo apropriados de estoques alimen-

tares estratégicos e reguladores;

4.2. Redução de perdas através da melhoria dos sistemas de produção, colheita, armazenamento, transporte, processamento e comercialização de alimentos.

4.3. Redução dos impostos indiretos sobre a cesta básica a ser compensada pela elevação de impostos territorial, patrimonial e sobre a renda dos produtos agrícolas.

4.4. Instituição da cesta básica regionalizada que assegure 100% das necessidades nutricionais da família média.

Prioridade B

1. Unificação dos órgãos de fiscalização, normatização, controle e vigilância alimentar.

2. Orientação alimentar e educação nutricional.

3. Fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor.

Prioridade C

1. Estender o programa de Merenda Escolar a creches e pré-escolas.

2. Fortalecer o Programa de alimentação ao Trabalhador e ampliar sua cobertura.

3. Melhorar os padrões de alimentação e nutrição materno-infantil.

4. Fortalecer o Programa de Atendimento aos Desnutridos e a Gestantes de Risco Nutricional.

5. Dispor de instrumentos e recursos apropriados para atingir emergencialmente populações que entrem em risco de insegurança alimentar.

6. Garantir o acesso à cesta alimentar básica através de diferentes mecanismos, a todos que não tenham condição de adquiri-la.

7. Assegurar mecanismos de fornecimento de desjejum aos trabalhadores.

8. Fiscalizar o cumprimento das normas regulamentadoras quanto a refeitórios nos locais de trabalho.

IV - ESTRATÉGIA

1. Como orientação estratégica, recomenda-se separar a discussão sobre segurança alimentar da questão agrária. Isto porque esta é apenas uma das relações existentes para ambos os temas. Tratá-los em conjunto leva a uma redução dos âmbitos respectivos. É importante que a segurança alimentar e a questão agrária sejam pensadas e discutidas em toda a amplitude requerida para a devida compreensão. Tal separação é necessária, principalmente, para o correto encaminhamento das propostas e ações que conduzam a alcançar a plena segurança alimentar e nutricional e a satisfatória resolução da questão agrária.

2. A construção de um projeto estratégico para o Brasil não será possível sem que conheçamos a realidade e seus movimentos. Atualmente está em andamento um processo de desestruturação do sistema nacional de estatísticas. Já não existem informações atualizadas sobre a situação econômica e social do país, pois não foram realizados os censos econômicos em 1991, o censo agropecuário de 1995 não será feito e existem riscos elevados de não mais se realizar as PNAD, o POF e os próprios censos econômicos, podendo, todos, virem a ser substituídos por uma pesquisa amostral de muito menos alcance, de interesse do Banco Mundial. É prioridade estratégica a produção sistemática, suficiente e oportuna de informação estatística.

3. Tanto a segurança alimentar quanto a questão agrária não foram inscritas, em definitivo, na agenda nacional. Este é um requisito indispensável para que esses temas sejam objeto de consideração estratégica por parte dos atores políticos relevantes. É importante conceber ações que contribuam para a construção de viabilidade política para o enfrentamento destes dois problemas. Necessário se faz, entre outros, a disseminação de informações sobre os temas, de forma que um número crescente de atores reconheça seus interesses na realização de ambos.

4. Atualmente a produção agrícola brasileira se faz em bases não sustentáveis e pouco competitivas. É prioridade estratégica a disponibilidade de tecnologia adequada ao manejo sustentado dos nossos recursos e que a mesma seja acessível aos pequenos produtores. Não conduz à equidade o aumento da produção agropecuária excluindo os agricultores familiares e promovendo a expulsão do homem do campo.

5. Assegurar a existência de mecanismos de participação social em todos os espaços e momentos onde sejam tomadas decisões e executadas ações referentes à segurança alimentar. A participação social deve se dar sob critérios de representatividade e legitimidade apropriados, elegendo o município como o território adequado para a interação governo-sociedade.

6. As políticas e ações necessárias à segurança alimentar e nutricional jamais estarão somente a cargo dos indivíduos, ou dos mercados ou do estado. Rejeita-se aqui os extremos. Em sendo um bem público, envolve a todos.

7. As ações que conduzem à segurança alimentar e nutricional devem ser operadas descentralizadamente, mas sob estrito controle social e nacionalmente coordenadas e supervisionadas.

8. É reconhecido como estrategicamente importante abrir espaço legal e institucional para as novas formas de organização social. As associações de produtores, os condomínios, as empresas comunitárias ou sociais ainda não são reconhecidas como detentores das mesmas condições de acesso a financiamento, à assistência técnica, a licitações públicas, entre outras.

9. As ONGs têm participação crescente na vida nacional. Muitas desenvolvem ações ou prestam serviços de natureza pública. Advoga-se a instituição de mecanismos de auto-regulação e de controle social sobre elas, sempre quando atuarem investidas de representação ou intervierem nas condições de existência das populações. Entende-se igualmente necessária a fiscalização estatal e social sobre todos os serviços públicos terceirizados e mesmo sobre aqueles prestados por entidades sem fins lucrativos, pois o governo e a sociedade não podem abdicar da responsabilidade sobre os bens públicos, ainda que não estejam sob execução estatal direta.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

I - PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE

O modelo de desenvolvimento brasileiro dominante implica num grave comprometimento do meio ambiente em várias áreas e na exploração predatória dos nossos recursos naturais, tendo como outra face o empobrecimento e/ou a exclusão de

uma parte considerável da população.

Frente a isso, as abordagens tecnológicas e econômicas do desenvolvimento são insuficientes. A sustentabilidade não pode reduzir-se a uma mudança de padrão tecnológico. É preciso pensá-la de modo mais amplo.

A sustentabilidade se fundamenta na democracia, nos direitos da cidadania e no respeito pela vida.

Os novos direitos, difusos ou coletivos, entre os quais o direito ao meio ambiente, contribuíram para redefinir as relações Estado-Sociedade Civil diferenciando o público estatal, propondo novos padrões de produção e outros comportamentos individuais e coletivos, segundo os princípios da sustentabilidade:

- democracia política
- equidade social
- eficiência econômica
- conservação ambiental
- diversidade cultural

II - TRANSIÇÃO PARA UMA SUSTENTABILIDADE POLÍTICA

A transformação da atual lógica insustentável de poder exigirá uma transição negociada entre os atores sociais com o objetivo de mudar o processo atual de tomada de decisões de forma a refletir maior rapidez e sensibilidade às exigências da sustentabilidade.

III - POLÍTICAS SETORIAIS INTEGRADAS

Atualmente as políticas públicas são desconexas, paralelas, fragmentadas e contraditórias devido a privatização clientelista, empresarial e corporativa do Estado. Torna-se necessário integrar as políticas setoriais através da valorização da dimensão interfacial em cada setor e da priorização das políticas intersetoriais (gestão econômica, ordenamento territorial) e da institucionalidade transsetorial (Conselhos com poder decisório).

1. Mudar o conceito de desenvolvimento baseado no crescimento ilimitado e excludente para um conceito de sustentabilidade sócio-ambiental fundado nos princípios de democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental e diversidade cultural.

2. Fortalecer ou suscitar o surgimento de espaços de encontro de diferentes atores da sociedade e da função pública que garantam a continuidade do debate estratégico para uma sociedade e um desenvolvimento sustentável e que contribuam para que o planejamento estatal se dê, para além dos governos, numa perspectiva de longo prazo, em espaços públicos e formalizados nos três poderes.

3. Promover reformas no campo institucional em função dos princípios da sustentabilidade para reorganizar a estrutura administrativa do Estado, propiciando novas sinergias institucionais, bem como o sistema de representação político-eleitoral, fortalecendo-se as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais que, ao reivindicarem direitos, apontam para a transformação das instituições existentes.

4. Ampliar o escopo do debate sobre a reforma tributária para além das questões de simplificação e de progressividade, induzindo a práticas sustentáveis dos agentes econômicos e tributando a ineficiência energética, a dilapidação dos recursos naturais, o esbanjamento de materiais e a poluição.

5. Promover alterações nas políticas públicas, nos processos de produção e nos padrões de consumo que induzam ao uso responsável dos recursos naturais, a conservação da energia em todas as suas formas e ao combate ao desperdício.

6. Promover o ordenamento territorial de forma participativa, contemplando as propostas e preocupações dos diferentes atores sociais, transformando-o, inclusive, em instrumento de reforma fundiária e urbana que resulte na gestão sustentável do espaço nacional.

7. Promover uma política econômica orientada para a sustentabilidade através de: 1) gestão macroeconômica que contemple a contabilidade econômico-ambiental e a articulação interministerial sistemática com planejamento de longo prazo; 2) apoio e estímulo à capacidade de empreendimento sustentável da população; 3) iniciativas construtivas em relação à governabilidade global.

8. Promover uma revolução na educação que destaque a importância do ensino básico e público, bem como a democratização da informação e a promoção da cultura. A educação deve se voltar ao estímulo à criatividade, à cidadania e à construção de sociedades sustentáveis.

9. Priorizar na ciência as necessidades e demandas da nossa sociedade, gerando conhecimentos sobre nossos recursos naturais e realidades, em particular sobre o que reconhecidamente são vantagens comparativas do país, desenvolvendo tecnologias apropriadas (e apropriáveis) para o uso de nossos recursos naturais e culturais.

IV - INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Buscar a partir de um projeto próprio, uma integração nacional **das sociedades** para o enfrentamento da exclusão social e da degradação ambiental mundiais, trabalhando para mudanças profundas nas instituições internacionais e alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO

Na constituição de um projeto nacional, o termo integração espacial não é apenas uma variável exógena a ser posteriormente incorporada, mas um elemento constitutivo de nossa identidade. Introduzir esta dimensão territorial significa pensar ações de longo prazo para enfrentar a exacerbação das especializações espaciais e o intenso processo de reordenamento do território. Para tal propõe-se:

1. Enfrentar os impactos territorializados da globalização através de projeto nacional, objetivando a integração não subordinada, que privilegie as questões sociais e a construção do espaço da cidadania e da autonomia nacional, a partir de forças sócio-espaciais locais e regionalizadas.

2. Estabelecer uma federação efetiva baseada na cooperação, visando superar as tensões negativas locais/regionais/nacionais, fruto da competitividade política administrativa, por intermédio de novo arranjo das competências, descentralização das políticas públicas e novas práticas de controle social.

3. Fortalecer formatos organizacionais democráticos que incorporem novos sujeitos sociais territorializados capazes de ampliar acesso a bens, serviços, informação e postos de trabalho e cuja atuação reduza privilégios corporativos e eleve os

patamares do bem-estar coletivo.

4. Atuar no sentido de projetar para o território nacional estratégias espaciais de modo a se contrapor aos efeitos perversos da globalização tais como:

- segregação e apartação sócio-espacial;
- ação predatória dos recursos sócio-ambientais;
- disseminação da miséria ocasionada pelo esvaziamento e fragmentação do território e pelo descompasso entre a velocidade e qualidade de políticas públicas implementadas e interesses locais do capital.

5. Estabelecer estratégias específicas para as metrópoles visando atenuar e/ou eliminar as ações excludentes e privilegiar políticas que objetivem a integração dos espaços segregados.

6. Estruturação de políticas sócio-econômicas regionais que possibilitem o encaminhamento de solução para a contradição existente entre setores produtivos agrários e urbanos com vistas à integração das respectivas atividades e elevação da qualidade de vida do homem do campo e da cidade.

7. O que se pensava ser a negação do local deve ser a sua reafirmação. Agentes locais e regionais devem ser capacitados a se contrapor ao processo de competição espacial, oferecendo opções de integração local/global que privilegiem:

- o desenvolvimento local utilizando recursos endógenos dos municípios/regiões para avançar na solução dos problemas como desemprego, alimentação e de assentamento humano;
- criar e fortalecer iniciativas econômicas locais para melhorar a infraestrutura produtiva que permita aumentar suas escalas econômicas;
- considerar que o desenvolvimento local consiste em potencializar o desenvolvimento sócio-econômico tomando como base principal a mobilização de recursos humanos e financeiros locais, significando novos arranjos institucionais que permitam a acumulação local através de pequenos empreendimentos, do associativismo, do direcionamento da ação local para a integração do mercado popular no circuito de acumulação que surge com a reestruturação econômica;
- fortalecer o governo local como promotor do desenvolvimento e da participação organizada da comunidade.

8. Construir um pacto territorial democrático com fóruns de debates territoriais, recuperando histórias e potencialidades regionais a partir de uma contigüidade territorial, e da construção de novas relações locais/regionais que expressem solidariedade, interagindo lógicas diferenciadas na construção de nova arquitetura jurídico-política do Estado.

9. Em contraposição à guerra fiscal e da atratividade, promover ações integradas entre sujeitos sociais e governos locais no sentido de concretizar potenciais e fortalecer formas associativas de empreendimentos, alternativas de financiamento e uma legislação diferenciada para as economias populares.

10. Trabalhar de forma decisiva a integração regional para a construção de uma identidade nacional. A partir desta identidade construída e do projeto nacional, estimular e implementar a integração, com diferenciação e complementaridade, às economias regionais na economia mundial.

11. Construir um sistema nacional de indicadores que permita analisar as principais tendências do processo de reestruturação econômica, incorporando a diversidade de métodos de

pesquisa trabalhados em órgãos públicos, ONGs e entidades populares.

UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. A universidade não pode se reduzir a concepções matemáticas; deve incorporar as dimensões simbólicas, poéticas e artísticas que caracterizam a vida humana. Deve reafirmar-se ainda como espaço privilegiado para a crítica e indicar também a saída do plano analítico para as sínteses e proposições. Para tanto deve ser implantado um sistema contínuo de avaliação em dois níveis: pela sociedade e auto-avaliação (professores, técnicos administrativos e alunos).

2. Para a superação do distanciamento entre universidade e sociedade, esta última deve formular perguntas àquela. O conceito de modernidade deve relacionar-se com a humanização, privilegiando a qualidade de vida para os indivíduos e a sociedade numa compreensão ética, solidária e participativa.

3. Cabe à universidade a universalização do conhecimento impedindo que este se transforme em monopólio de grupos ou empresas. Para isto deve incentivar meios para que sua produção científica-tecnológica-cultural-artística possa ser apropriada pelos trabalhadores. Por exemplo, rede uni-trabalho, programa de educação à distância, sempre levando em conta a interação com os atores sociais.

4. A universidade deve estar preparada para suprir o "homem" de conhecimentos que o levem a desenvolver "bens" em conjunto e para os seus semelhantes, independentemente do retorno financeiro. Deve engajar-se efetivamente no combate à apartação social.

5. A extensão universitária tem sido tratada como uma questão menor. Ela deve ser concebida de forma transdisciplinar, superando a taxionomia positivista da divisão das ciências para estabelecer um diálogo solidário entre a ciência, a filosofia e os atores sociais, produzindo uma prática pluralista.

6. Cabe à universidade definir metodologias educacionais adequadas à formação de um processo de aprendizagem cognitiva de caráter sócio-político-cultural nacional, respeitando-se as especificidades regionais. Em função disso, deve reorientar e rever currículos, práticas pedagógicas e pesquisas.

7. A universidade deve buscar convênios com os poderes públicos para estudos e assessoramento ao desenvolvimento de projetos sociais: habitação popular, zoneamento urbano, saúde, educação básica etc.

8. Criação na universidade de conselhos com os atores da sociedade.

9. Além da demanda já existente, referente a projetos de associações com empresas e outras instituições de ensino e governo, propõe-se a criação de uma agenda social para a Universidade de modo a engajá-la efetivamente no combate à apartação social. Isto se fará através da extensão universitária concebida de forma que o retorno acadêmico desta atividade se dê pela sua influência nas atividades de ensino e pesquisa. O objetivo último desse processo é transformar o professor em educador e toda a população em cidadãos.

Outros itens mais diretamente relacionados com Ciência e Tecnologia, em virtude do alto grau de dissenso manifestado pelo plenário da Segunda Conferência, foram remetidos a uma pauta estratégica para ulterior desenvolvimento.

CULTURA

A Cultura - compreendida em seu sentido amplo de conjunto de práticas e valores que orientam a conduta e as ações dos sujeitos - deve figurar na linha de frente das estratégias visando à superação dos problemas cruciais dos brasileiros. Mais que um setor específico susceptível de política, a cultura deve ser vista como uma dimensão entranhada na sociedade, em interação permanente e dinâmica com todas as outras dimensões e instituições em que se organiza a vida social.

Consideram-se também como prioritários e que devem ser objeto de amplo debate envolvendo a sociedade civil, através de suas instâncias de representação e objeto de políticas públicas visando à universalização dos valores democráticos, os seguintes temas:

1. Por ser a indústria cultural a instituição socializadora e formadora de opinião mais importante em nossa sociedade, formular uma política pública que regule as concessões e os materiais produzidos e transmitidos pelos meios de comunicação. Não se trata de censura sobre o conteúdo das mensagens mas de regulação de uma área estratégica.

2. Todas as tecnologias de comunicação e linguagem devem ser postas a serviço da construção de um projeto ético radical e da democratização da informação através de redes inter-comunitárias, telecuriosos, redes de comunicação de alto alcance. Ao lado dos programas de entretenimento e comerciais, que sejam também veiculados programas de interesse público visando a construção de valores coletivos, valorizando o capital cultural local e as especificidades regionais a fim de fortalecer a cultura e propiciar o surgimento de novos valores artísticos.

3. Formação de um grupo de especialistas e representantes da sociedade civil organizada com a finalidade de preparar um diagnóstico sobre o sistema de telecomunicação brasileiro em sua interrelação com o sistema global de telecomunicações. Este diagnóstico visa reconhecer as possibilidades e os entraves à democratização das telecomunicações.

4. Políticas públicas específicas a serem levadas a cabo pelo Estado, pelas elites empresariais e setores organizados da sociedade civil, visando à proteção de acervos e ao incentivo da criação artística considerados relevantes para a preservação da memória e da dinâmica cultural.

a) Preservação, manutenção, dinamização e gestão de espaços culturais em geral (museus, salas de concerto, centros culturais, bibliotecas, arquivos) e instituições de ensino e transmissão de conhecimento e práticas artísticas (escolas de música e artes, orquestras, centros de artesanato etc.).

b) Práticas ligadas à preservação, gestão e dinamização do patrimônio histórico, artístico, cultural e do patrimônio ambiental e arqueológico do Brasil.

5. Estabelecimento de um conjunto de medidas de regulamentação do turismo capazes de definir uma política para a

área que minimize os efeitos negativos desta prática sobre as populações locais e sobre o meio ambiente. Necessidade de um reordenamento territorial dos sítios com potencialidade e vocação turística para evitar a privatização dos espaços públicos e a destruição de especificidades naturais e culturais. Aproveitar plenamente nossos recursos culturais e ambientais no sentido do desenvolvimento sustentável da região e de benefícios para as populações. O turismo pode propiciar melhorias na área de saúde, alimentação, qualificação de mão de obra, saneamento etc.

6. Reforma da escola no sentido de torná-la um espaço de aprendizado cultural e não apenas de instrução. Que a escola, utilizando os novos recursos postos à sua disposição pela tecnologia, reassuma seu papel socializador na perspectiva da ampliação dos valores de democracia, cidadania, valorização dos traços culturais locais e da compreensão, respeito e convivência pacífica em relação às diferenças étnicas, raciais e de gênero.

7. Diante da substituição abrupta de valores e práticas tradicionais por outros propostos pela sociedade de consumo, o que acarretou uma desculturalização das populações, buscar alternativas para a recuperação de princípios éticos que regulem as relações entre os diferentes grupos e a recuperação de saberes que contribuam para uma melhoria efetiva e para a despaupeirização material e espiritual das massas. Os recursos para este projeto ético são recursos culturais.

8. Sendo o Brasil um país multi-étnico, multirracial e pluricultural, valorizar positivamente e respeitar esta diversidade constitutiva, sem no entanto abrir mão dos valores universais de democracia, cidadania, liberdade de expressão política e religiosa.

9. Fomento à interconectividade, a baixo custo, entre os cidadãos.

10. Ampla divulgação dos recursos destinados a educação e à cultura.

INSERÇÃO DO BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL

1. Em face das tendências percebidas, há indicações que apontam na direção de transformações para uma nova ordem mundial. As principais tendências são:

- globalização ampla
- expansão das relações e dos atores transnacionais
- democratização e maior presença da sociedade civil, em âmbito global
- interdependência econômica crescente
- peso crescente da economia nas relações entre Estados.

2. Ao lado destas tendências na direção de uma nova ordem, outras, como reivindicações nacionalistas, étnicas, religiosas, tendem a desintegrar o sistema e a reconstituir um cenário de conflitos que parecia sepultado. Da mesma maneira, consequências estruturais do novo paradigma tecnológico, como o desemprego crescente nos países centrais e políticas de ajuste nos países periféricos, contribuem para uma distância cada vez maior entre ricos e pobres, sejam indivíduos ou nações.

3. Em razão destas tendências e contratendências, a realidade atual não assegura que a nova ordem internacional deverá ser mais justa, mais simétrica e mais pacífica do que a atual.

4. Esta avaliação está fundamentada no comportamento das grandes potências, desde o fim da Guerra Fria. Como exemplos concretos temos:

- Guerra do Golfo
- Intervenção militar na Somália
- Intervenção em Granada, no Panamá e no Haiti
- Intolerância dos Estados Unidos face à Cuba, persistindo na manutenção do embargo.

5. Observa-se, ainda, a presença dominante das grandes potências nas instituições reguladoras da ordem econômica mundial, como o Banco Mundial, GATT (atual OCM), FMI e ONU (Conselho de Segurança).

6. Esta situação no campo da segurança e da economia concorre para a instabilidade mundial e para uma crescente concentração da riqueza mundial e para o monopólio do conhecimento científico-tecnológico.

7. Devem ser considerados, contudo, os esforços internacionais no sentido de limitar o uso da violência, sob a legitimidade das Nações Unidas.

8. No que se refere à questão da inserção do Brasil na nova ordem mundial, no contexto da realidade acima descrita, o Brasil deve esforçar-se:

a) no sentido de promover maior democratização do processo decisório internacional;

b) na criação de normas e mecanismos globais que regulem a solução de conflitos de interesses e na criação de instrumentos que administrem os temas da agenda global que fogem ao controle dos Estados nacionais, tais como:

- narcotráfico
- meio-ambiente
- direitos humanos
- proliferação nuclear
- capital financeiro internacional especulativo

9. A inserção do Brasil no sistema internacional não poderá

agravar a dívida social; não deverá, tampouco, comprometer seu patrimônio público, enfraquecer sua capacidade de decisão autônoma. Trata-se, assim, de articular as oportunidades sistêmicas com um projeto nacional democraticamente definido.

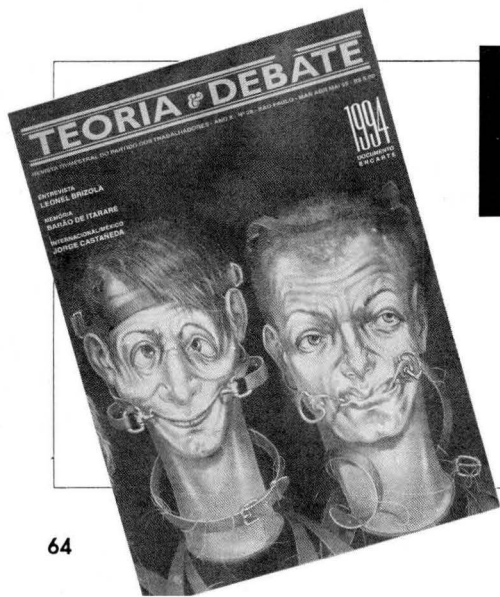
10. Diante de um quadro repleto de incertezas e de condições adversas, o Brasil deve ter a cautela necessária de desenvolver sua capacidade de defesa autônoma, independente de empregar seus esforços no sentido de fortalecer a segurança coletiva*. Convém assinalar as últimas iniciativas brasileiras, no contexto dos acordos internacionais:

- Tratado Amazônico
- Criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul
- Revisão e Ratificação do Tratado de Tlatelolco
- Ratificação do acordo Quatrimpartite para as salvaguardas nucleares (Brasil, Argentina - Agência Brasileiro-Argentina de controle e contabilidade de materiais nucleares e Agência Internacional de Energia Atômica)
- Adesão à Conferência de Mendoza sobre armas químicas e biológicas.

11. O Brasil deve priorizar a elaboração de agendas regionais, especificamente o fortalecimento do Mercosul, não só como estratégia de desenvolvimento econômico mas como instrumento para a manutenção da estabilidade e da paz na região. Para tal fim, esforçar-se por:

- a) criar instrumentos regionais de regulação da força;
- b) criar maior harmonização das legislações trabalhistas dos 4 Estados;
- c) criar sistemas de resolução de controvérsias;
- d) criar formas de participação da sociedade;
- e) apoiar formas ampliadas de cidadania, fortalecendo a democracia;
- f) constituir colchões de institucionalidade em nível intergovernamental e supranacional. □

* Este item não teve consenso entre participantes, mas optou-se por colocá-lo já que sua discussão é de extrema importância para o país.



APÓIE UMA IDÉIA QUE DEU CERTO

Assinaturas:

Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 220-2103
Minas Gerais: (031) 222-3811
Nordeste: (085) 252-1992

Novas publicações da FASE!

"O livro *Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*, de Antônio Ivo de Carvalho, discute a função prática dos Conselhos na estrutura do Estado: podem ser tanto instrumentos de democratização e participação direta da sociedade civil quanto formas de cooptação e legitimação do poder estatal.

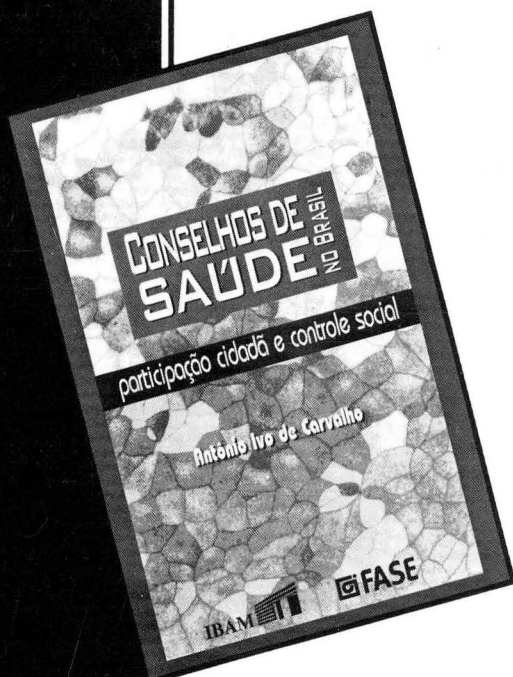
"Antônio Ivo analisa a experiência concreta da implantação dos Conselhos de Saúde no Brasil, sua evolução histórica, seus marcos políticos e jurídicos e, principalmente, suas possibilidades e limites no panorama atual.

Sérgio Arouca

Esta publicação está associada à constituição de um sistema computadorizado de dados sobre experiências de geração de trabalho e renda no Brasil: o GERAÇÃO (Sistema de Informações sobre Órgãos de Fomento e Programas/Projetos de Geração de Trabalho e Renda).

O núcleo de seu conteúdo consiste na apresentação das principais características e tendências das iniciativas hoje em curso no Brasil, com base na primeira etapa de montagem deste sistema de informações.

O livro destina-se a um público vasto e diferenciado, mas deve interessar notadamente às instituições e pessoas envolvidas com a temática de geração de trabalho e renda, seja enquanto promotores, pesquisadores ou participantes diretos das ações de fomento, cuja relevância vem se tornando crescente no cenário brasileiro.



ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Telefone: (021)2861598

A construção social das identidades e a produção da linguagem, das representações e dos comportamentos típicos dos indivíduos e grupos sociais, diante de processos acelerados de transformações materiais e simbólicas, têm produzido, em sociedades como a brasileira, um conjunto de fenômenos e práticas que, grosso modo, geram um enorme mal-estar e violência social.

A revista Proposta nº 66 trará como tema a questão da cultura da violência, ou seja, as formas e práticas sociais que constituem e reforçam os processos de exclusão, desigualdade, discriminação e criminalização no universo industrial urbano das metrópoles brasileiras.

Trará o ponto de vista de atores sociais e pesquisadores que procuram responder ao processo de banalização da violência e de desvalorização da vida que segmenta e fragmenta o corpo social bem como produz formas perversas de comportamento e de identificação. A mídia, a indústria cultural, as políticas educacionais e as práticas cotidianas estarão sendo observadas pelo ângulo e pelo olhar crítico dos que pretendem modificar o enquadramento ético e democratizar os processos de construção de identidades individuais e coletivas em sentido alternativo.

Mudar a Vida pretende dar subsídios a uma ótica de produção cultural que possa gerar e apoiar políticas públicas de democratização da informação, da ciência e das artes no momento mesmo em que os problemas da produção cultural vêm revestidos da amálgama entre exterminismo e exclusão social/mercado e *ethos* competitivo.

As heranças do autoritarismo e o ritmo da modernização conservadora se traduzem numa nova onda de mudança pelo alto, conexas ao ritmo da globalização de mercados e vias tecnológicas. A questão do controle e da participação social exigirá renovação e qualificação dos atores sociais enquanto interlocutores e co-autores de sua criação imaginária e das formas de organização da vida cotidiana. Os modos de vida estarão mais "tensionados" ainda pela dialética entre real e virtual ou pelo real imaginário produzido com instrumentos poderosos da multi e da hipermídia.

Estes serão os temas que Proposta abordará a seguir.